

ROBSON DE SOUZA MARTINS

Serviço Social:

**A intervenção da arte no quotidiano profissional do
assistente social**

Orientadora:

Professora Doutora Hélia Augusta de Magalhães Correia Bracons Carneiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2020

ROBSON DE SOUZA MARTINS

Serviço Social:

**A intervenção da arte no quotidiano profissional do
assistente social**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em Serviço Social e Política Social no curso de Mestrado Serviço Social e Política Social, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias no dia 21/10/2020, perante o júri, nomeado pelo Despacho de Nomeação n.º 229/2020, de outubro de 2020, com a seguinte composição:

Presidente: Professor Doutor Carlos Diogo Moreira

Arguente: Professora Doutora Inês Maria Andrade Marques

Orientadora: Professora Doutora Hélia Augusta de Magalhães Correia Bracons Carneiro

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Instituto de Serviço Social

Lisboa

2020

EPÍGRAFE

Todas as lutas e dificuldades não me cegam

Vejo algo lá na frente

Amasso barro, sou combatente.

Parece-me um ponto de luz na escuridão

Tenho asas nos pensamentos, borboletas na barriga e calor no coração...

Tenho orgulho por ter colocado um dos tijolos da ponte

Sou canal, alicerce, fonte...

Não sou unilateral, há sempre uma troca:

foi informação, voltou sorriso

foi direito, voltou cidadania

foi autonomia, voltou esperança

E não diga que não me conhece...

Sou real, sou ética, sou manancial,

Prazer, sou assistente social!

Robson de Souza Martins

Assistente Social

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que não se deixam paralisar pelo medo, a todos que caminham, que até param, olham para o horizonte, respiram e seguem, como:

os meus amados pais José e Ana, às minhas irmãs Adilma e Robiane, aos meus sobrinhos Victor, Livia e Victoria, à minha querida Emiliana e ao meu amado parceiro Wagner;

a irmã que a vida me presenteou, Cristiane Neves;

os queridos amigos que me apoiaram integralmente esta aventura; Inmaculada Figols Costa,

Adriana Paula, Viviane Silva, Cidinha, Andrea Castro, Ana Paula, Edjane, André Gonçalves, Carla Pacheco, Isabel Andrade, Elio Samuel (meu coach), Hugo Seabra e a todos os demais que reconhecidamente injustiçados não poderei nem conseguirei citá-los;

a Prefeitura Municipal de Cubatão do Estado de São Paulo, ao Centro Social e Paroquial Nossa Senhora de Porto Salvo e a Fundação Calouste Gulbenkian;

aos colegas do mestrado de Serviço Social e Política Social: Carina, Namira, Marluvia e Eduwrigens;

os digníssimos mestres e doutores: Marília Andrade, que tão generosamente me guiou neste incrível processo, compartilhando saberes, reflexões e emoções e professora Hélia Bracons pelo grande desafio de finalizar esta caminhada, ainda Aida Ferreira, Elizabeth Di Paolo, Marlene Braz Rodrigues e Ana Paula Garcia;

e a todos que de alguma forma acreditaram, motivaram, incentivaram, agregaram, somaram e multiplicaram tornando possível a materialização desta investigação.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação propiciou grandes encontros, e destes encontros, relações tornaram-se fortes.

Dizem que agradecer também faz parte da oração.

Agradeço à arte e ao serviço social – a minha base.

Agradeço aos autores, pesquisadores, estudiosos e a todos que fomentaram a elevação dos meus conhecimentos, tornando possível o seu registo na presente dissertação.

Acreditem, muita coisa ainda está a ser processada na minha mente.

Agradeço aos profissionais e às instituições que tão generosamente me acolheram.

Agradeço aos familiares e amigos, todos já pautados na nota de dedicatória.

Estou fortemente agradecido a todos os profissionais da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, e, saliento especial atenção, à minha orientadora Prof. Dra. Marília Andrade e Profa. Dra. Helia Bracons, que de forma tão generosa caminhou comigo por entre dúvidas, reflexões, descobertas, limitações enriquecendo-me e motivando-me a seguir o universo da investigação.

E por fim, agradeço ao meu amigo, parceiro de vida, Wagner de Souza João, que torna a caminhada ainda mais desafiante e instigante, porém, leve e cheia de aprendizados que possuem um único objetivo: evolução.

RESUMO

O presente trabalho propôs compreender a arte como instrumento de intervenção no quotidiano do assistente social na atualidade. Contextualizou-se o Serviço Social e Arte ao longo dos tempos, analisando a forma como se aproximam e se ancoram nas mesmas motivações, ou seja, o estímulo da consciência crítica do ser humano que o conduz à sua emancipação, para além de um recurso inovador na instrumentalidade do Serviço Social. Deste modo, clarificam-se questões relativas à identidade profissional, autonomia, particularidade e singularidade da profissão, e como a arte pode ser incorporada metodologicamente no agir profissional. Seguindo esta perspetiva, sugere-se a hipótese da relação entre a arte - enquanto fator de proteção -, a intervenção do assistente social e a alteração de situações de vida induzidas por fatores de vulnerabilidade. Empregou-se nesta pesquisa exploratória uma metodologia qualitativa e dentre os principais contributos, pode se destacar o debate oprofundamento teórico-metodológico do serviço social e as possibilidades que emergem do agir profissional.

Palavras chaves: arte, serviço social, intervenção, identidade e agir profissional

ABSTRACT

The present work aimed to understand art as an instrument of intervention in the daily life of social service nowadays. Social Service and Art have been contextualized over time, in order to analyze the approach and how they are anchored in the same motivations, in other words, the stimulation of the critical conscience of the human being that leads it to emancipation, besides it is an innovative resource instrumentality of Social Work. In this way, questions related to professional identity, autonomy, particularity and uniqueness of the profession are clarified, and how art can be methodologically incorporated into professional practice. Following this perspective, we suggest the hypothesis of the relationship between art - as a protective factor -, the intervention of the social worker and the alteration of life situations induced by vulnerability factors. This is an exploratory, qualitative research and among the main contributions, the in-depth theoretical-methodological debate on social work and the possibilities that emerge in professional practice can be highlighted.

Key words: art, social service, intervention, identity and professional action

ABREVIATURAS

AAD - Ajudante de Ação Direta

AISS - Associação Internacional das Escolas de Serviço Social

APSS - Associação Profissional dos Assistentes Sociais

BIRD - Banco Interamericano do Desenvolvimento

CSPNSPS - Centro Social Paroquial Nossa Senhora do Porto Salvo

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social

EGEC -Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M.

FCG - Fundação Calouste Gulbenkian

FIAS - Federação Internacional dos Assistentes Sociais

LGBTQ+ - Lésbicas, Gays, Bixessuais, Transexuais, *Queer* e outros gêneros

NASW - *National Association of Social Workers*

OAS - Ordem dos Assistentes Sociais

PARTIS - Práticas Artísticas para Inclusão Social

RSI - Rendimento Social de Inserção

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

ÍNDICE GERAL

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – Evoé: O Grande encontro da Arte e Serviço Social na contemporaneidade	
.....	17
1.1 - Ecoando o presente.....	19
1.2 - Evocando o passado.....	24
1.3 -Ressoando futuro	28
1.4 - Política de Cultura: Um casulo protetor.	38
1.4.1. - Plano Nacional das Artes	43
1.5 - Teatro do Oprimido: Um exemplo do encontro entre Arte e Social.....	44
CAPÍTULO II - Luzes da Ribalta: Identidade Profissional	47
2.1 – Ancoragem.....	54
CAPÍTULO III – Refletindo a realidade: A Intervenção Social	61
3.1 - Autonomia profissional e especificidade.....	75
3.2 - O Destinatário da intervenção do Assistente Social.....	79
CAPÍTULO IV – Muleta de ator.....	82
4.1 - A Fundação Calouste Gulbenkian	90
4.2 - Os resultados.....	92
CONCLUSAO	108
BIBLIOGRAFIA	116
APÊNDICE	121
ANEXO I.....	125

ÍNDICE DE QUADROS/GRÁFICOS

Gráfico 01 - Despesas por função da Administração Central.....	41
Quadro 01 - Intervenção espiral.....	73
Gráfico 02 - Divisão dos inquéritos.....	87
Quadro 02 - Programas e projetos.....	88
Gráfico 03 – Principais resultados apurados com a arte.....	98
Gráfico 04 - Práticas artísticas com maior expressão.....	99

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 01 - Charge.....	33
Figura 02 - Campanha Identidade CFESS - Brasil.....	52
Figura 03 – Capa da cédula de identidade provisória de assistente social.....	57
Figura 04 - Carteira de identidade emitida pelo CREAS.....	57
Figura 05 - Cartaz informativo do Projeto Museu Comunitário.....	85

ÍNDICE DE FOTOGRAFIAS/IMAGENS

Imagem 01 - Obra: a gata.....	93
Imagem 02 - Obra: Mulher sentada.....	93
Imagem 03 - Conto: A herança.....	94
Imagem 04 – Indumentaria.....	95

INTRODUÇÃO

Investir e investigar a temática tem, para mim, grande significado e sempre me chamou à atenção. São inúmeras as reflexões e experimentações oriundas da minha atuação enquanto assistente social no Brasil durante quase 15 anos na Prefeitura Municipal de Cubatão, no Estado de São Paulo, e também enquanto artista, com formação em artes cénicas pela Escola de Artes Cénicas de Santos “Wilson Geraldo”, que agregou conhecimento ao meu agir profissional.

Embora cada campo - serviço social e artes cénicas – possuam as suas especificidades, como corrobora Prates (2007) tanto a arte, como o serviço social, possuem semelhanças e podem ser complementares. Ambas partilham a mesma missão de ampliar a visão de mundo das pessoas, propiciam a reflexão e favorecem a cidadania, a autonomia e a emancipação, uma vez que os dois campos possuem a intervenção na realidade como premissa.

Salientando mais uma vez a minha perspetiva a nível pessoal, torna-se ainda mais desafiante para mim o fato de poder estudar e pesquisar a temática num âmbito territorial diferente e noutra realidade social: “(...) é o território que constitui o traço de união entre passado e futuro imediatos. Ele tem que ser visto (...) como um campo de forças, como lugar do exercício, de dialéticas e contradições entre vertical e horizontal, entre Estado e mercado, entre o uso social e económico dos recursos” (Santos, 2006 apud Ribeiro, 2003:37).

Contudo, toda a produção de conhecimento tem como condição “sine qua non” a transformação da realidade social, reconhecendo o conhecimento como uma das expressões da práxis. Portanto, embora pessoalmente me sinta instigado a entender melhor como a arte corrobora com o serviço social, a pesquisa também possui um significado em termos empíricos, ou seja, um apelo, ou convite, aos profissionais de serviço social a repensarem as suas práticas em função da conjuntura atual, incentivando a procura de formas estratégicas e criativas de enfrentar desafios impostos pela nova dinâmica social, ou seja, caracteriza por riscos eminentes, vulnerabilidades e pauperização, elevação das desigualdades sociais e económicas.

Mota (2013) revela que o Serviço Social é uma profissão voltada para intervenção na realidade; a realidade está carregada de grandes desafios que se colocam à profissão.

Mioto & Nogueira (2012) salienta o privilégio de uma categoria profissional que atua na transversalidade das múltiplas expressões da questão social: na defesa dos direitos sociais e humanos e nas políticas públicas que os materializam.

Para Prates (2007) as complexidades dos fenômenos sociais ressaltam cada vez mais a utilização de cadeias de mediações alternativas às áreas humano-sociais, em especial ao Serviço Social.

De acordo com esta autora, nenhuma ciência sozinha consegue dar conta destas expressões, sejam velhas conhecidas dos profissionais ou novas demandas que surjam na contemporaneidade. Deste modo, abre-se caminho para uma interdisciplinaridade, que não acarreta perda de identidade nem de particularidades das profissões.

Portanto, a temática não está descolada das questões conjunturais, e vem ao encontro destas reflexões, o que justifica a relevância académica, técnica, social e científica por lançar luz precisamente nas “estratégias e abordagens de enfrentamento” das mais conhecidas e recentes questões sociais contemporâneas. Ela representa a arte e a cultura num inovador campo de conhecimento que é pouco explorado pelos investigadores em Portugal, com uma evidente ausência de produção científica. Embora a temática se tenha vindo a descortinar noutros países, toda investigação científica tem um carácter inovador, pois traz um olhar particular e único do seu investigador, mesmo que o tema já tenha outras manifestações, sempre haverá aspectos diferenciadores para aprofundar.

Mattos & Camo (2013), referem-se à intervenção do Serviço Social, elevando o debate, quando imprime ao agir profissional um aspecto político e cultural. Sinaliza a pertinência do tema salientando a produção de conhecimento no campo do Serviço Social, para a requalificação da prática ou exercício da profissão. Convém destacar ainda o reconhecimento do assistente social como interlocutor qualificado para dialogar com diferentes áreas do conhecimento, e para investigar e produzir conhecimento sobre as suas próprias áreas de trabalho, como corrobora Barroco (2015).

O Plano Nacional das Artes, dos Ministério da Cultura e Educação de Portugal (2019) refere-se à arte e educação, trazendo uma definição da UNESCO, de especial relevância:

“É hoje uma certeza comprovada cientificamente que a arte como expressão pessoal e cultural apresenta como um instrumento essencial no desenvolvimento social e humanista das crianças e dos jovens, desenvolvendo a percepção e a imaginação, possibilitando a apreensão da realidade do meio envolvente, e desenvolvendo a capacidade crítica e criativa, assumindo-se ainda como o instrumento por excelência para educar as emoções.” (PNA, 2019: 11).

Nesta referência destacam-se dois grandes aspetos, por um lado a arte como instrumento por excelência, e, por outro, a arte que é utilizada pelas crianças e jovens, de diferentes maneiras e com vários objetivos, tanto para expressar os impactos da questão social nas suas vidas, como para ser utilizada como contestação social ou reflexo da realidade.

Para além disso, o referido Plano, demonstra que a arte também pode ser utilizada como elemento mitigador da consciência social - enquanto ser social - , e de processos sociais que instigam ações reflexivas, tendo em vista, diante desta construção, a sua autonomia e emancipação, permitindo-lhe conhecer-se melhor a si próprio, aos seus sentimentos, pensamentos e ao que o margeia.

Diante do exposto, pretendemos vislumbrar respostas às seguintes questões:

- Agregar a arte no agir profissional requer, do profissional, um melhor entendimento sobre o seu papel e fundamentos da profissão?
- As expressões artísticas podem ser utilizadas como instrumento de intervenção do Serviço Social?
- A arte enquanto possibilidade de intervenção deve ser planeada como um projeto de trabalho para atender as necessidades dos destinatários da intervenção, ou deve ser inserida no quotidiano profissional através de dinamizações?
- Quando os assistentes sociais utilizam a arte, quais são as possibilidades que se podem apresentar? Acesso, participação, mediação ou intervenção?
- O Assistente Social mantém a sua autonomia e especificidade quando utiliza a arte como instrumento de intervenção profissional?
- O trabalho com arte requer, do profissional de serviço social, o aprimoramento de outras competências?

Apresenta-se como **objetivo geral** desta investigação: **Compreender a arte como instrumento de intervenção no agir profissional do assistente social.**

Como **Objetivos específicos**: i) Analisar a arte enquanto instrumento de intervenção no agir do assistente social; ii) Clarificar questões relacionadas com a identidade profissional, autonomia e especificidades no trabalho com a arte; iii) Perceber a forma como a arte é incorporada no quotidiano profissional e iv) Refletir se a contribuição da arte no agir do assistente social exige do profissional o aprimoramento de competências.

Toma-se como **objeto da investigação**: a relação entre a arte enquanto fator de proteção e a intervenção do assistente social em situações de vida induzidas por fatores de vulneração.

O objeto da pesquisa enfoca o elo entre arte e serviço social, considerando a arte como mediação no agir profissional.

No enquadramento do trabalho de investigação elegem-se eixos basilares divididos em quatro capítulos:

O primeiro capítulo dá a conhecer os desafios da profissão na contemporaneidade e a trajetória histórica do Serviço Social Português e da Arte, através de uma contextualização que vislumbra as suas complementaridades e semelhanças. Perpassa a atual Política Cultural e o Plano Nacional de Artes em Portugal, e termina com a exposição do Teatro do Oprimido, enquanto experiência exitosa do encontro da arte e do social.

O segundo capítulo pretende expor os pontos de ancoragem que margeiam a identidade profissional e a sua conjugação através da pluralidade de expressões e pensamentos, alicerçada na liberdade, na justiça e na equidade.

O terceiro capítulo procura explorar a autonomia e as especificidades do Serviço Social, sem perder de vista as dimensões ética, política, cultural e social do agir profissional expressa no quotidiano. Explora ainda a instrumentalidade e metodologias de trabalho, no que tange a utilização e incorporação da arte, qualificando, deste modo, tanto o processo de intervenção, bem como a relação com os destinatários da intervenção.

No quarto e último capítulo, traz a metodologia desta pesquisa e seus resultados, optando pelo método qualitativo por conta do caráter subjetivo da temática, tendo em conta que não se trata de contabilizar ou medir resultados, mas de entendê-los, compreendê-los e interpretá-los; através de uma abordagem exploratória, que permite maior proximidade com o tema e na abordagem da dialética enquanto meio de interpretação dinâmica e totalizante da realidade.

Lakatos & Marconi (2003), reafirmam que os fatos não podem estar desconectados do contexto social, político, económico e cultural, uma vez que fortalecem a mediação da arte no quotidiano profissional.

Numa primeira etapa, foi efetuada uma colheita de dados através de pesquisas bibliográficas e documentais. Posteriormente, dentre as técnicas e ferramentas para recolha de dados deu-se em três em momentos distintos, mas que se revelaram complementares:

- A- No desenvolvimento e execução direta do projeto Museu Comunitário, integrado a equipa do Rendimento Social de Inserção do CSPNSPS - Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Porto Salvo, na cidade de Oeiras - Região Metropolitana de Lisboa, com vista a intervenção através da arte como instrumento de trabalho;
- B- Na aplicação de inquéritos a equipas técnicas do Rendimento Social de Inserção da Região Metropolitana de Lisboa em evento organizado pelo CSPNSPS e apoio da Segurança Social, que decorreu entre as 9h30 e 17h00, do dia 05 de novembro de 2019, na Universidade Atlântica - Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologias e Engenharia, localizada em Oeiras, na zona da Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena;
- C- Entrevistas a profissionais inseridos no Programa PARTIS – Práticas Artísticas para a Inclusão, projetos socioculturais, sendo grande partes projetos apoiados por esta Iniciativa PARTIS mantida pela Fundação Calouste Gulbenkian, justamente pela complementaridade entre arte e social.

CAPÍTULO I

Evoé: O Grande encontro da Arte e Serviço Social na contemporaneidade

“A vida é a arte do encontro, embora haja tanto desencontro pela vida.”

Vinicius de Moraes

É com esta evocação de entusiasmo, saudando Dioniso¹, que se dá início ao primeiro capítulo desta investigação que tem como propósito apresentar arte e serviço social, percorrendo a caminhada histórica do seu ofício e profissão, salientando a sua complementaridade, e demonstrando até que ponto a arte poderá ser evocada pelo serviço social enquanto instrumento de intervenção e mudança de realidade.

A política cultural também será abordada, uma vez que constitui o berço das artes e é uma forte aliada das políticas públicas no que concerne ao enfrentamento dos desafios colocados pelos tempos modernos.

Deste modo, não é possível iniciar a leitura sem que se faça o estreitamento de alguns entendimentos. Neste caso, utilizaremos não só neste capítulo, mas também nos seguintes, a nomenclatura defendida por Andrade (2001), “destinatários da intervenção” para expressar o público atendido por profissionais de serviço social, sendo que este, dependendo do serviço ou campo de atuação, pode possuir inúmeras designações: cliente, cidadão, pessoa, mandatário, assumindo a dimensão individual, a dimensão coletiva: família, grupos,

¹ De acordo com a mitologia greco-romana, Dionísio ou Baco, filho de Zeus e de mãe mortal, possui grande relevância, uma vez que era reconhecido por ser transgressivo e um grande guerreiro, triunfando sobre os seus inimigos, de onde deriva a expressão *Evoé Baco*, - *coragem meu filho!* - Entoada por Zeus para animá-lo. As suas festas, apelidadas de orgias e bacanais, também se tornaram populares. Conta a lenda que o teatro nasce através de Dionísio devido ao facto de os seus admiradores, que nestas celebrações regadas a música e vinho, em determinado momento homenageavam os deuses por meio de representações teatrais: Eu sou Zeus! Outro: Eu sou Dionísio! E ouviam-se gritos de saudação: Evoé Baco! <https://divagacoesligeiras.blogs.sapo.pt/dionisio-o-mito-516421>

coletivos, comunidade, e até mesmo outros profissionais e instituições, quer sejam públicas, ou privadas.

Porém, a autora enfatiza que a denominação destinatário da intervenção implica a relação com o assistente social, enquanto a denominação utente, utilizador ou beneficiário implica diretamente a relação com a instituição à qual possui o vínculo de trabalho, que da mesma forma pode atendê-lo com outros serviços.

De acordo com Agamben (2009), podemos definir a contemporaneidade como algo verdadeiramente do seu tempo, mas que, não perde a conexão com o passado. É também possível afirmar que contemporâneo é aquele que tem consciência do seu tempo, não observando apenas as luzes do que está exposto, mas também a escuridão que está velada nele. Desta forma, podemos concluir que contemporâneo é aquele que possui um olhar crítico da realidade, ancorado com tudo aquilo que não se viveu, mas que contribuiu para o presente.

Amaro (2015) corrobora que pensar a contemporaneidade em termos civilizatórios implica lançar um olhar sobre o longo tempo das dinâmicas sociais e das grandes narrativas com que é possível interpretar o mundo.

Neste sentido, será que poderemos considerar o serviço social uma profissão contemporânea? Se nos basearmos no pensamento de Agamben, podemos considerar que o serviço social é uma profissão que é capaz de observar a luz na escuridão, descortinando o presente, e que é fomentada por todo o seu arcabouço teórico, metodológico, político, cultural e social, que foi forjado e construído no decorrer das últimas décadas de forma tensa e reveladora.

Agamben sugere que devemos visualizar a escuridão que a luz da contemporaneidade revela, nós agarramos a este entendimento para subsidiar o início desta reflexão. Diante deste ponto de partida, ou seja, daquilo que ainda podemos enxergar, é que se abrem as cortinas para o espetáculo: a construção da arte e do serviço social em movimento histórico com o desenvolvimento da sociedade, portanto, é neste caminho que vislumbramos encontros, desencontros e o quão complementares são.

1.1 - Ecoando o presente

“Temos a arte para não morrer da verdade.”

Friedrich Nietzsche

Apesar do crescimento económico, o sistema ainda não conseguiu encontrar respostas para muitas questões relacionadas com a pobreza, riscos e vulnerabilidades. Ainda é possível constatar que existe um forte acréscimo das desigualdades sociais, o que propicia a exclusão de uma grande parte das pessoas a acessos à progressão, promessas e oportunidades que a modernidade e globalização trouxeram, tornando o cenário incerto e hesitante.

Embora os avanços tecnológicos potencializem conquistas em diversos aspetos da vida, também causam sensação de impotência perante questões como, por exemplo, a relação do homem com a natureza, tanto que muitos estudiosos afirmam que vivemos numa sociedade de riscos, uma vez que as condições do desenvolvimento e a busca desenfreada pela acumulação de riqueza ganham estrutura.

Perante este panorama, que Barroco (2015) discorre sobre o neoliberal, temos a percepção que a participação do Estado é bastante reduzida. A autora salienta essa diminuição sobretudo nas políticas sociais, que impactam diretamente na vida dos destinatários da intervenção social, que se expressam por meio da pobreza extrema, desemprego, acumulação da riqueza, perdas dos direitos, violência, ausências múltiplas e endurecimento da vida quotidiana.

O quadro pode tornar-se ainda mais assustador quando se tem o avanço do chamado neoconservadorismo, que, de acordo com a autora, tem ancoragem no capitalismo. A sua perspetiva sugere que as crises sociais e as expressões da questão social “são consequências de uma desagregação moral”, elevando o papel de Estado somente no que cinge a repressão coercitiva e violenta de contestação da ordem social e aos costumes tradicionais:

“...o contexto do neoliberalismo no Brasil e no mundo, por meio de sua natureza regressiva promove a desregulamentação de direitos e o corte dos gastos públicos na área social, objetivo este gerido por organismos transnacionais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional, Organização Mundial do Comércio e Banco Interamericano do Desenvolvimento – BIRD”. (Narcizo, 2012:04 apud Behring, 2003).

A questão social pode ser entendida como “expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário da sociedade, exigindo o seu reconhecimento enquanto classe, por parte do empresariado e do Estado.” (Guerra, 2007: 06). De acordo com esta autora, a questão social é extremamente complexa, sendo tratada pelo Estado de forma fragmentada que, por sua vez, procura dar respostas através de políticas sociais.

Por outro lado, os destinatários da intervenção, ou seja, a população vulnerabilizada, requisita a esse Estado, tanto de forma direta como indireta, respostas. Institui-se, então, um espaço na divisão sociotécnica do trabalho para um profissional que trabalha na fase terminal da ação executiva das políticas sociais:

“A tarefa de construir uma ordem nova e melhor para substituir a velha ordem defeituosa não está hoje na agenda — pelo menos não na agenda daquele domínio em que se supõe que a ação política resida” (Bauman, 1999: 12).

Em 1965 a banda The Rolling Stones lançava “(I Can’t Get No) Satisfaction”, na sua melhor tradução, “Eu não consigo ficar satisfeito”, que nos remete diretamente ao debate que Bauman traz, principalmente no que diz respeito aos tempos da sociedade actual. Este tema pode ser bastante pertinente, uma vez que o autor apresenta, neste contexto, a sociedade líquida, ou seja, a ideia de que a modernidade está em plena dissolução e que está a procura ou desejosa de constante saciedade das suas necessidades, que devem ser imediatas, já!

Tornando-se em estado líquido, as questões individuais superam as coletivas. Onde tudo é imediato e tratado com uma velocidade e dinâmica diferente da modernidade sólida - que representa a tradição e os costumes, e havendo, ao mesmo tempo, segurança e padrões concretos estabelecidos. O autor refere-se que a passagem de uma sociedade a outra causou grandes mudanças na vida humana, que o sistema (entendido aqui como o capitalismo) se apropriou, aproveitando-se da sociedade líquida para perpetuar o seu poder.

“Os sólidos que estão para ser lançados no cadinho e os que estão derretendo neste momento, o momento da modernidade fluida, são os elos que entrelaçam as escolhas individuais em projetos e ações coletivas — os padrões de comunicação e coordenação entre as políticas de vida conduzidas individualmente, de um lado, e as ações políticas de coletividades humanas, de outro” (Bauman, 1999: 12)

Deste modo, a modernidade líquida é também marcada por uma série de sinais ambíguos que são propensos a alterações repentinas de forma imprevisível.

Para Bauman (1999) da sociedade contemporânea, emergem o individualismo, a fluidez e a efemeridade das relações. Corroborando, assim, com Agambem (2009) quando indagamos se não será esta, a escuridão que o autor se refere. A escuridão que tapa os olhos e não permite visualizar a verdadeira luz, do mesmo modo que quem passa pelo tempo sem o entender, desprovido de olhar crítico e sem o observar, não é contemporâneo.

Ainda sobre este assunto, na modernidade, quando uma regra é quebrada, outra, que moralmente conduz à mesma situação, é posta no lugar, não sobrando espaço para o novo. Muda-se a moldura, mas as fotos dos quadros continuam as mesmas. O sistema tem a capacidade de se apropriar do que pode ser revolucionário e impossibilita tudo aquilo que possui potência, inclusive a fragmentação/sectorização das pautas de lutas, como, por exemplo, as atuais reivindicações de direitos, divididos em direitos dos LGBTQ+, dos negros, dos índios, das mulheres, das mulheres negras, das pessoas com necessidades especiais, dos sem abrigos, entre outros grupos minoritários.

O movimento negro, feminista, LGBTQ+, causa indígena, entre outras demandas, como corrobora Oliveira (2011), até pouco tempo atrás não eram considerados como domínios do serviço social e, por isso mesmo, o assistente social deve atuar tanto no campo social como no campo económico, político e cultural. Deve detetar novas demandas e incorporar novas propostas interventivas a fim de ir ao encontro dos tempos atuais.

Amaro (2015) sublinha as mudanças provocadas pela modernidade, destacando que antigamente o serviço social laborava com a inserção/inclusão dos excluídos na sociedade, e que atualmente trabalha com a gestão dos excluídos, uma vez que os casos de exclusão já se encontram legitimadas.

Narcizo (2012) debate o tema, revelando outra consequência agravante do capitalismo selvagem: a precarização do trabalho, que se dá pela perda de direitos, terceirização, aumento do trabalho feminino em condições de exploração, e exclusão de jovens e maiores de 40 anos do mercado de trabalho: “a conjuntura que precariza e subalterniza o trabalho à lógica do mercado expressa novas configurações que interferem na matéria-prima da intervenção profissional: a questão social”. (Santos, 2015:146 apud Yazbek, 1999).

“Ao inserir o Serviço Social no âmbito das mudanças históricas que alteram as relações de trabalho na sociedade, buscando situá-lo como trabalho especializado, dentro da divisão social e técnica do trabalho coletivo, sobretudo nos processo de trabalho que têm por alvo a produção e reprodução social da vida das classes subalternizadas em nossa sociedade, a preocupação é afirmar a profissão e as particularidades de sua intervenção em face dos novos contornos da questão social e dos novos padrões de regulação com que se defrontam as políticas sociais na contemporaneidade”. (Santos, 2015: 15 apud Yazbek, 1999:97).

Piana (2009) acrescenta que a questão social e as suas diversas expressões constituem objeto de trabalho do assistente social, e que o seu enfrentamento deve ser elaborado e implementado através de políticas sociais, públicas, empresariais, de organizações da sociedade civil e de movimentos sociais.

Para Prates (2007) a complexidade dos fenômenos sociais, propicia cada vez mais a utilização de cadeias de mediação alternativas às áreas humano-sociais, em especial ao Serviço Social. Deste modo, nenhuma ciência sozinha poderá dar conta de tais expressões, sejam velhas ou novas demandas. Caminhando-se, assim, para uma interdisciplinaridade, sem que isso conduza à perda de identidade e das particularidades de cada profissão.

A autora salienta que demasiado investimento nas políticas sociais poderá resultar em perda de efetividade, precisamente devido à ausência de diálogo, o que pressupõe uma articulação entre as políticas, com complementaridade das áreas, uma vez que, para obter um determinado resultado, o olhar deve ser ampliado, e não isolado.

Contudo, Narciso (2012) corrobora salientando que o avanço e aprofundamento do projeto profissional do Serviço Social encontram-se atualmente de forma bastante intensa, tensionado pelos rumos neoliberais que compõem o contexto contemporâneo da sociedade, e os seus desdobramentos no interior da profissão.

“Levando-se em consideração os limites que circunscrevem o Serviço Social, enquanto profissão inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, mas, também, observando a contribuição que este pode fornecer, a partir de seu acúmulo teórico prático, podemos avaliar que transcender as demandas imediatas alocadas no espaço do cotidiano, a fim de perseguir a perspectiva da totalidade, pode servir a construção de possibilidades de luta e transformação social. Para isto, é necessário ter a capacidade de se apropriar de mecanismos e estratégias fundados em bases teórico-metodológicas sólidas que permitam tanto o desvelamento do cotidiano, quanto a construção e fortalecimento, a partir deste

desvelamento, de sujeitos coletivos, e é precisamente esta a contribuição que as técnicas das manifestações artístico-culturais podem fornecer como veremos adiante”. (Narcizo, 2012:04).

Diante de toda esta conjuntura, o assistente social é chamado a resistir e lutar, e a procurar novas possibilidades de intervenção. Vários são os autores que trazem esta necessidade de “seguir”. Contudo, é no Código Deontológico do Assistente Social de Portugal (2018) que este chamado se afirma em diversos momentos, no que concerne a dignidade humana, liberdade e justiça social, revelando tanto na fundamentação como posteriormente no que tange ao respeito pela pessoa, quais destaco:

“Atendendo às aceleradas mudanças a que o mundo está sujeito e à complexidade da vida humana, compete ao Assistente Social contribuir para a construção de modelos sociais sustentáveis, do ponto de vista económico, social, cultural e ambiental, contribuindo para a correção das desigualdades e para a solidariedade com as gerações futuras”. (p. 03)

e

“Criar condições para uma efetiva participação das pessoas em todas as situações que lhes digam respeito, capacitando-as para o reforço de todos os aspetos de decisão e ações que afetem as suas vidas”. (p. 14).

1.2 - Evocando o passado

“A ciência descreve as coisas como são; a arte, como são sentidas, como se sente que são.”

Fernando Pessoa

Amaro (2015) revela que no contexto da caridade cristã e filantrópica, desde a idade média, podemos encontrar documentos que corroboram com estas atividades, demonstrando semelhanças com o início do serviço social. Contudo, a profissão enquanto atividade profissional, dá-se somente no contexto da modernidade. A realidade está emergida pela revolução francesa, e pela nova ordem trazida pela revolução industrial - capitalismo, urbanismo e estabelecimento das classes.

Deste modo, observa-se que a economia capitalista de base industrial não produziria equilíbrio necessário, quando surge com as primeiras iniciativas de políticas sociais, por volta do século XIX. E, também, quando potencia a criação de um enquadramento político, social, institucional e profissional para o serviço social, que nasce num berço religioso em Portugal, característica da profissão que não configurou-se de forma diferente em outros países.

Neste contexto, Alcina Martins (1995), afirma que a implantação do liberalismo trouxe o controlo do Estado sobre a Igreja, com início de um processo de laicização do Estado Português entre o final do século XIX e início do século XX.

Dão-se, neste período, as primeiras respostas sociais que, entretanto, foram incapazes de atender as demandas oriundas do desenvolvimento capitalista, ainda de forma benevolente e filantrópica. Contudo, mesmo com esta empreitada, por volta dos anos de 1917, a igreja regressa por meio de ordens religiosas, restabelecendo trabalhos em áreas como a educação e a assistência.

A autora relata que entre os anos de 1933 a 45, com a construção do Estado Novo, a igreja é afastada da gestão política, mas permanece na ação religiosa e social, fazendo com que a laicização do Estado ganhe um novo fôlego. Nesta envergadura, que a institucionalização do Serviço Social Português se materializa, porém somente com o regime republicano, é que houve avanços significativos para instituição da profissionalização da assistência, enquanto países como Estados Unidos e França já teriam avançado neste quesito,

tendo forte influência no desenvolvimento dos trabalhos em Portugal. Todavia, é importante salientar que, neste período, a assistência não possuía um caráter universal.

“No sentido de cumprirem a componente solidarista, os republicanos tomaram várias medidas sociais, que refletem uma certa sensibilidade perante a Questão Social, como seja a criação dos seguros sociais obrigatórios, as leis sobre arrendamento urbano, acidentes de trabalho, regulamentação dos horários de trabalho e o reconhecimento de alguns direitos, como o de associação a greve, do ensino obrigatório gratuito e neutro e o direito a assistência”. (Martins, 1995:25)

Os primeiros ensaios sobre o serviço social dão-se somente em 1924, tendo sido propostos por médicos, com base em experiências internacionais.

“No decurso da Ditadura Militar (1926-1933), o desenvolvimento da Medicina Social, no pós-Primeira Guerra Mundial, leva a criação de dispensários de higiene social, postos de infância, hospitais psiquiátricos, e de novos profissionais como as Visitadoras Sanitárias e as Enfermeiras Visitadoras de Higiene, que passam a ter uma formação especializada. As propostas de se instituir o Serviço Social alargam-se a serviços como as Misericórdias, as instituições de Assistência Materno-Infantil e os Tribunais de infância, perante a insuficiência da formação e ação dos únicos profissionais de assistência - os Delegados de Vigilância”. (Martins, 1995:27)

Somente em 1928, é ensaiada a criação da primeira escola de Serviço Social, e em 1934 o primeiro curso de Assistência Social. É de importância destacar:

“Nesse mesmo ano, o Instituto de orientação Profissional faz segunda tentativa para ultrapassar a inexistência de uma escola de Serviço Social, promovendo a formação de Observadores Sociais. O Curso constitui um novo ensaio do estudo do Serviço Social, apresentando preocupação com a relação teoria-prática e as experiências do Serviço Social sistematizado, na linha do Trabalho Social desenvolvido por Mary Richmond”. (Martins, 1995:27 apud Vasconcelos, 1934:27 a 32).

Somente na fase do Estado Novo, a cargo da União Nacional, único partido permitido na ocasião, propiciou a criação da escola de serviço social, mas com uma diretriz de “moralizar os costumes e contribuir para a formação da consciência nacional”, conforme corrobora Martins (1995). Porém, com as consequências do pós-guerra, a profissão é reconhecida como indispensável, desdobrando-se com a integração dos assistentes sociais nos serviços públicos, mas com a formação realizada pela igreja, que possuía uma forte

influência e controle do Estado. Revela-se, então, o protagonismo das mulheres no processo de construção do serviço social Português, não diferente também do que ocorre no mundo.

“O Serviço Social conta no seu processo de construção com o envolvimento directo de mulheres, que se tinham salientado em vários sectores da vida portuguesa como as primeiras deputadas. São também mulheres que dirigem as escolas de Serviço Social e integram os órgãos de gestão, participam no debate parlamentar sobre o Serviço Social e na formação das Assistentes Sociais, tendo as organizações de mulheres católicas e do movimento feminista português apoiando a criação da profissão de Serviço Social”. (Martins, 1993 apud Martins, 1995:31).

Em Portugal, de acordo com a autora, em meados da década de 80 o serviço social tem o seu reconhecimento enquanto licenciatura, levado a cabo por um processo que se deu após o 25 de Abril de 1974. A partir daí, a profissão passa a relacionar-se de forma diferente com a sociedade portuguesa na instauração da nova conjuntura sociopolítica. Destaca-se que os trabalhos de investigação até então eram realizados por profissionais externos à profissão, como juristas e médicos, que corroboraram imensamente com a institucionalização do Serviço Social.

Na década de 80 ocorreram dois importantes marcos para a profissão: a comemoração do cinquentenário da Instituto Superior de Serviço Social de Lisboa; e o programa de cooperação com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, dando lugar aos pioneiros cursos de mestrado em Serviço Social. Salienta-se que, até então, a formação tinha forte apelo a prática, e pouco fomento à investigação.

Posteriormente outros marcos do Serviço Social Português, como o documento “Ética do Serviço Social: declaração de princípios” aprovado na Assembleia Geral da FIAS e da AIESS em Adelaide, Austrália, em outubro de 2004; amplamente divulgado pela APSS - Associação Profissional do Serviço Social, criada em 1978. O documento anterior subsidiou também o Código Deontológico dos Assistentes Sociais aprovado somente em 2018, e mais recentemente culminando com a criação do OAS - Ordem dos Assistentes Sociais pelo Parlamento Português, embora houvesse forte produção norteadora da profissão internacionalmente.

Porém, todo este histórico, como Marques (2015) revela sobre o período Estado Novo: “O serviço social, de então, caracterizava-se pela prática assistencialista inspirada no moralismo Cristão dada a importância que a Igreja Católica assumia na assistência aos mais

pobres, posicionando-se o Estado num papel subsidiário”. (Marques, 2015:03 apud Menezes, 2002)

As práticas assistencialistas, foram, em parte, superadas no seio do contexto profissional. Contudo, esta visão e forma de exercer a profissão, ainda se dá por parte de alguns atores, e também enquanto forma de entendimento dos destinatários da intervenção a entendem. Entretanto, todos estes movimentos históricos também revelam articulação social, cultural, política e económica conforme revela Faleiros (2011).

Para Amaro (2015) o serviço social é marcado por uma gama de pensamentos, que se apropriam de várias correntes. Não existe uma uniformidade e uma concepção única da profissão, sendo atravessada por várias correntes:

“Entre abordagens mais coletivistas e mais individualista; mais ascéticas e mais humanizadoras; mais conservadoras e mais radicais, que se posicionam o serviço social como uma arte ou uma prática científica neutra e racional, o debate permanece inacabado na profissão”. (Amaro, 2015:55)

1.3 -Ressoando futuro

“O fim da arte inferior é agradar, o fim da arte média é elevar, o fim da arte superior é libertar.”

Fernando Pessoa

Neste contexto, “enxergar luz na escuridão”, como referido por Agamben, parece fazer todo o sentido. Para vislumbrar o futuro novamente é necessário um resgate do passado, para melhor entendimento da interferência arte no campo do serviço social, na actualidade, caminhos percorridos e do seu desenvolvimento.

É também pertinente que Agamben (2009) utilize a arte para um melhor entendimento do contemporâneo, através de um poema de Osip Mandel’Stam nesta tradução como “século”. Na perspectiva deste autor, a respetiva expressão artística, tem elementos que oferecem ao leitor compreensão sobre a contemporaneidade. Neste caso, o poema age como um instrumento de mediação², que faz transitar o pensamento, elevando-o.

A arte está ligada de forma intrínseca à cultura. Guerrero-Munoz (2017) baseando-se em alguns autores define-a, num ponto de vista histórico e teórico-epistemológico, como um sistema de conhecimento:

"La cultura o civilización, tomada en un sentido etnográfico amplio, es ese todo complejo que incluye conocimiento, creencia, arte, moral, ley, costumbre y otras aptitudes y hábitos adquirido por el hombre como miembro de la sociedad". (Guerrero-Munoz, 2017:177 apud Taylor, 1871)

A cultura é um sistema de conhecimento que nos fornece um modelo de realidade, através do qual damos sentido ao nosso comportamento. Esse sistema é formado por um conjunto de elementos interativos fundamentais, gerados e partilhados pelo grupo que lhes identificam (grupo étnico), de maneira a serem transmitidos aos novos membros (enculturação), sendo efetivos na resolução de problemas.

² Mediação - tratada no Capítulo III.

No entanto, este autor revela que existem muitas definições de cultura, cita que na obra de A. L. Kroeber e C. Kluckhohn, *Cultura: Uma revisão crítica de conceitos e definições*, (1952) analisou 174 definições de cultura, que poderiam ser agrupadas em quatro categorias ou tipos principais: descritiva, histórica, normativa e psicológica.

Traz o entendimento da NASW que refere cultura como um padrão integrado de comportamento humano que inclui pensamentos, comunicações, ações, costumes, crenças, valores e instituições de um grupo racial, étnico, religioso ou social. Porém, o autor explica que essa definição integrativa de cultura, oferecida pela NASW, resulta na ideia de um "padrão" compartilhado e estável de comportamento e ação típico de um grupo humano.

Esse padrão ou configuração de comportamentos, atitudes e pensamentos inclui fatos diferenciais da experiência humana tão significativos quanto "orientação sexual", "deficiência" ou "crenças religiosas". Também pode ser um descritor de identidade com um senso de pertencimento que alude à necessidade de certos grupos de se tornarem mais visíveis na sociedade.

Na perspectiva do autor, a cultura aqui seria como pertencer a um grupo com base na "luta" pelo reconhecimento da diferença, da igualdade na diferença. Assim, quando o termo "cultura" é usado para delimitar fronteiras e determinar a existência de uma realidade diversa. Não se trata tanto da conformação de uma série de padrões de comportamento, crenças ou valores assumidos por um grupo de pessoas, que eles transmitem, como costumávamos dizer, de geração em geração, mas sim de uma identidade coletiva que luta ativamente por reconhecimento, face a uma sociedade que constantemente negligencia ou limita o direito de ser diferente.

Por outro lado, Matarazzo (2019) acrescenta que a cultura é uma expressão de crenças e valores na conduta da vida quotidiana, e que a arte é o conjunto de ferramentas que permite às pessoas interferir na sua própria cultura. Refere que o estabelecimento de uma mediação entre o pessoal e o coletivo, por vezes, permite ao indivíduo influenciar um grupo. Deste modo, permite-se que novas ideias surjam através da arte, podendo, assim, provocar alterações nos valores culturais. Autor exemplifica esta questão com o modernismo, a música rock, e a arte comunitária, que alteraram a cultura das sociedades em que surgiram.

Na conceção deste autor, tanto a arte como a cultura expressam significados e valores humanos, mas a diferença permanece precisamente na dimensão autoconsciente, uma vez

que a cultura, no geral, é expressada através de tudo o que se faz, sem questionamentos ou reflexão sobre a questão. Ainda sobre este assunto, a arte também pode se distanciar da sua cultura, criticando-a.

“Quando uma senhora separa diversos retalhos de panos e com eles constrói fuxicos, mantas, centros de mesa e coloca nessa atividade uma intencionalidade não apenas utilitária, mas imagética também, que traga lembranças de sua infância ou projete uma possibilidade de futuro na “sua arte” está fazendo cultura”. (Couto, 2017)³

Santos & Mendonça (2015) relatam que o homem atua sobre a natureza, à medida em que a transforma, transforma-se também a si próprio. Com realização do trabalho, torna-se um ser social, portanto, o trabalho é uma propriedade do homem. Através dele, outras capacidades são adquiridas, dentre elas a arte. Arte, além de ser um veículo de transmissão de conhecimento de geração a geração, é também um veículo de comunicação universal, independente da raça, tempo, história e crença. Transmite realidade, história e sentimentos. No entanto, por outro lado também denuncia, esclarece, traz luz e auxilia no processo do rompimento da alienação.

“Arte é a atividade humana que consiste em um homem comunicar conscientemente a outros, por certos sinais exteriores os sentimentos que vivenciou.” (Santos & Mendonça, 2015:01 apud Tolstoi, 2002)

As autoras revelam que cada cultura expressa um conceito diferente de arte, no entanto, sua origem está ligada à religião e à ciência, através de cultos, rituais e magias, para expressar emoções, realidade e história. Entretanto, a arte muda no decorrer do tempo e passa a ter um papel social e instrumento de luta.

Durante a idade média, a arte era restringida para os detentores de poder, uma vez que a igreja era o principal consumidor de arte, e, posteriormente a burguesia. Mais tarde passa a ser canalizada como moeda de troca na época das expansões marítimas, transformando novamente a sua concepção.

Na idade moderna, a arte torna-se ainda mais restrita, deixando a população geral distante deste contato. Como resultado do capitalismo, a arte ganha o seu maior impacto,

³ <http://hs.toledoprudente.edu.br/blog-de-servico-social/cultura-e-servi%C3%A7o-social-uma-rela%C3%A7%C3%A3o-cotidiana.-voc%C3%AA-sabia>

passando a ser produzida para o atendimento das necessidades do capital, deixando-a mecanizada e tolhendo a sua capacidade criativa.

“a arte teve sua origem na magia, foi um auxílio mágico a dominação de um mundo real inexplorado. A religião, a ciência e a arte eram combinadas, fundidas, em uma forma primitiva de magia, na qual existiam em estado latente, em germe. Esse papel mágico da arte foi progressivamente cedendo lugar ao papel de clarificação das relações sociais, ao papel de iluminação dos homens em sociedades que se tornavam opacas, ao papel de ajudar o homem a reconhecer e transformar a realidade social”. (Oliveira, 2011:13 apud Fisher, 1973:19).

Por outro lado, Santos (2015) considera que num primeiro momento, quando arte não fazia distinção entre religião e ciência, fundindo-se, e, sendo, por isso, considerada um instrumento mágico, servia ao homem na dominação da natureza e no desenvolvimento das relações sociais: “uma arma da coletividade humana em luta pela sobrevivência”.

Mesmo depois da sociedade primitiva e da mudança histórica para sociedade de classes, a arte nunca perdeu o seu caráter coletivo. Contudo, é neste momento que as classes mais favorecidas recrutam a arte para servir os seus propósitos particulares. O capitalismo propiciou vários estilos e métodos para o desenvolvimento da arte, moldurando-a na reprodução mecânica, cada vez mais aperfeiçoada, e caracterizando-a na especialização do trabalho.

É precisamente pelo nobre papel da arte, que sempre foi hostilizada pelo capitalismo, que a autora relata que a arte foi uma grande vítima deste sistema, sendo totalmente apropriada e restrita ao belo, devido ao favorecimento e ao desenvolvimento da produção em massa, dedicada ao maior número possível de pessoas.

Oliveira (2011) anuncia que este envolvimento do capitalismo com a arte, foi estratégico, uma vez que a democratização é temerosa. A produção cultural livre é vista como perigosa e subversiva aos olhos do poder. Um exemplo claro dessa censura ocorreu nas ditaduras militares, com grande fiscalização de artistas, punindo quem subvertesse a ordem.

Para Matarazzo (2019) a arte expressa valores, e possui uma verdadeira função social, principalmente no que tange a participação e a comunidade. Porém, dificilmente se consegue definir a arte. Relatando a ideia de que arte é uma coisa ou um conjunto de coisas, e para corroborar como o tema, expõe-se a definição de arte pelo Oxford Dictionary:

“A expressão ou aplicação da habilidade criativa e imaginação humana, geralmente em forma visual como a pintura ou escultura, na produção de trabalhos que serão apreciados principalmente pela sua beleza ou poder emocional”. (Matarazzo, 201: 45).

Para o autor, a referida definição deve ser considerada por lançar três importantes elementos: primeiro, que a arte requer habilidade; segundo, que produz trabalhos (coisas); e terceiro, que o seu valor é emocional.

“A arte é a criação de significado através de histórias, imagens, sons, atividades performativas, e outros métodos que possibilitam que uma pessoa comunique a outras os seus sentimentos e a experiência de estar viva.” (Matarazzo, 2019:40)

Neste sentido Conceição (2010) enfatiza que a arte tem a capacidade de incorporar aquilo que o homem não é, mas que se pode tornar. O artista pode ser um perturbador da ordem estabelecida. Contudo, a arte também está inserida no campo do trabalho e tal como se reproduz, cria especialistas. Deste modo, três são os exemplos que a autora menciona: a arte elitista – atemporal e pura, expressa-se no sentir de emoções pessoais; a arte das massas – padroniza gostos e submete as diferenças a um padrão caracterizada como a indústria cultural; e a arte popular – representação e satisfação solitária de desejos coletivos.

“Nesse contexto, deve-se esclarecer que a tarefa do artista é, então, “expor ao seu público a significação profunda dos acontecimentos, fazendo-o compreender claramente a necessidade e as relações essenciais entre o homem e a natureza e entre o homem e a sociedade” (Santos, 2015:135).

Neste campo, o artista, ao produzir uma obra artística, possui um papel de grande importância, pode dirigir o seu trabalho tanto para a manutenção da ordem e a serviço do capital, como para propiciar a diferença e a mudança.

Figura 01 - Charge⁴:



Para Matarazzo (2019) “os trabalhos artísticos não possuem significado, pois são realidade”. Nesta conjuntura, podemos citar, entre outros artistas, Andy Warhol⁵, que registra nas suas obras a sociedade do consumo, ou seja, como referido anteriormente, a sociedade líquida. Este artista deixa-se influenciar pelos média e a cultura de massas, e, apropriando-se das figuras e ícones conhecidos do grande público, expõe o sistema, através da descaracterização das coisas, transformando-as. Contudo, este profissional não critica este meio, pois tem consciência que o integra, produzindo “arte como uma máquina”, no entanto, revela-o.

“Um trabalho artístico proporciona um encontro entre o criador, que o produziu, e o recriador, que responde criativamente ao que lhe é apresentado”. (Matarazzo, 2019:41)

Citando ainda Matarazzo (2019) a arte requer autoconsciência e intencionalidade. Revela que o ato de um artista, que requer concentração, habilidade, bem como, imaginação, coragem, sensibilidade, entre outras qualidades, estará sempre aberta a diferentes interpretações. Um ato pode ser considerado por ele, ou seja, um bom artista, em função da

⁴ <https://www.instagram.com/caixadoremedios/?hl=pt>

⁵ <https://www.whatelsemag.com/artista-andy-warhol/>

sua intenção, execução ou resultado, mas pode mudar de perspectiva e causar sensações e sentimentos totalmente diferentes daqueles objetivados por quem a interpreta.

“A atividade da arte tem por base o fato de que o homem, ao receber pela audição ou visão as expressões dos sentimentos de outro homem, é capaz de experienciar os mesmos sentimentos do que aquele que os expressa”. (Matarazzo, 2019:41 apud Leo Tolstoy)

A arte pode levar as pessoas a compreenderem a sua realidade e a transformá-la:

“pois tem como possibilidade tirar o homem de um estado de fragmentação, conseqüente da divisão do trabalho no modo de produção capitalista e que causa a alienação do homem no/pelo trabalho. Entende-se que a arte pode servir a esse homem como meio de "libertação", como meio de pensar com mais criticidade, sua própria existência, podendo auxiliar o desvendamento da alienação que sofremos no cotidiano de nossa realidade social”. (Conceição, 2011:09 apud Fisher, 1987).

Para Santos (2015) a arte não reflete a realidade, mas faz refletir a realidade. São questões distintas. Contudo, é necessário romper com o reflexo que tange a reprodução cotidiana, dando como exemplo uma fotografia, que tem o poder de registrar um momento. Deste modo, a arte tem a capacidade de propiciar a reflexão humana sobre a realidade.

Quando encaramos a arte como reflexo da realidade, reduzimo-la unicamente ao seu carácter estético. Neste sentido, ganha destaque se considerarmos o belo e o agradável. Todavia, a autora revela que, nesta direção, a arte é apreendida enquanto linguagem afetiva e intelectual dos homens. A arte, por mais que tenha um objetivo na sua criação, será sempre retraduzida, devido ao seu poder evocador.

Ainda sobre as premissas da arte, Oliveira (2011) revela que ela, ou seja, a arte tem a tarefa de tomar posição nas lutas do tempo, da sociedade, das classes sociais; e favorecer a vitória social de uma determinada tendência - a solução de um problema social.

A arte possui uma relação direta com pensamento e ação. Representando a humanidade num determinado momento histórico, sem fronteiras, podendo expressar-se de várias formas: teatro, dança, fotografia, poesia, música, literatura, pintura, artesanato, cinema, escultura, arquitetura, grafite, performance, design, multimédia, moda, entre outros.

De acordo com Santos (2015), a arte faz parte da cultura, e, por sua vez, a cultura expressa-se no quotidiano - espaço onde se insere a política qualificada do profissional de serviço social -, ou seja, a autora entende que neste espaço do quotidiano se pode vislumbrar

a arte como mediação do serviço social, caracterizando-se como arte/cultura/quotidiano/experiência.

Por outro lado, é na relação arte/sociedade que todas as possibilidades do trabalho se apresentam ao Serviço Social, e é neste contexto:

“Assim, articular a Arte com o Serviço Social, com o objetivo de fortalecer o processo de construção, autonomia e resistência dos movimentos sociais pode viabilizar a instauração de mediações que possibilitem a ultrapassagem do cotidiano de maneira a permitir ao indivíduo reconhecer-se como sujeito coletivo”. (Narcizo, 2012:05).

Para a autora, a arte revela uma parte da realidade. A essência humana acredita veementemente que a arte pode potencializar uma força, movimentar espaços de luta e enfrentar e o engajamento dos indivíduos. É neste sentido que se afirma que as utilizações das técnicas das manifestações artísticas culturais, pelo serviço social, podem proporcionar novas formas de alcançar os sujeitos, novas maneiras de iluminar e fecundar, potencializando, assim, a luta coletiva, através da radicalização do humano e da sua força.

Sobre as particularidades da luta coletiva, Matarazzo (2019), traz-nos a arte participativa, que, por sua vez, deriva da arte comunitária, revelando:

“Os jovens ativistas que inventaram a arte comunitária, nas décadas de 1960 e 1970, entendiam-se como um movimento, o que é sugestivo do caráter radical do seu projeto. Acreditavam que a arte é essencial ao florescimento humano, que todos têm capacidade de criá-la e defini-la, e que a participação plena, livre e igualitária na vida cultural é simultaneamente um direito e uma via de acesso a uma sociedade mais justa e democrática”. (Matarazzo, 2019:20)

O referido autor, desvenda uma faceta importante da arte, que ganhou expressão enquanto arte participativa. Nascida no seio das comunidades, sem visibilidade, fomentada com recursos ínfimos e enorme resiliência, por um vasto ecossistema pulsante de artistas, organizações sociais, grupos de arte comunitária, educadores, ativistas e assistentes sociais.

“Ao operar nas fronteiras de estruturas sociais normativas, a arte participativa confronta-nos com novas questões. Desestabiliza os conceitos e disciplinas dentro dos quais e entre os quais ela própria funciona, abandonando a segurança dessas formas existentes e desafiando-nos, por conseguinte, a tornarmo-nos mais autoconscientes.” (Matarazzo, 2019:28).

Mas, embora o referido autor revele o quanto a arte participativa é importante enquanto propulsora de inúmeras mudanças nas localidades, ele estabelece um corte na arte participativa enquanto processo criador e criativo, ao revelar que a arte é participativa quando todas as pessoas participam desta forma, do citado ato criativo, quer sejam profissionais ou não.

Para Prates (2007:224): “A arte, portanto, expressa valores e concepções históricas, modos de vida, sentidos e significados atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos que os vivenciam e interpretam.”

Segundo a autora, estas representações refletem valores e concepções que o homem possui de si, do mundo e do seu meio. Prates mostra-nos que, além do pensamento, o sentido tem grande importância. Alerta, ainda, para a alienação que se expressa neste contexto. Deste modo, o homem poderá contemplar todo o ritual e o prazer de uma alimentação no seu aspecto mais amplo, se esta alimentação for apenas satisfazer as suas necessidades mais básicas, ou seja, a combater fome para sobreviver. Desta forma, a miséria e a pobreza, retiram do homem os sentidos, reduzindo-os aos seus instintos mais animais:

“A arte é importante instrumento de reprodução do ser social. Expressamos – através do traço, da cor, do som, dos gestos – sentimentos, valores, hábitos, costumes, indignações, paixões, modos de ver o mundo, a vida, a nós mesmos e materializamos na pintura, na dança, na culinária, na escultura, na dramatização, na arquitetura, na música, nossas objetivações, em parte histórica e socialmente construídas, em parte histórica e socialmente determinadas, possibilitando que sejam apreendidas pela razão e sensibilidade do outro; mas, por outro lado, reduzimos também o sentido estético, o gozo humano do belo, do bom, do confortável, quando nossa sensibilidade é alienada”. (Prates, 2007: 224).

Para Santos (2015), a arte tem também papel um privilegiado, no que toca à comunicação, referindo que quanto mais se atinge os sentimentos e a emoção, mais a arte se comunica. Deste modo, parafraseando Matarazzo (2019), a arte não tem capacidade para resolver os grandes desafios e problemas existenciais, e, por esse motivo, não será a grande salvadora, surgindo no céu com uma longa capa de super heroína. Porém, pode ajudar o sujeito a enfrentar desafios nos locais onde vive e convive, possibilitando que este se coloque no lugar do outro. Tampouco intervir através de arte significa um grande impacto na vida do destinatário da intervenção, ou, de uma forma mais exacerbada, jamais o fará sair às ruas de

forma armada, no entanto, poderá ser utilizada no quotidiano, favorecendo primordiais diferenças.

Conceição (2010) expressa que, deste modo, a arte deve ser usada no serviço social de forma condizente aos seus objetivos, ou seja, a construção de uma nova hegemonia, para formação de homens mais críticos e conscientes. Importante destacar que a arte também é chamada num contexto histórico a manter a ordem na sociedade. Outrossim, entende-se que através da arte o homem também é capaz de tomar consciência.

A autora enfatiza que o atual contexto requer dos assistentes sociais diferentes e criativas estratégias. O trabalho através de arte requer do profissional de serviço social não somente criatividade, mais alguns pressupostos, como pensar objetivos, planeamento, análise quanto aos fins educativos, entre outros aspetos, para que esta ação venha imbuída dos objetivos valorosos da profissão, e não na perspetiva da reprodução. Embora possa ser possível observar um estranhamento de muitos na relação arte - serviço social, a arte está presente nos mais diversos espaços, mesmo que timidamente, e não possui qualquer dúvida de que é um importante instrumento de intervenção para a emancipação e liberdade.

Para Faleiros (2011:751) expressa “que o serviço social está dinamicamente unido com a sociedade contemporânea”: de modo que não poderia ser diferente, o passado ecoa no presente, e para nossa compreensão também deste presente, devemos lançar um olhar, evocando o passado, é por meio de toda esta construção histórica que podemos vislumbrar um futuro desafiante. A arte tem premissas nobres, que poderemos encontrar no desenvolvimento do serviço social e em todo seu alicerce.

1.4 - Política de Cultura: Um casulo protetor.

“A arte é um resumo da natureza feito pela imaginação”

Eça de Queirós

Entende-se como políticas sociais um conjunto de procedimentos que visam o bem-estar social e promovem a garantia de direitos. Deste modo, embora com uma finalidade específica, a política de cultura integra este campo, bem como outras políticas públicas.

Da mesma forma, não se desconecta arte deste universo cultural. Além de ser uma política social que dialoga com a nossa prática, compõe o nosso campo profissional.

Henriques (2002) revela que, comparada a outras nações, Portugal, é jovem na construção de políticas culturais. Destaca uma dança política e conceitual que correu ao longo do tempo e que interferiu sobremaneira no seu desenvolvimento.

Na visão do autor, existe uma certa ingerência das instituições de poder, no que tange a arte e a cultura. No entanto, o Estado não é responsável somente pela construção de espaços de cultura, mas também pelo favorecimento da cultura com gestão, financiamento de arte e atividades culturais diversas, embora não tenha exclusividade nesta premissa, sendo que o setor privado contribui de forma significativa no desenvolvimento e execução da arte e da cultura.

“A política cultural encerra, portanto, uma visão e um reconhecimento do campo cultural, “entendido como sistema de relações entre lugares, recursos e sujeitos, dotado de autonomia estrutural”, dos quais resultam, claro, um conjunto de medidas estratégicas produzidas de modo sistemático e articulado”. (Albuquerque, 2013:92 apud Silva, 2003:11)

Salienta-se que a política cultural possui vários eixos de atuação, que vão desde a criação de bibliotecas, museus, teatros, entre outros equipamentos, bem como outras medidas de ação, como, por exemplo, a manutenção do inventário do patrimônio histórico.

“Neste sentido, ao falarmos de ‘políticas culturais’, designamos, por isso mesmo, processos sociais institucionais, ou seja, práticas de intervenção que vêm agregar e dar sentido a um conjunto necessariamente heteróclito de actos, discursos, despesas e práticas

administrativas, onde se jogam duas dimensões fundamentais das relações sociais: a cultura e o poder”. (Albuquerque, 2013:91 apud Dubois & Costa, 1999:07).

No início do século XX, o Estado exercia uma maior influência no campo das artes e da cultura, tanto que a criação artística tinha intuítos propagandistas e ideológicos, na maioria das vezes, com grande financiamento do Estado. Entretanto, aqueles que não atuavam nesta orientação, tinham a arte dada como degenerada. Eram perseguidos, e até mesmo exterminados.

Durante o pós-guerra estabeleceu-se outro tipo de política cultural, com outros intuítos e estratégias. Contudo, mesmo com o paradigma do Estado mediador da economia, que acarretava a responsabilidade e a necessidade de assegurar direitos sociais, instaurou-se, a exemplo do bem-estar, a provisão de serviços que perpassam saúde a energia, e consequentemente ampliaram os investimentos com artes e cultura, zelando, desta forma, pelo seu usufruto, e assegurando sua difusão alargada dos bens e serviços.

“A justificação para o financiamento ou subvenção das artes pelo Estado procurou sempre encontrar uma base de apoio sólida, aparentemente irrefutável, na economia, ora na ideia de que há no mercado cultural falhas que é necessário corrigir, ora na de que as artes e a cultura configuram bens especiais com benefícios sociais superiores aos benefícios privados, e que por isso merecem ser tutelados ou apoiados pelo sector público”. (Henriques, 2002:64).

O autor traz à tona estudos de economistas americanos que demonstram que estes se tratam de um espetáculo teatral. Caso fossem aplicadas medições de produtividade que seguissem fatores económicos, a expressão artística tenderia a desaparecer, uma vez que não é possível medir eficiência, dada a peculiaridade do fazer teatral, em que a qualidade é subjetiva e fatores como o tempo influenciam esta dinâmica.

Henriques (2002) salienta que a produção das artes e da cultura está assimilada ao conceito de bem público, de forma intrínseca traz benefícios ao indivíduo, pois, além do bem-estar que proporciona, propicia formação e valorização pessoal, muito semelhante à educação e, até mesmo, à higiene.

No entanto, o autor revela que até no aspeto económico se justifica uma intervenção do Estado - na criação de uma política cultural, precisamente porque ser um setor que possui apreciadores e consumidores, necessitando de vivacidade para os acolher, atendendo, desta

forma, tanto aqueles que procuram a arte e cultura, como os retiram deste cenário um sustento numa ampliada cadeia económica.

“são eles a base em que assenta o trabalho mais visível e aclamado, e o caldeirão em que são forjadas ideias novas e radicais. Nos países em que os recursos para a cultura são limitados, ou em que as instituições públicas mantêm uma visão conservadora sobre a sua própria função, estes pequenos grupos independentes são essenciais, tanto pela ação de base que desenvolvem, como por porem em prática a participação democrática num mundo sob pressão”. (Matarazzo, 2019:26)

Neste sentido, Albuquerque (2013) propõe um olhar ampliado para as artes e cultura, uma vez que este é um campo extremamente essencial, inclusive à gestão das cidades:

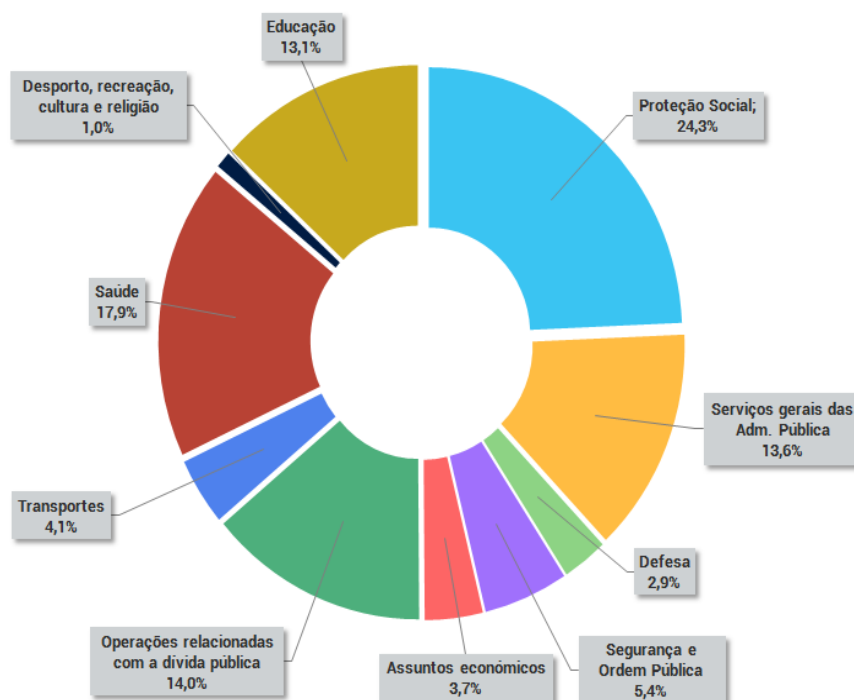
“Por isso mesmo, a vitalidade cultural de um território começa a ser hoje tanto um factor de diferenciação territorial face à uniformização global, mas também um factor de atracção territorial, podendo aumentar o fluxo de entradas e saídas do território geradoras de alguma dinâmica económica, e, acima de tudo, um factor com impactos na qualidade de vida, na geração do tal sentimento positivo de pertença e de uma identidade aberta ao mundo e à mudança, pelo input de criatividade que o sector pode gerar”. (Albuquerque, 2013:04).

Henriques (2002) contribui para este pensamento, sugerindo que compete ao Estado salvaguardar a cultura enquanto identidade nacional, pois confere-lhe a responsabilidade de assumir a participação de todos, impreterivelmente, na vida cultural, como uma meta de desenvolvimento da sociedade.

Ultimamente, tem-se vindo a questionar o papel do Estado enquanto interveniente das políticas culturais não tão diferente das discussões existentes em outras áreas. Um discurso que propaga uma crise, ocasionando desequilíbrio nas contas públicas, que também atrelada a uma condução política liberal, entre outros fatores, faz o Estado recuar com o financiamento e o papel protetor.

No que diz respeito à Política de Cultura, o investimento de 1% (um por cento) ainda é fatiado com prosseguidas ações de desporto, recreação e religião, como mostra o quadro que segue:

Gráfico 01 - Despesas por função da Administração Central⁶:



Estamos, então, perante uma nova forma de Governo, com uma menor intervenção do Estado. Porém, a justificativa de que a gestão do Estado na condução da Política de Cultura, propicia a restrição das possibilidades de criação e de liberdade artística. Perante este cenário, inúmeras críticas são tecidas, no que toca à eficiência deste plano, somando a agravante de que o Estado não é capaz exercer e efetivar uma equidade cultural, tornando a arte num produto elitizado, possuindo outros aspetos dentro deste universo voltados diretamente às massas.

“Quer isto dizer que o paradigma em construção impõe uma transformação na forma e na acção dos agentes políticos sobre o sector cultural: a cultura já não é apenas um factor de animação e entretenimento das populações, expressão da sua identidade, exercício de um direito de fruição cultural, ela é também um sector económico, uma ferramenta de

⁶ Os valores apresentados correspondem à média da despesa de funções da Administração Central dos três últimos anos disponíveis (2015-17). Não é considerado, no total da despesa, a parte contributiva da Caixa Geral de Aposentações. A função de Proteção Social inclui a despesa não contributiva da Segurança Social (Subsistema de Solidariedade, Proteção Familiar e Ação Social). Fontes: Instituto Nacional de Estatística, Despesa da Adm. Central por função (COFOG) e Conta da Segurança Social de 2015 a 2017. <https://economiafinancas.com/2019/que-bens-e-servicos-pagos-pelos-impostos/>

intervenção nos territórios, uma mais-valia para vencer a dispersão do local face às tendências globais desterritorializantes.” (Albuquerque, 2013:02).

Albuquerque (2013) defende uma maior gestão dos fluxos culturais, proporcionando uma cultura efervescente, de modo a evitar uma programação habitual, em que o volume e números se tornem mais importantes do que a qualidade do catálogo. Deste modo, sugere uma maior sinergia entre as redes públicas e privadas, e elementos primordiais como, descentralização de ações, favorecimento do território, preços atrativos, trocas dos bens culturais produzidos e construção de redes culturais.

Nesta perspetiva, Henriques (2002) apresenta três eixos que se consolidam na condução da Política de Cultura:

A) a desmonopolização, privatização e liberalização de certos serviços públicos;

B) o reforço das parcerias público-privadas e

C) a introdução de critérios comerciais na atividade cultural do sector público, sem a perda dos princípios orientadores da política da cultura portuguesa: “Universalidade e democratização do acesso aos bens culturais, descentralização, defesa do património e da identidade cultural e ao estímulo à criação artística”. (Henriques, 2002:73 apud Lima dos Santos, 1998:66).

Albuquerque (2013), assertivamente revela que se deve entender que a política pública de cultura é um poderoso instrumento de intervenção do Estado, na sociedade e na sua regulação. E que perpassa os seus agentes e as suas instituições especializadas, rompendo com uma visão mais simplista e empreiteira das artes e da cultura, para uma política integradora que revele a riqueza da sociedade.

1.4.1. - Plano Nacional das Artes

“Uma das principais tarefas da arte sempre foi criar um interesse que ainda não conseguiu satisfazer totalmente.”

Walter Benjamin

Atualmente, a arte tem vindo a consolidar-se e a regularizar-se enquanto estratégia das Políticas Públicas, quer seja de forma transversal, como na Estratégia-Turismo 2027, quer diretamente, como, por exemplo, através do Plano para Integração dos Imigrantes e do Plano Nacional das Artes, que trataremos de seguida.

O Plano Nacional das Artes nasce através de lacunas existentes na Política Cultural. Centra-se no Artigo 73 da Constituição Portuguesa, que expressa os direitos que toda a população tem de acesso à educação e cultura. Além de assegurar o acesso de todos os cidadãos à fruição e criação da cultura, potencia, deste modo, uma série de tarefas que são incumbidas ao Estado para realização desta primazia.

O plano com período de execução para 2019-2029 surge a partir da necessidade de resposta à Resolução 42/2019 de 21 de fevereiro pelo Conselho de Ministros. A necessidade de articular e promover oferta de cultura, numa lógica que se estende ao longo da vida das pessoas e das organizações, e que tem como missão a promoção da transformação social, através da educação através e do património na vida das pessoas.

Dentre os 13 objetivos propostos pelo Plano de Artes, destaca-se aquele que trata da capacitação de agentes do setor de educação para que a educação artística seja um instrumento para o desenvolvimento das competências dos alunos. Para isso, além de se colocar como executor, através de uma série de princípios estratégicos para utilização da cultura e da arte, disseminando-as e utilizando-as para atender ao seu público, em especial crianças e jovens, é feito um chamado a sociedade civil organizada. Que, no entanto, foca a intervenção no universo escolar para a ancoragem da sua execução, somando-se a outros planos nacionais.

Destaca-se, neste plano, o reconhecimento expresso num dos seus objetivos da educação artística como um instrumento de trabalho potencializador de resultados.

Ainda nesta perspectiva, outro dado importante do Plano das Artes, é o reconhecimento das manifestações culturais como mediações necessárias ao reconhecimento de cada um e da comunidade, tendo a compreensão da arte como parte da vida e não algo paralelo:

“A cultura não existe para enfeitar a vida, mas para transformar - para que o homem possa construir e reconstruir-se em consciência, em verdade, liberdade e justiça”. (Plano de Artes, 2019:17 apud Andresen, 1975).

1.5 - Teatro do Oprimido: Um exemplo do encontro entre Arte e Social.

“Atores somos todos nós, e cidadão não é aquele que vive em sociedade: é aquele que a transforma.”

Augusto Boal

Para o entendimento do referido exemplo, torna-se necessário efetuar uma contextualização, deste modo, Goldschmidt (2011) revela que quando o Brasil inaugurou a fase capitalista, marcada fortemente pela industrialização e o desenvolvimento, no campo cultural Augusto Boal (1931-2009), chamava a atenção.

Com obras traduzidas em mais de 20 línguas e Centros de Estudo da Técnica e Método em mais de 70 países nas mais variadas áreas: social, política, saúde e educação; que constata a arte dialogando, e extrapolando o seu campo de atuação. Contudo, a nossa personagem só desponta no cenário artístico em 1956, como referência no Teatro de Arena de São Paulo - momento efervescente com movimentos da Bossa Nova e do Cinema Novo.

O espaço artístico criado tinha como objetivo estreitar a aproximação do palco e da plateia da forma mais alternativa e despojada possível, mas, onde o ator também pudesse concentrar com a sua interpretação e valorizar as suas emoções, desconstruindo este

trabalhador do teatro, a fim de permitir, através de exercícios, outras possibilidades e técnicas de representação. Ou seja, o ator adquire desta forma, novas competências e oportunidades.

Perante este aspeto, conseguimos aproximar-nos do Serviço Social, através da busca constante de reinvenção, na tentativa de expressar novos paradigmas da profissão face às questões sociais.

Em 1970, bebendo em Stanislavski, Brecht, Paulo Freire, adepto da dialética materialista de Marx e Engels, e entusiasta das performances do Grupo Opinião - que já realizava um trabalho artístico crítico às desigualdades sociais da sociedade Brasileira -, Augusto Boal dá início à construção do “Teatro do Oprimido”. E, mesmo exilado na Argentina, continua o seu processo de criação. Deste modo, os atores realizavam as encenações como se estivessem a vivenciar a realidade. A plateia torna-se protagonista sem saber que a situação seria meramente teatral. De forma espontânea, o jogo cénico, levava-lhes a participação com temas de seu interesse.

Ainda sobre Boal, a autora explica que, em 1973, no Peru, é criado o Teatro Fórum. Este jogo cénico, mais caracterizado, assumindo os erros sem perda dos ritos, e com uma estética teatral, favorece que o participante faça a sua intervenção na encenação, transformando-a. Descobrimo, neste instante, não só as regras de opressão, mas, também, que estratégias poderão ser delineadas para as desfazer. Libertando-o, deste modo, de “conceções pré-determinadas, desnudando as superestruturas, e os rituais que coisificam as relações humanas”.

Cada personagem deve ser apresentado da forma mais detalhada possível, para que o participante, ao substituir o ator, possa estar ciente destas condições, que configuram o jogo cénico e o problema.

Neste mesmo país, em função dos vários dialetos, surgiu posteriormente o Teatro Imagem, onde os participantes faziam as suas intervenções demonstrando com o corpo os seus pensamentos. Através destas interferências, a situação ganhava forma através dos atores.

A autora assertivamente relata que o método do Teatro do Oprimido, contrariando as divisões feitas no teatro, pelas classes dominantes, coloca no mesmo patamar todos os envolvidos: atores, público e os restantes construtores do trabalho, permitindo, que o espectador passe a atuar, e se torne num sujeito de transformação da ação dramática. “Propõe

o indivíduo agora como sujeito, capaz de intervir nas forças sociais que determinam seu ser social.” (Goldschmidt, 2011:39).

“Aristóteles propõe uma poética em que os espectadores delegam poderes ao personagem para que este atue e pense em seu lugar; Brecht propõe uma poética em que o espectador delega ao personagem para que este atue em seu lugar, mas se reserva o direito de pensar por si mesmo, muitas vezes em oposição ao personagem. O que a poética do Oprimido propõe é a própria ação”. (Goldschmidt, 2011:39 apud Boal, 1988:138).

Porém, existe um caminho entre passar de ator a espectador, que implica consciencializar que o corpo “alienado” é um reflexo dos papéis sociais, dos quais representamos, das emoções que sentimos, bem como o entendimento das mesmas, e, também das emoções da personagem. Partindo do princípio de que estamos todos ligados, sem utilizar a palavra, o corpo acaba por se comunicar de outras formas.

A explicação da técnica empregada no Teatro do Oprimido traz outros contornos à arte, revelando um instrumento de intervenção artístico e social.

Boal retorna ao Brasil com a iminência de se tornar vereador na cidade do Rio de Janeiro. A partir desse momento, o Teatro do Oprimido ganha novas possibilidades de cunho político, pautando, inclusive, a casa de leis desta cidade, e influenciando as políticas públicas.

A autora salienta o processo de construção do Teatro do Oprimido, e chama à atenção o facto de se favorecer a horizontalidade das relações e o capital humano. As semelhanças com o Serviço Social dão-se no contexto de empoderar o seu destinatário da intervenção, propiciar a comunicação, diálogo e a expressão, mesmo não verbal, principalmente na amplitude de pensamentos quanto ao seu contexto político e social.

Aprimorando, deste modo, as possibilidades de enfrentamentos, sem que lhes sejam dadas, mas lhes sejam permitidas maneiras de colocar-se num outro espaço, enxergar com a visão do outro, de forma a emergir do participante conexões, entendimentos, descobertas e sensações por meio desta expressão artística, ou seja, o teatro - assemelhando a ideia de Guerrero-Munoz (2017) quando descreve sobre competência cultural do assistente social, visto que todos aprendem. E, destas construções, intenções e ações, o referido exemplo traz um elo entre arte e serviço social.

CAPÍTULO II

Luzes da Ribalta: Identidade Profissional

“Ser livre é conseguir flutuar entre a diversidade e a multiplicidade, sem perder a própria identidade”.

Dimos Iksilara

“E a criatura se volta contra o criador.”

Este segundo capítulo tem o intuito de visitar a essência do Serviço Social, descortinando o seu significado, a fim de entender a forma como a sua identidade foi forjada. Deste modo, ligamos os refletores e lançaremos luz, com vista a elevá-la à condição de protagonista, refletindo sobre as características mais emblemáticas: autonomia, particularidades, singularidades e especificidades da profissão, campo minado. Para alguns autores, dada as visões diferenciadas, contradição e ausência de consenso no que diz respeito aos seus princípios.

Neste capítulo, ao revisitar novamente o histórico da profissão, trazendo à tona agora novos elementos para o entendimento da construção da identidade profissional.

Hall (2006) relata que a modernidade trouxe a chamada “crise da identidade”, devido a um grande processo de mudança, uma vez que, a identidade da qual nos apoiamos, está em declínio. E que, por sua vez, dará lugar a uma nova identidade que está a surgir, mas que permanece ainda de forma fragmentada.

O autor afirma, também, que existem identidades diferentes em diferentes momentos, e que são contraditórias podendo caminhar em diferentes direções.

A perspectiva de Hall, auxilia na consolidação do presente debate, quando nos remete à construção de entendimento. Deste modo, o capítulo anterior demonstrou que o Serviço Social é proveniente de um berço cristão, atendendo um chamado do capital para atuar como controlador. Contudo, com o passar das décadas, o serviço social ampliou a sua visão sobre a sociedade e sobre o sistema, de tal modo que se foi consolidando enquanto profissão.

Aproximou-se de modo significativo das classes menos favorecidas, principalmente pela ancoragem de grandes estudiosos, que influenciaram o serviço social, assim como as mudanças societárias; com uma parcela considerável dos trabalhadores assistentes sociais opondo-se e criticando as formas e maneiras como a profissão se estabelecia, ganhando, a partir daí, no mínimo, uma autonomia quanto a forma como gostariam que a profissão fosse vista pela sociedade e mundo, tomando, desta forma, uma posição.

Resgatando a frase que abre o enunciado deste capítulo de forma tão dramática: o serviço social deu as costas, voltou-se contra os seus criadores potenciais quando rejeitou o “modus operandi”, até então pactuado, e recusou a identidade caracterizada por este nascimento?

Destriçar a identidade do serviço social e o seu “modus operandis” não é uma tarefa fácil, visto que o próprio conceito de identidade é complexo. No entanto, se voltarmos à categoria profissional, verificamos que a ausência de unicidade sobre a questão torna a reflexão mais difícil. Deste modo, este segundo capítulo não tem a presunção de exibir um olhar certo da profissão, porque a discordância é uma característica que advém desde as primeiras implementações da profissão. De acordo com Nietzsche⁷, “só é definível o que não tem história”.

A bela frase nos lembra uma linha defendida por Martinelli (2000), qual aponta que a identidade do serviço social se consolida com a história da profissão, junto a dimensão política e social, visto que é impossível compreendê-la sem estabelecer conexões com as revoluções burguesas, o capitalismo e as lutas de classes, indo além:

⁷ Nietzsche, F.W. (2013). *A Genealogia da Moral*. Com prólogo de Ciro Mioranza; Tradução de Antônio Carlos Braga. São Paulo: Escala.

“a ausência de identidade profissional fragiliza a consciência social da categoria profissional, determinando um percurso alienado, alienante e alienador de prática profissional”. (Martinelli, 2000: 17).

A autora parte do princípio que a ausência de identidade é impeditiva de ingressar no universo da “classe em si” e da “classe para si”, uma vez que fragiliza a consciência social da categoria profissional, deste modo, temos outro aspecto, além do histórico, enfatizado de forma intrínseca deste processo, ou seja, a consciência, entendida como norteadora de sentidos, caminhos e direção na definição de práticas e estratégias. Portanto identidade e consciência social são indissociáveis.

A consciência social se dá na medida que se rompe com o percurso alienante, enxergando, interpretando e compreendendo a realidade concreta, suas tramas, conexões e as relações de poder; esta condição gera contradição e uma negação da identidade atribuída ao Serviço Social, esvaindo-a:

“Tal identidade por certo não poderia ser encontrada no deserto da essência...(…)... nem sequer nas estruturas organizacionais em que o Serviço Social estava inserido, e muito menos no emaranhado e interesses contidos no projeto de hegemonia de classes dominantes.” (Martinelli, 2000:147).

Porém, a consciência social difere da consciência coletiva dos assistentes sociais, que ganhou força de acordo com Martinelli (2000) com a ampliação do contingente profissional e a diversidade destes agentes, assim chamados pela autora, que propiciaram as diferentes visões de mundo e neste sentido uma nova linha na construção da identidade ganha destaque: a prática. Embora não se possa reduzir a reflexão sobre identidade ao universo do trabalho, a prática profissional, também defendida por Granja (2008) revela na relação com a prática, o processo e o fenômeno afetivo ou mental, ou seja, uma atividade, a afirmação desta identidade enquanto categoria.

“E na realidade concreta, no movimento da luta de classes, no conjunto de relações, diferenças, interações e contradições que sua construção poderia consolidar-se, ganhando materialidade, concretude histórica e movimento interno incessante. A tomada de consciência dessa nova e fecunda dimensão da identidade determina um novo percurso para a caminhada da categoria profissional”. (Martinelli, 2000:147).

Toda esta trajetória pelo qual a autora relata que marcou a identidade profissional, se deu também através de grandes tensões, ao encontro Caria, Sousa & Almeida (2017),

mostram que o conceito de identidade social também se inscreve no campo das tensões, neste caso entre o individual e o coletivo, e que de forma histórica, ajudou a confundir a identidade social com o conceito de comunidade, justamente pelo sentido de pertença dos indivíduos aos grupos. No entendimento destes autores, se constata:

“entre a identidade como relação de pertença social (com forte conteúdo de natureza emocional-prática) e a identidade como relação de diferenciação-distinção social (com forte conteúdo de natureza consciente e autorreflexiva). Duas forças aparentemente contraditórias de sentido inverso: a força centrípeta de pertença a um nós com o outro e a força centrífuga de diferenciação do nós para com o outro”. (Caria, Sousa & Almeida, 2017 apud Mendes, 2001).

Esta identidade herdada ou atribuída, como Martinelli (2000) expõe, permite a criação de outro conceito: *habitus*, que se desenvolve perante a uma identidade histórica, incorporada e prático-cultural, em que o caminho para a consciência não é tão valorizado, de acordo com a narrativa dos autores.

A que clarificar o conceito de identidade profissional, situando-a aos contextos de identificação social da profissão, ou seja, “uma identidade social coletiva atribuída pelos outros e para os outros” que se manifesta e se expressa no âmbito do trabalho dos assistentes sociais, na formação profissional e nos conhecimentos institucionalizados, opondo-se radicalmente neste sentido a ideia de identidade enquanto comunidade. Embora estejam estritamente ligados, não podem ser confundidos também com o conceito de identidade pessoal de cada profissional (identidade-para-si) ou ainda com o de cultura-identidade de grupo (identidade de pertença coletiva).

“Identidade profissional é resultante das relações que a subjetividade dos assistentes sociais estabelece entre educação formal, profissionalização e atividades de trabalho social”. (Caria, Sousa & Almeida, 2017).

Porém a identidade pessoal - individual, salienta Granja (2008) é maior que sua identidade profissional, e, através de suas referências, multiplicidade, dentre outros elementos estabelece sentido a sua ação profissional.

Outrossim, uma categoria profissional também pode ser entendida como uma comunidade que partilha identidade e interesses específicos (Granja, 2008):

“As formas identitárias profissionais podem constituir uma plataforma comum, que agrupa os profissionais e os diferencia de outros: pode considerarse como o conjunto de características explicitadas, legitimadas socialmente que permitem aos membros do mesmo grupo profissional reconhecerem-se como tal e de fazer reconhecer a sua especificidade no campo do trabalho e emprego. Este ponto comum não é necessariamente idêntico para todo o grupo, resulta de uma identificação contingente, porque depende dos processos de construção identitária, isto é, da formação, dos contextos de prática, dos problemas profissionais, das tecnologias de acção profissional, da actividade sócio cognitiva que suporta a acção profissional”. (Granja, 2008:111)

A exposição de todas estas questões ao debate torna-se essencial, uma vez que se trata da “intervenção da arte no quotidiano profissional do assistente social”. Se não existir uma base estruturada de fortes elementos, poder-se-á transmitir a sensação de que nos estamos a adentrar noutras áreas do saber, que não fortalecem a profissão com o auxílio da arte.

Se tomarmos como analogia a construção de uma casa, sem fortes alicerces, não é possível prosseguir com a construção do telhado, nem tão-pouco subir ao segundo pavimento. Neste sentido, comparamos construção de uma casa ao que pretendemos neste capítulo, no que diz respeito ao serviço social e às suas possibilidades com a arte.

A visão de Hall (2006) sobre identidade e modernidade, sugere-nos que a sociedade não está unificada numa única causa, mas que existe uma pluralidade de “centros de poder” com ideias distintas que criam antagonismos. “A diferença é a base das identidades”. Neste caso, a diferença pode tanto distanciar como aglutinar, sendo, ainda, um campo de negociação ou consensos, considerando-se estes dois últimos os fatores positivos desta diferença.

Se aplicarmos o conceito do autor à temática do serviço social, onde a identidade possui características peculiares, verificamos que estamos perante polos, declaradamente, antagónicos, e de diferentes correntes de pensamentos sobre a profissão. Poderemos encontrar, no conjunto, polo conservador, dentre outros grupos pensantes, que caracterizam a desconcordância, ou seja, a ausência de hegemonia - que causa uma sensação de perda de identidade, ou uma identidade fragmentada.

Figura 02 - Campanha Nacional Viva Sua Identidade –

Assistente social, o seu perfil é a nossa identidade! Uma das ações da campanha é a Pesquisa sobre o Perfil da/o Assistente Social e Realidade do Exercício Profissional



Fonte: CFESS - Conselho Federal de Serviço Social, (2019). Brasil⁸

A referida campanha do CFESS Brasileiro, chama atenção pelo princípio de que conhecer o perfil dos profissionais e as condições de trabalho, favorecem na obtenção de elementos capazes de subsidiar a definição da identidade desta categoria profissional, bem como “construir estratégias de ação na defesa dos direitos da categoria e da profissão” (CFESS, 2019):

“Os processos de construção de formas identitárias colectivas cruzam o subjectivo, os fenómenos psíquicos aliados aos processos socializadores, os dados biológicos a eles associados como a idade, o sexo e as particularidades dos sujeitos, com as condições

⁸ A campanha parte do princípio que o perfil dos trabalhadores brasileiros e o exercício profissional ajudam a consolidar a identidade. Destaca-se que ainda não houve a publicização da sistematização e compilação dos resultados da campanha.

objectivas e as suas determinações sociais, com as lógicas diversas que estruturam a acção”. (Granja, 2008: 109)

Contudo, a identidade não é estanque. Neste sentido, não é através do tempo e das mudanças do desenvolvimento que se constitui uma identidade? Será possível, então, afirmar que as mudanças históricas trouxeram outras grandes possibilidades ao serviço social? E que, por outro lado, essas possibilidades trouxeram também instabilidade no que toca à sua identidade profissional?

Com todas estas questões colocadas no debate, poder-se-á considerar que o Serviço Social possui um terreno fértil para o plantio de expressões artísticas como instrumentos de intervenção na atualidade?

Destaca-se que um aspecto crucial da identidade profissional, diz respeito ao seu reconhecimento social da profissão - legitimidade, o que pressupõe ainda sua visibilidade. Deste modo a profissão acaba por receber um mandato com poderes para reivindicar pelo destinatário de intervenção (individual ou coletivo), sendo ainda autorizado a exercer atividades por este. (Andrade, 2001) e (Santos, n.d.).

“De forma sintética, a identidade profissional do Serviço Social atual está diretamente relacionada com os processos de reconhecimento e legitimidade social. Estes processos não se confinam agora tanto nas questões relacionadas com as competências teóricas e científicas, nem com a delimitação singular de um campo de atuação sócio-profissional, mas mais com os processos de intervenção e mudança social que exigem uma tomada de posição estratégica e política dos assistentes sociais”. (Santos, n.d)

Ocorre que este reconhecimento, ou seja, fazer ou dizer em nome de quem facultou o mandato, deve ser aplicado com princípios, fundamentos e valores. Entendendo ainda que a legitimidade está sempre em construção, não finda-se e é subsidiada pela formação profissional e pela capacidade de expressão, pluralismos e leitura globalizadas da realidade.

“em outras palavras, o Serviço Social é uma profissão que atua sobre e na realidade. Ele se orienta e se reorienta como um resultado (produto) dos agentes profissionais e das exigências postas pela realidade histórica, pelas mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na e em sociedade (...) as transformações societárias afetam diretamente o conjunto da vida social e incidem fortemente sobre as profissões, suas áreas de intervenção, seus suportes de conhecimentos e de implementação, suas funcionalidades etc”. (Santos, 2012: 45 apud Netto, 1996: 87).

2.1 – Ancoragem

Identidade

Preciso ser um outro
para ser eu mesmo

Sou grão de rocha
Sou o vento que a desgasta

Sou pólen sem insecto

Sou areia sustentando
o sexo das árvores

Existo onde me desconheço
aguardando pelo meu passado
ansiando a esperança do futuro

No mundo que combato morro
no mundo por que luto nasço

(In "Raiz de Orvalho e Outros Poemas")

Mia Couto

Dentro deste contexto de tensões e questionamentos, que se revelam outros pontos de ancoragem para definição desta identidade profissional, e, conseqüentemente, bases para a possibilidade de agregar a arte nesta conjuntura profissional.

Por outro lado, Amaro (2015) revela que o fato da profissão estar legitimada e reconhecida não pressupõe, ou garante, como já avistamos anteriormente, que as suas bases estão definitivamente acertadas no seio da profissão. Sublinha também que, nos tempos modernos, emergem inúmeras reflexões sobre a profissão, conferindo força a cenário de incertezas e inseguranças. Tais reflexões têm como objetivo afirmar a profissão:

“O caminho percorrido para a consolidação desta base profissional implicou a tecnificação da profissão, a racionalização dos seus procedimentos e a forte preocupação com a constituição da sua base científica”. (Amaro, 2015: 05).

De acordo com a autora, o serviço social clássico, sem adentrar a discussão, refere-se à adaptação do indivíduo ao meio. Ou seja, possuímos uma sociedade em movimento, em que cabe ao destinatário da intervenção profissional encontrar formas para se integrar. Oriunda de uma corrente funcionalista, a sua intervenção baseia-se na adaptação deste destinatário ao meio, conferindo, deste modo, uma prática totalmente conservadora.

A referida linha de intervenção profissional ganhou força no passado - o conhecido método tripartido: caso, grupo e comunidade.

E, seguindo esta lógica, a propósito desta questão, pressupõe-se uma intervenção profissional voltada a manutenção do status quo.

Na década de 60, iniciaram-se as primeiras percepções de mudança - a reconceptualização do serviço social, que teve como base uma visão mais integradora da intervenção, incorporando novos métodos e processos.

Portugal, com o advento do 25 de Abril de 1974, obteve novos estímulos que vieram integrar o serviço social. Apoiados em bases científicas, rejeitavam a neutralidade, - que teria sido, até à data, uma característica da profissão, - ao adentrar num campo mais político da prática profissional. Procuravam, ainda, um forte apelo teórico, próximos da visão marxista, e de outros pensadores.

Porém, esta mesma autora observa que o embasamento teórico se tornou exclusivo no campo ideológico. Contudo, este marco potenciou o desenvolvimento de novas políticas e a instituição de organizações sociais. Contribuiu para o envolvimento do Estado, conferindo ao serviço social a abertura de novos campos, que fez emergir uma busca por novas técnicas e conhecimentos que ultrapassavam as expressões dos trabalhos realizadas até então; momento que o profissional se confrontava com o terreno e as necessidades inerentes das populações, apontando para uma prática profissional mais alternativa, causando uma ruptura com as práticas existentes.

Amaro (2015) relata ainda que duas situações tornam a visão sobre a identidade profissional ainda mais turva: o fato do profissional estar inserido em muitos campos

profissionais, confundindo a sua identidade com a identidade destes espaços institucionais; e ao fato de existir um certo sentimento de subalternidade perante as profissões complementares.

“A classificação nacional das profissões situa a profissão de assistente social no grande grupo dos especialistas das ciências sociais e humanas, como especialistas do trabalho social, que são definidos como profissionais que “aconselham os clientes sobre assuntos sociais e questões afins, com o objetivo de ajudá-los a encontrar ou otimizar os recursos que lhes permitam ultrapassar as dificuldades e atingir os seus objetivos.” (Amaro, 2015: 102 apud IEPF, 2009: 103).

Para que tal aconteça, a autora menciona a necessidade do recurso a procedimentos especializados, como diagnóstico, entrevista, entre outros, com propósito de identificar e resolver os problemas. Contudo, não confere à profissão um caráter de gestão ou administração, conferindo-a um papel executor e de desenvolvimento de ações e atividades, contudo, reconhecendo o seu caráter científico.

A profissão eleva-se quando é considerada o seu propósito de mudança social, comprometendo-se, desta forma, com princípios de direitos humanos, equidade e justiça social, estabelecendo, assim, um caráter nobre e amplificador da responsabilidade de atuação. Temos ainda, um outro olhar sobre a temática, destacando neste bojo a sua dimensão interventiva:

“O Serviço Social, na sua condição de profissão assentada na divisão sócio - técnica do trabalho, tipificada pelo surgimento da quadratura da ordem social burguesa monopolista, possui como traço medular: a característica de profissão interventiva”. (Pontes, 1995: 11).

Nesta reflexão, salienta um contributo essencial:

“Uma característica particular e fundamental do Serviço Social é a capacidade/competência no estabelecimento de articulações entre estruturas e práticas, entre o “mundo da vida e o mundo dos sistemas sociais”. (Andrade, 2005: 09).

Faleiros (2011), no entanto, amplia esta visão, conferindo à profissão uma responsabilidade política e cultural, além de estabelecer, através das suas premissas, uma estreita ligação com movimentos sociais:

“a redefinição do serviço social se articula a um processo histórico de crítica e autocrítica construído na interlocução da profissão com os movimentos sociais e lutas para mudar as

condições particulares de vida das classes trabalhadores e das condições gerais de reprodução da força de trabalho e do modo de produção capitalista”. (Faleiros, 2011: 75).

Destaca que a identidade é marcada pelo sincretismo, uma vez que aglutina diferentes formas de pensamento. Sugere, ainda, que o autor, ancorado em diversas fontes, caracteriza a profissão como mediadora das relações sociais.

Mioto & Nogueira (2013) apud Iamamoto (2002), defendem que a identidade profissional possui particularidades que se caracterizam por um olhar diferenciado na interpretação e análise dos processos sociais. Possuindo, ainda, competências distintas para a realização de ações profissionais resultantes de diversos fatores, entre eles: a formação profissional, a sua capacitação teórico-metodológica, e a sua competência na habilidade para desenvolver determinadas ações. Nesta perspectiva, Granja (2008) também denomina estas impressões como um conjunto de saberes, globalizantes, próprios, oriundas das experiências, conexões, trocas e formação.

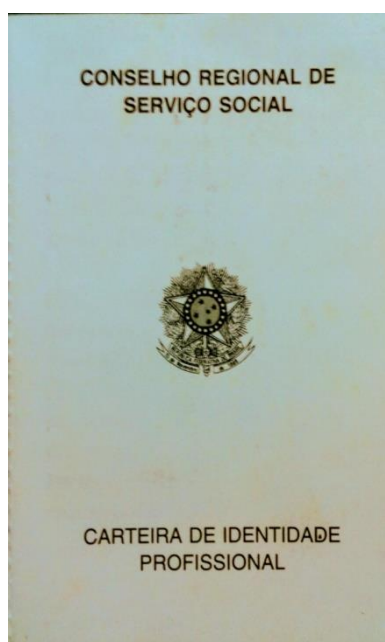
Deste modo, diante de todas estas considerações, estamos perante uma profissão em que a identidade, seguindo também entendimentos de Hall (2006), possui alguns pontos modais que são forjados pelos seguintes aspetos:

- 1) Construção histórica;
- 2) Estudo contínuo da realidade;
- 3) Interventiva e mediadora;
- 4) Científica;
- 5) Técnica e instrumental;
- 6) Possui valores nobres;
- 7) Justiça social no conceito mais amplo;
- 8) Compromissada com a classe trabalhadora;
- 9) Legitimação e reconhecimento
- 10) Dialética.

Figura 03 -
Carteira de identidade emitida pelo Conselho Regional
de Serviço Social São Paulo-Brasil.



Figura 04 -
Capa da cédula de identidade provisória de assistente social.



E mesmo quando se estabelece pontos modais, tratando-se da identidade de uma categoria profissional, no seio desta pode ainda ter divisões e/ou subgrupos, que se caracterizam e entendem sua identidade profissional de outra forma, a exemplo dos assistentes sociais que desenvolvem trabalhos nas empresas privadas ou ainda grupos que buscam na categoria outras lutas, como assistentes sociais indígenas, tratando-se de uma realidade Brasileira.

Destaca que tratando-se ainda de uma identidade, um aspecto a considerar é o “poder disciplinador”, produto das novas instituições coletivas, que consiste em manter “as vidas, as atividades, o trabalho, as infelicidades e os prazeres individuais” (Hall, 2006: 42). Entende-se o termo como o regime administrativo e de conhecimento especializado, porém podemos trazer a ideia do autor a categoria, quando na sua atuação profissional, sujeição ao conjunto de regramentos e produção que fornece sustentação aos limites.

Hall (2006) e Bauman (1999), em suas respectivas obras, também nos apresentam quadros de alerta quanto a padronização das coisas que as sociedades modernas impõem, e deste modo, redução das identidades quando simplesmente são avistadas pelo óbvio, a exemplo de que todos os profissionais que vestem branco são médicos ou se estão vestidos de fato são advogados, embora sejam símbolos, que ajudam na construção da identidade, se apresentar desta forma, não é uma premissa identitária, assim como o assistente social não se caracteriza simplesmente pelo discurso da rapariga boazinha que dá o cabaz alimentar ou defere algum outro benefício eventual. Deste modo, definir identidade não é olhar somente a capa, mas revestir o olhar de conteúdo.

A nível simbólico, da mesma forma, a identidade pessoal, padece da padronização que as sociedades modernas trazem, que dentre as maneiras, reduz as pessoas unicamente ao seu posto trabalho, e isso se dá na uniformização dos trabalhadores, ou quando este passa a incorporar o nome da empresa - instituição na sua apresentação formal. Porém, estes aurores também revelam que tanto a nível pessoal como coletivo, a identidade pode ser diferente/plural dependendo do momento e circunstância.

Porém, o facto de também ser uma identidade plural, torna-a híbrida (elementos diferentes em sua composição), também incorpora elementos externos que não foram criados na sua base. Possui, ainda, como ponto modal o diálogo que permite transformar-se, agregar-se e distinguir-se de outros grupos identitários. E como identidade é um processo de conhecimento e autoconhecimento.

Abordar a identidade profissional é algo complexo, uma vez que a reflexão perpassa como constatamos a conceção de indivíduo, grupo, classe profissional, entre outros elementos de cunho subjetivo e abordagens psicológicas, antropológicas e sociológicas.

Contudo, apesar do que se discorre, a identidade profissional pressupõe um sentido de pertença, identificação e empatia, o que presume abraçar dentro do seu espaço de atuação

novas possibilidades, dentre elas a arte. E, com a seguinte clarificação fechamos o segundo capítulo, através da definição de serviço social pelo Código Deontológico do Assistente Social (2018):

“O Serviço Social é uma profissão de intervenção e uma disciplina acadêmica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o *empowerment* e a promoção da pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”.

CAPÍTULO III

Refletindo a realidade: a Intervenção Social

“É na arte que o homem se ultrapassa definitivamente.”

Simone de Beauvoir

Este capítulo tem o intuito de visitar a prática profissional do serviço social, descortinando o olhar, pensar e agir profissional, que se expressam, por sua vez, no seu quotidiano. É neste campo que todo o embasamento teórico se manifesta, e onde a iniciativa tem foco. Neste sentido, quotidiano e campo estão indissociáveis.

Andrade (2005) amplia a nossa perspetiva sobre o campo enquanto espaço efervescente de possibilidades. Onde o serviço social se manifesta através da produção, reprodução e difusão, palco do conhecimento e reconhecimento sobre os atos de intervenção da realidade na forma de um capital simbólico, cenário também das relações e de atores sociais: agentes e instituições.

Pensar na arte enquanto interveniente profissional requer do profissional de serviço social um trabalho cognitivo anterior, ou seja, uma preparação, imaginação, pensamento, e percepção, o que não quer dizer que exista um conhecimento da arte seja para si ou para o outro. Porém, é necessário entender também todas as correlações de forças e poderes existentes neste campo:

“perceber que nem tudo que se vê é arte, mas que a arte tem formas de expressão e linguagem que podem potencializar as ações profissionais em diversos níveis de intervenção; possibilitar essa interpretação como um convite ao novo, por certo, foi o que mais contribuiu na direção de relacionar Serviço Social e Arte”. (Santos, 2004:10)

Deste modo, sendo esta uma nova expressão do agir profissional no quotidiano, ou seja, no campo, considera-se que a arte está compreendida entre os fatores de proteção do destinatário da intervenção do assistente social?

Entende-se como fatores de proteção, um sistema integrado e articulado, ou seja, uma arquitetura que possibilita proteger e promover. A referida estrutura remete-nos para uma ideia de “casulo protetor”, expressada por Giddens, (2002)⁹, que filtra os perigos que ameaçam a integridade. Contudo, os componentes têm início em laços familiares e comunitários na vida quotidiana das pessoas, onde as relações são estabelecidas, gerando amizade, confiança e conforto. Num segundo momento, o casulo protetor expande-se, compreendendo toda a rede de serviços, além de um emaranhado de leis, programas e estruturas que dão consistência aos fatores de proteção e confrontam os fatores de vulneração.

Deste modo, torna-se necessário, tanto para sair do senso comum, como para deixar claro que arte não é terapia. Devemos ampliar a concepção de como a arte pode ser utilizada, e qual a sua finalidade. É de fundamental importância refletir ainda como a arte pode subsidiar melhor o contexto das pessoas, delas próprias e das situações em que vivem. Ao defendermos a arte enquanto instrumento de intervenção do serviço social, quais são, então, as possibilidades de a agregar ao agir profissional?

Convém registrar que é no espaço do cotidiano profissional que temos o privilégio de expressar todo o nosso saber. É neste espaço de tempo em que tudo acontece, e é neste cotidiano que a arte poderá ser revelada e manifestada como instrumento de trabalho do assistente social. Contudo, sem o entendimento deste campo, não é possível avançar nesta perspectiva.

“(…) um profissional afinado com a análise dos processos sociais, tanto em suas dimensões macroscópicas quanto em suas manifestações quotidianas; um profissional criativo e inventivo, capaz de entender o tempo presente, os homens presentes, a vida presente e nela atuar, contribuindo também para moldar os rumos de sua história”. (Oliveira, 2011:31 apud Iamamoto, 2009:49).

Sobre o cotidiano e arte, Prates (2007), refere que Serviço Social deve desvendar o modo de ser e de reproduzir do ser social no seu cotidiano. Influenciada por vários pensadores, relata que arte é um processo de autoconsciência da humanidade. Sendo a arte

⁹ Casulo Protetor - a reflexão de Anthony Giddens, nomea o subitem 1.4 do Capítulo I: Rosa, N G M B. (Nov.2007). Identidade: Anthony Giddens e Norbert Elias. Humanidades em Diálogo. Vol I, N. I, 137.

ainda contrária ao sistema, ora vigente que privilegia o ter e não o ser, é também irreverente e produtora de transformação.

“A capacidade criativa do Assistente Social está em saber adaptar um determinado instrumento às necessidades que lhe são apresentadas em seu cotidiano de trabalho, ou mesmo criar outros capazes de produzir mudanças na realidade social, compreendendo a fundo esta realidade para que o instrumental seja utilizado da maneira mais eficaz possível”. (Conceição, 2010: 14 apud Prates, 2007).

É no cotidiano onde o agir profissional se manifesta, e que a arte ganha relevo e defesa neste estudo. Contudo, a arte não se expressa por maneira desconectada das metodologias, da teoria-prática, nem tampouco de elementos políticos, éticos, culturais e sociais. Também não é desprovida de sentimentos, objetivos e respeito integral aos destinatários da intervenção profissional. Caso contrário, a arte seria utilizada somente como reflexo da realidade, e não para fazer refletir sobre a mesma, como enuncia o nome deste terceiro capítulo.

Parafraseando Robertis (2007) quanto tempo de estudos, exercícios, repetições, concentração e de esforço são necessários a um ator para interpretar uma personagem com perfeição? Ou a um músico, para a aprendizagem de um instrumento? A ambos profissionais para exprimir todas as suas capacidades criativas. Com o assistente social não é diferente no agir profissional ao introduzir novas maneiras de intervir.

Refletindo novamente sobre o olhar de Narcizo (2012), verificamos que este nos remete para o campo da instrumentalidade da profissão em que se utiliza a arte:

“São por estes aspetos, que não batizamos o uso das técnicas das manifestações artístico-culturais nos limites instrumentais da profissão, mas, no campo e no movimento da instrumentalidade, entendendo que estas técnicas não possuem um fim em si mesmo, dado que, constituem-se, elas mesmas, um meio para a realização das passagens, travessias, que conformam a mediação e, por conseguinte, a superação da imediatez e da fragmentação presente no cotidiano. É, pois, através dela, que se deveria “articular os conhecimentos entre o universal, o particular e o singular” (...), devendo-se estabelecer a relação indivíduo/sociedade; e as relações entre as macro análises e micros situações enfrentadas no cotidiano profissional” (Narcizo, 2012:07 apud Iamamoto, 1998: 95).

Todavia, é neste capítulo que nos debruçamos sobre a arte enquanto instrumento de trabalho e todas as suas possibilidades e potencialidades, quer seja para acesso, informação, mediação e intervenção. Deste modo, como assertivamente mostra:

“A reflexão apresentada aqui quanto à atuação do profissional de Serviço Social ligada à arte não tem como finalidade a formação de artistas e nem que o profissional o seja necessariamente (apesar de, como em qualquer prática, haver a necessidade mínima de algum conhecimento específico). Como afirma Souza (2004), pensar em possíveis encaminhamentos para o uso dos recursos da arte em trabalhos sociais requer o estabelecimento de algumas clarificações em torno de suas especificidades e potencialidades”. (Conceição, 2010:12).

Oliveira (2011), relata que, mesmo após décadas do movimento de reconceitualização do serviço social (neste caso refere-se ao Brasil), ainda nos encontramos em amadurecimento no modo de pensar a profissão, que é terminantemente interventiva, com uma prática que deve acompanhar as transformações da sociedade. Deste modo, a instrumentalidade não diz respeito somente a instrumentos e técnicas, mas também à qualidade, capacidade teórica e ao conjunto de mediações que cercam o exercício profissional, não sendo diferente dos restantes países.

No que concerne ao início profissional, é possível observar-se uma distinção entre trabalho intelectual e trabalho manual, deixando a cargo do serviço social a tarefa de executar políticas sociais elaboradas por outros. Assim sendo, eram os resultados imediatos que legitimavam a profissão. Outrossim, intensificaram-se estudos acerca do fazer profissional, e dos seus instrumentos e técnicas, com o intuito de atribuir ao serviço social um estatuto científico, que antes também era entendido como normatizações e procedimentos para o agir profissional.

Para Oliveira (2011) a instrumentalidade significa efetuar uma mediação entre o pensamento e a realidade, a partir das intenções que estão na consciência dos sujeitos da prática.

A tendência a valorizar os instrumentos e técnicas em detrimento dos demais componentes da prática, mediatizam a intervenção. Contudo, a legitimidade da profissão não depende somente do acervo teórico-metodológico, uma vez que une fundamentos teóricos, metodológicos, ideológicos e históricos.

A autora revela que a partir da análise de um conhecimento crítico da realidade, foi possível instaurar novas formas de reconstruir os objetivos de intervenção, após a reconceituação, além do diálogo com as outras disciplinas.

A mesma autora, reconhece também a instrumentalidade como um conjunto de saberes. Baseando-se em três dimensões, de acordo com Iamamoto (2009): a competência ético-política, refere-se à capacidade de analisar a sociedade e se posicionar politicamente frente às contradições de uma realidade. A competência teórico-metodológica: exige um profissional atento à realidade social, política, econômica e cultural em que trabalha e que seja capaz de apreender a dinâmica e a essência da sociedade para além das aparências. E por fim, a competência técnica-operativa que se refere aos elementos técnicos e instrumentais para o desenvolvimento da intervenção, que devem ser construídos entre os atores do serviço.

Estas três competências não podem ser desenvolvidas separadamente, porém Guerreno-Munoz (2017), destaca ainda outra, qual podemos classificar como a quarta competência, ou seja, o autor faz a defesa da competência cultural.

Na visão deste autor, a competência cultural não significa tão somente apreender o máximo possível de cultura do destinatário da intervenção, mas sim manter uma atitude de abertura em relação ao outro. É também compreender que o destinatário é também dotado de conhecimento e experiências, e que, por sua vez, deve ser respeitado e empregue na intervenção com o intuito de superação, troca e cumplicidade das relações.

Oliveira (2011) relata ainda que se não se tivesse pensado na instrumentalidade, ainda estaríamos a exercer um serviço social distante da realidade e sem qualquer garantia de direitos.

“A instrumentalidade do serviço social é um campo saturado de mediações que não foram suficientemente discutidas na e pela categoria profissional (...). A ausência ou a insuficiência de tematização desta dimensão da profissão produz, por um lado, o discurso que a nega; por outro, intervenções que se reduzem a ações finalísticas, repetitivas, modelares”. (Oliveira, 2011: 34 apud Guerra, 2009:38).

Guerra (2007) aponta que a instrumentalidade não refere somente aos seus instrumentos de trabalho. Aponta para a capacidade, qualidade e ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo socio-histórico. A instrumentalidade possibilita aos assistentes sociais a intencionalização de respostas profissionais.

“Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações”. (Guerra, 2007: 02).

A autora relata que a instrumentalidade se insere no cotidiano do singular, e que impera demandas de natureza instrumental e do imediato. Devendo, neste sentido, ser considerada como uma particularidade da profissão e concebida em função de condições objetivas e subjetivas, socio-históricas, e enquanto campo de mediação/instância de passagem. Se a instrumentalidade for vista apenas como tendo “um fim em si mesma”, perdem-se todas as suas possibilidades das suas particularidades.

Neste sentido, a instrumentalidade deve ser utilizada para que os destinatários da intervenção acionem os elementos necessários para alcançar os seus fins. Porém, a autora reforça também que as respostas firmadas pelo imediato, no âmago do cotidiano, retiram do homem a capacidade de se questionar sobre os fins: a quem servem? que forças reforça? qual o projeto de sociedade que está na sua base?

“Tratar-se-á aqui da instrumentalidade como uma mediação que permite a passagem das ações meramente instrumentais para o exercício profissional crítico e competente. Como mediação, a instrumentalidade permite também o movimento contrário: que as referências teóricas, explicativas da lógica e da dinâmica da sociedade, possam ser remetidas à compreensão das particularidades do exercício profissional e das singularidades do cotidiano. Aqui, a instrumentalidade, sendo uma particularidade, e como tal, campo de mediação, é o espaço no qual a cultura profissional se movimenta. Da cultura profissional os assistentes sociais recolhem e na instrumentalidade constroem os indicativos teórico-práticos de intervenção imediata, o chamado instrumental técnico ou as ditas metodologias de ação”. (Guerra, 2007: 12).

Santos (2015), traz a reflexão que a mediação no serviço social é uma tendência do século XXI, e que consolida o projeto profissional numa apropriação da tradição marxista. Revela que, historicamente, a profissão está ligada ao desenvolvimento de serviços, consolidando direitos. Desta forma, a mediação passa a ter significado de categoria a partir da implantação de um projeto profissional na década de 80, sendo potencializado posteriormente, e, principalmente, pelos trabalhos de pós-graduação.

A categoria mediação é difundida no meio profissional com vários significados, principalmente no que tange a instrumentalidade. Existem estudos em que apontam para a mediação entre o serviço social e o destinatário da intervenção pelo profissional, e estudos que salientam a relação profissional/destinatário.

Por outro lado, não se entende a mediação como uma determinada atividade junto ao destinatário da intervenção. Portanto, a atividade, em si, é a atividade. Contudo, a autora entende mediação “como a relação pautada na negação e no reflexo, que atinge a superação do imediato pelo mediato” (Santos, 2015:139); unindo-os, separando-os e distinguindo-os.

Entende-se como “imediato” o que é, ou age sem intermediário direto. O que acontece sem intervalo: alívio. E, o “mediato”, o que não tem relação direta, mas sim indireta; que não se liga a determinada coisa senão por intermédio de outra.

A autora fomenta a sua tese expressando e trazendo entendimentos de Marx e Lukacs. Enquanto categoria filosófica, a mediação é entendida como um processo fundado na tensão e no movimento. Desta forma, a mediação, pode ser entendida como a negação dessa relação (tensão e movimento), uma vez que o movimento não apresenta limites. Começo ou fim, contrapondo a ideia de mediação amparada pelo sentido de unificação, da igualdade e da relação entre dois elementos antagônicos, que, através da mediação alcançam uma harmonia e equilíbrio. A autora, ao se basear em Marx, elucida-nos que a mediação não pode ser linear, uma vez que muitas são as expressões acumulativas que contribuem para a sua definição.

“Portanto, o mediato não supera o imediato, quem o faz é a mediação, fato que também ocorre em relação ao fenômeno e à essência, por isso, a força inerente e necessária à superação não se manifesta nos pólos da relação, ela é uma propriedade da mediação. Porém, a mediação não se restringe somente a uma relação pautada na negação e no reflexo, pois ela é, sobretudo, o modo pelo qual se dá a superação (IBID)” (Santos, 2015:140).

A mesma autora refere que, no Serviço Social, a mediação é um assunto mais debatido e refletido quando se trata da instrumentalidade:

“a uma determinada capacidade ou propriedade constitutiva da profissão, construída e reconstruída no processo sócio histórico [que se] constitui numa condição concreta de reconhecimento social da profissão” ... “Nesse sentido, não se pode relacioná-la a um conjunto de instrumentos e técnicas, ou seja, à instrumentação técnica”. (Santos, 2015: 141 apud Guerra, 2007: 1-2).

Todavia, para Pontes (1995) o marxismo que chegou ao serviço social, não equivale à essência, tanto na sua forma teórico-política, como na estrutura metodológica. Sendo este último, o lado mais danoso dessa deformação do pensamento marxista, pode-se se dizer que a abordagem dialética foi qualificada pelo serviço social face às demais abordagens.

Neste sentido, uma das grandes questões foi a não apropriação da totalidade marxista, mas, somente de partes que prejudicam a análise da realidade. Com esta estrutura departamentalizada, abandonou-se a mediação, e vistas à tradição marxista, uma vez que a mediação é a categoria central de articulação entre as partes e a totalidade complexa, e a passagem entre o imediato e o mediato.

“Enfim, o que se identifica neste processo é o movimento da profissão, buscando resgatar as mediações ontológicas que estruturam e articulam socio-historicamente a profissão à sociedade. Tanto que a categoria de mediação é introduzida no discurso profissional inicialmente pela via da análise política, da sua articulação no bojo das políticas sociais e de sua inserção socioprofissional”. (Pontes, 1995: 04).

Este autor, refere que se deve desmistificar a imagem mediadora da profissão, no que toca a apaziguar tensões, pois a mediação é impulsionada pela realidade social e profissional. Portanto, não faz sentido a sua reflexão desconectada do método dialético, que se caracteriza pela perspectiva da totalidade. Deste modo, esta totalidade será apreendida somente através de observações empíricas.

“A categoria de mediação tanto possui a dimensão ontológica quanto a reflexiva. É ontológica porque “é uma categoria objetiva, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito” (Lukács, in Pontes, 1995, p. 2) intelectual, porque a razão, para ultrapassar o plano da imediatez (aparência), em busca da essência, tem que construir intelectivamente mediações, para reconstruir o próprio movimento do objeto.” (Pontes, 1995:09).

Ainda sobre mediação, Pontes (1995) ancorado no olhar de Lukacs, define também a mediação como a singularidade entre a universalidade e a particularidade através da dialética. Desta forma, a realidade e a essência do singular só podem ser elucidados e clarificados através de mediações. Portanto, quanto maior forem as determinações histórico-sociais, mais complexas as mediações - que não deve estar desconectada da tríade: singularidade-universalidade-particularidade.

Ao encontro desta narrativa, Mota (2013) traz ainda a instrumentalidade teórico-metodológica, não como ferramenta para reiteração da ordem, mas em prol da luta emancipatória e destaca no seu significado socio-histórico, três níveis quais importante destacar:

1 - a instrumentalidade no projeto burguês, como algo convertido para a manutenção da ordem a serviço do projeto reformista burguês;

2 - respostas profissionais, diretamente ligada à sua peculiaridade operativa, ao aspeto instrumental-operativo, frente às demandas das classes - aspeto que permite reconhecer-se socialmente como profissional. Ainda neste nível, pode se expressar também como funções que são requisitadas; e

3 - a aproximação da instrumentalidade e mediação.

“Se é verdade que a Instrumentalidade se insere no espaço do singular, do cotidiano, do imediato, também o é quando ela, ao ser considerada como uma particularidade da profissão, dada por condições objetivas e subjetivas, e como tal socio-históricas, pode ser concebida como campo de mediação e instância de passagem”. (Santos, 2015:141).

A autora entende a mediação como uma instância de passagem, que se dá no cotidiano profissional, no imediato, sendo uma particularidade da profissão. Neste sentido, a arte configura-se como matéria prima e instrumento de trabalho do assistente social. Ou seja, fomenta, gera produção de algo, eleva e possibilita a mediação e o planeamento de ações de intervenção.

“a mediação, nesse sentido, ampara-se em Lukács, que a traduz em duas ordens que se inter-relacionam: mediação de primeira ordem, que relaciona homem/natureza por meio do trabalho e desenvolve “a consciência, a linguagem, o intercâmbio, o conhecimento, mediações estas em nível da reprodução do ser social como ser histórico, e, portanto, postas pela práxis” (IDEM, p. 4); e mediação de segunda ordem, que se refere aos complexos sociais, tais como “a ideologia, a teoria, a filosofia, a política, a arte, o direito, o Estado, a racionalidade, a ciência e a técnica” (IBID)”. (Santos, 2015:141)

Andrade (2001) defende que a mediação não é uma arbitragem ou uma prática que visa a resolução de conflitos, mas uma ferramenta utilizada para compreensão, ou seja, pretende compreender/perceber o pensamento do outro. Entretanto, a mediação através da

arte tem o dever de entender os outros, e proporcionar que o outro também tenha a capacidade de fazer mediações.

“Como vimos, a arte expressa, em cada época histórica, a representação que os sujeitos fazem do real, seus valores, sentimentos, suas concepções, suas percepções. O Serviço Social, para desvendar as refrações da questão social, de seu objeto, precisa decifrá-las a partir do acesso às múltiplas fontes onde ela se expressa – na sala de aula, no espaço da instituição, no movimento social e comunitário, na vida da comunidade, na casa dos usuários, nos textos dos jornais, nos documentos institucionais, nas poesias, nas peças de teatro, nos filmes, nas letras de música, na literatura, na fala, no silêncio e demais expressões dos sujeitos. A expressão dos sujeitos através da arte é importante material para a análise do Serviço Social, pois este desvendamento (e ressalte-se: histórico e processual) é condição para planejarmos estratégias de intervenção. A leitura dessas expressões, no entanto, não pode ser descontextualizada, pois é localizada histórica, social, geográfica e ideologicamente.” (Prates, 2007:227)

Neste sentido, Prates (2007) menciona que o uso, focado na arte, de diversas fontes, são instrumentos valiosos de intervenção do serviço social, pois podem revelar e desvendar as questões pautadas e que devem ser trabalhadas com os destinatários da intervenção profissional.

“O uso da arte, da música, da dramatização, de filmes e fotos podem ser estratégias utilizadas, por alunos e profissionais, como parte do método de exposição de suas produções, desde que articuladas aos conteúdos teóricos de modo adequado e pertinente.” (Prates, 2007:227).

De acordo com Andrade (2001) o agir abre possibilidades do novo no campo de inscrição das práticas do serviço social. Porém, o novo só estará presente mediante o agir profissional. Neste sentido, deve-se encarar os sujeitos e as suas alianças, para que a desconstrução e reconstrução ocorra no campo de intervenção, e para, só assim, se recriar o exercício profissional e repensar o agir do assistente social.

A autora refere ainda campos de intervenção e ‘modus operandi’ em que o assistente social inicia a sua ação sempre no campo do pensamento sobre a realidade. Estes, processam-se de modo a transformar este pensamento em atos para intervir na realidade. Tratando-se de um processo cognitivo-interventivo, em que o agir implica ao assistente social e à sua relação com os destinatários da sua intervenção.

Nesta problematização, Andrade (2001), revela que o agir profissional necessita de algumas questões cruciais: domínio dos saberes - quais são os saberes que informam o agir profissional. Temos também como ancoragem os saberes dos destinatários da intervenção. Neste aspeto, questiona-se também quais são os suportes, ferramentas e instrumentos podem ser utilizados para a construção e desconstrução de espaços de aproximação entre os sujeitos do agir.

Num segundo eixo, os sistemas de poder é que tratam das normatividades, e regem as vidas e o agir. Que poderes regulam tanto os assistentes sociais como os destinatários da intervenção? Normas, códigos, e como são relacionados ao agir? Como o poder se manifesta no quotidiano profissional?

O terceiro eixo trata do domínio da subjetividade e subjetivação: tanto assistentes sociais como destinatários da intervenção são sujeitos de desejo, seres de cultura, que agem, reconhecem e são reconhecidos neste agir. No entanto, surgem outras questões como, de que forma os profissionais de relacionam com os modos de pensar, crer, saber, e representações dos destinatários da sua intervenção? Como utilizam os meios e a tecnologia para estabelecer um elo de ligação e por fim tudo o que é incorporado ao agir?

Entretanto, resgatamos para corroborar também neste aspeto, Guerrero-Munoz (2017), para expor três importantes pontos relacionados ao agir profissional: conhecimentos (conhecer), habilidades (fazer) e atitudes (saber como ser):

Relativamente ao conhecimento, o autor traz o reconhecimento da diversidade e multiculturalismo. Além sugerir uma visão ampliada de uma série de outros fatores relacionados à etnicidade, cultura e género, bem como a sua influência em situações de discriminação, opressão e vulnerabilidade, materializadas nos diferentes acessos aos recursos.

Sobre habilidades, estas devem-se ao conhecimento da realidade social, teorias de ancoragem e compreensão de toda a complexidade do tecido social. Espaço de desenvolvimentos de competências para a prática profissional e a identificação potencial dos destinatários da intervenção e os diferentes tipos de necessidades, problemas, respostas e fomento da participação.

Pode se compreender neste aspeto o terreno fértil da utilização de todas as técnicas, métodos e estratégia de intervenção que procuram a resolução. E, também o campo da cooperação e do relacionamento em equipas interdisciplinares e multiculturais.

No que concerne às atitudes, o autor destaca o desenvolvimento de ações abertas e empáticas baseadas no respeito e reconhecimento da diversidade e multiculturalismo. Além do respeito, compreensão e aceitação das diferenças individuais e de grupo, conhecendo ainda como os contextos interculturais funcionam.

Emerge, nesta compreensão, o treino para o reconhecimento da diversidade social e cultural, aquisição de sensibilidade social e conscientização da cidadania e realização de um intenso compromisso ético.

Convém, também, destacar Robertis (2007), que revela que a intervenção social, coloca em cena dois atores: o trabalhador social (encarregado da intervenção) e o destinatário da intervenção (alvo). Neste agir, alguns elementos devem ser considerados, para que perpassem as políticas sociais - idealizadas pelos poderes públicos -, as instituições sociais, o próprio trabalhador, e dispositivos diversos que operam neste bojo. Neste cenário contraditório e múltiplo, muitas são as forças que operam e influenciam diretamente a intervenção. Deste modo, a autora define a intervenção enquanto vontade de agir. Tendo em conta que aspeto está entre as premissas deste agir, o “fazer”, e o “como fazer”, sendo que este último: “inscreve os valores e os princípios éticos aos quais o trabalhador social adere e a qualidade da relação estabelecida com a pessoa”. (Robertis, 2007: 138).

A autora destaca, ainda, que a intervenção será construída não somente com base nestes elementos, mas tendo em consideração o desenvolvimento de estratégias, mobilização de recursos, história, conhecimento, entre outros pontos que estão constituídos entre os atores. Além disso, também se deverá ter em conta o trabalhador social, o destinatário da intervenção, o contexto local e global, e as dimensões políticas, económicas e culturais.

Robertis (2007) refere que o modelo de intervenção, tal como é, confere ao trabalhador a condição de agente de mudança. Relata que, neste “modelo”, a intervenção tem início assim que o profissional conhece o destinatário da intervenção. Neste sentido, o processo inicia-se no acolhimento, através de olhares, escuta, apresentação e questões colocadas. Distinguindo-se, assim, de outros modelos que possuem como base um

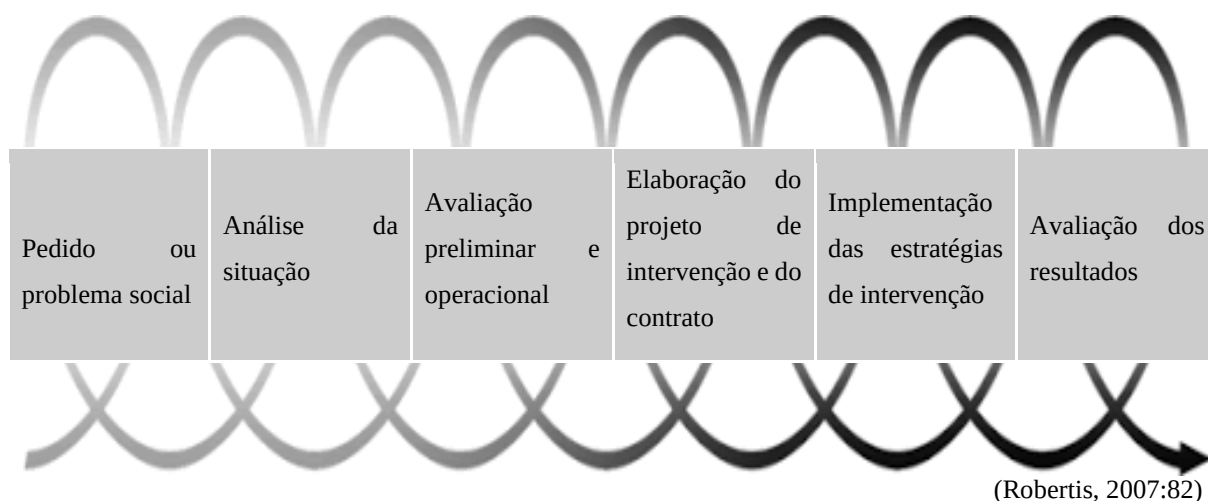
diagnóstico para dar início à intervenção - modelo este que favorece a mudança curativa e preventiva, semelhante ao trabalho médico.

A autora corrobora ainda que, com base nesta relação, que, por si só, já estabelece uma mudança, que os objetivos serão definidos neste jogo cénico como o plano ou projeto de intervenção.

“O termo intervenção conjuga-se perfeitamente com o de ajuda, pois a intervenção do trabalhador social consiste em permitir à pessoa desenvolver as suas capacidades, em ajudar a modificar a sua situação e em resolver os problemas que encontra. Esta intervenção abre caminho à pessoa, pois o trabalho social postula que as próprias pessoas têm as capacidades e que a intervenção social consiste menos em agir sobre a pessoa do que sobre as condições que permitem a esta pessoa implementar as suas próprias capacidades”. (Robertis, 2007:71 apud Rennes, 1998: ed. ENSP).

Poderemos, então, concluir que existem diferentes modos de intervenção em função dos objetivos traçados. Assim como existem também níveis de intervenção. A intervenção, de acordo com a autora, pode estar dividida de forma direta consoante a presença do destinatário da intervenção enquanto ator/protagonista ou de forma indireta, quando o destinatário não está presente, porém uma série de ações são desencadeadas para sua atenção.

Quadro 01 – Intervenção de forma espiral



Neste viés, citando Santos (2012); as dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnica-operativas devem ser refletidas de forma conjunta, não sendo possível

trabalhar uma dimensão sem que as outras não estejam presentes. Embora existam autores que fundamentam cada dimensão separadamente.

Deste modo, os instrumentos e técnicas de intervenção pertencem ao âmbito da efetividade, embora seja necessário um referencial teórico para encontrar a escolha mais adequada:

“Considero, então, que, na prática profissional do assistente social, entendida aqui como uma expressão da práxis social - portanto, como uma das formas de objetivação humana que tem por particularidade desenvolver uma posição teleológica do tipo secundária, ou seja, que visa a influir sobre os outros seres humanos, sobre seus comportamentos e sua consciência, dois elementos merecem, igualmente, destaque na passagem da teoria à prática: finalidade e os meios”. (Santos, 2012:35).

Para a autora, em teoria possuímos as possibilidades e na prática as efetividades. A procura dos meios tem um papel fundamental para se chegar ao fim. Para transformar a causalidade espontânea em causalidade posta, é necessário um conhecimento mínimo. Contudo, esta finalidade não caminha sozinha, uma vez que se torna necessário haver movimentação para isso. A finalidade desencadeia-se a partir de uma necessidade. Deste modo, a busca de meios requer conhecimentos e o aperfeiçoamento de instrumentos tomar uma ação.

“o que se caracteriza a atividade prática é o caráter real, objetivo, da matéria-prima sobre a qual se atua, dos meios ou instrumentos com os quais se exerce a ação e de seu resultado ou produto”. (Santos, 2012:41 apud Vásquez, 1977).

e,

“Escolher entre as alternativas significa, então, avaliar se um determinado objeto será “útil” ou não, será “adequado” ou não para atingir determinado fim e avaliar a adequação do próprio fim posto. Isso requer igualmente um conhecimento prévio, mas também uma avaliação de valor.” (Santos, 2012:60).

A procura de um meio, remete para um carácter procedimental, que requer também um carácter teórico, ético e político. E que, por sua vez, também impõe ao trabalhador a possibilidade de escolha e decisão, posicionando-o diante de uma determinada realidade. Por outro lado, existe a necessidade da presença de habilidades para sua aplicação, como já foi referido anteriormente.

“A escolha e manuseio dos instrumento e técnicas estão intimamente relacionados aos princípios, métodos, natureza, condições objetivas e dos objetivos da profissão, do profissional e da instituição. Esses estão articulados aos interesses de classe. Assim, os instrumentos e técnicas devem ser escolhidos e manuseados a luz dessa direção”. (Santos, 2012:90 apud Paro, 2001:30).

O destinatário de intervenção demonstra, diante do instrumental utilizado pelo trabalhador (seja através de uma visita domiciliária, de uma entrevista, ou qualquer outro), a sua vida privada, e até mesmo a sua intimidade - o que ocorre dentro da sua proteção, devendo ser respeitado nesse sentido.

Por fim, esta autora afirma que os instrumentos utilizados pelo assistente social, não são inerentes ao serviço social, mas sim às ciências sociais e humanas, alteram-se ou diferenciam-se de acordo com a abordagem, devendo, esta, oferecer um significado social à ação.

Diante de toda a exposição, se enaltece a arte como instrumento de intervenção no cotidiano profissional, contrariando seu estabelecimento meramente casual, ou seja, empregar a arte pressupõe uma ação elaborada minuciosamente, por que diz respeito ao seu agir profissional e as aspirações e a vida do outro.

3.1 - Autonomia profissional e especificidade

“A grandeza de uma profissão é talvez, antes de tudo, unir os homens: não há senão um verdadeiro luxo e esse é o das relações humanas”.

Antoine de Saint-Exupéry

Para situar a arte enquanto instrumento de intervenção, é necessário realizar algumas reflexões que perpassam, limitam ou expandem, o agir profissional. Neste campo, a autonomia torna-se um grande paradoxo, gerando críticas que remetem ao distanciamento entre o projeto profissional e a realidade, e ainda discrepância entre teoria e prática.

Deste modo, se o profissional não possuir autonomia profissional, dificilmente conseguirá agregar algo diferente no seu trabalho.

Mioto & Nogueira (2013) referem que, o fato da profissão estar inserida na divisão sociotécnica, permitiu um avanço no debate. Entretanto, a condição assalariada gerou limites profissionais. Deste modo, obtém-se uma autonomia relativa, sendo esta teórica, política, ética e técnica.

O entendimento das autoras é suplantado através de uma particularidade no campo das políticas sociais. Ou seja, através de uma diversidade de espaços, que causa implicações na reconstrução do objeto de intervenção. Deve-se compreender este objeto em diferentes campos de intervenção, e em que teorias sustentam a prática, desvinculando políticas unilaterais que não permitem o diálogo.

Tendo em conta estas considerações, agrega-se o sentido de autonomia relativa. E, desta forma, torna-se possível romper a relação mimética entre serviço social e política social, caracterizada como ações rotineiras, prescritivas e burocráticas, que persistem. Neste bojo, o discurso da eficiência e qualidade intensifica o trabalho, inclusive devido à ampliação dos direitos do Estado, com financiamento acrescido de recursos humanos.

Considera-se, ainda, o fato da tecnologia, através do discurso da transparência, também dificultar o exercício da autonomia profissional, ficando a cargo do profissional a tarefa de alimentar estes sistemas informatizados, deixando o processo interventivo renegado. Desta forma, estas características centralizadoras, interferem diretamente na intervenção, na procura de alternativas e na própria forma de definição dos destinatários da intervenção.

Outra agravante para a autonomia profissional diz respeito ao elevado número de entidades sociais, pautadas e financiadas pelo Poder Público, que expressam outro tipo de contradição, acentuando ainda mais as questões miméticas.

Mais uma vez, a atenção deve ser voltada para os problemas entre os objetivos institucionais e objetivos profissionais no âmbito do serviço social, mostrando, desta forma, que não existe compatibilidade entre o projeto profissional e o que tem sido posto em desenvolvimento pelo projeto institucional. Neste sentido, quanto maior a autonomia, mais serão as exigências de conhecimento.

Nesta conjuntura, a autonomia profissional perde-se no campo de trabalho, uma vez que a sobreposição de algumas questões reduz esta característica da profissão. Por outro lado, Andrade (2001) relata que a autonomia também é conferida ao assistente social no que concerne ao seu poder - ao seu conhecimento sobre leis, normas, procedimentos e informações, de tal modo que:

“Podemos então dizer, em síntese, que a autonomia do assistente social tem como ponto de ancoragem o corpo de conhecimentos do Serviço Social e como arena privilegiada o complexo de lutas mutantes, ligadas aos diversos interesses sociais em jogo, em determinados contextos e conjunturas. A dinâmica propulsora instituinte pode ser aí buscada.” (Andrade, 2001: 228).

Sobre a especificidade profissional, Miotto & Nogueira (2013), apontam estruturas que, ao longo da história, foram expressas, através das atribuições e competências, profissionais avaliadas socialmente.

Referem ainda que o enfrentamento dos dilemas sociais, que permanecem em constante atualização, bem como o pressuposto da interdisciplinaridade, permitiu a inserção profissional em diferentes campos do saber; situações apontadas pelas autoras como dificultosas para o entendimento do papel do assistente social nestas equipas multiprofissionais.

Alertam que, mesmo em ações de cunho coletivo, a profissão possui uma identidade própria que deve ser assimilada pelo profissional de serviço social. É de salientar que a especificidade serve como base, acompanhada de pilares teóricos e metodológicos, nas dimensões teórico-metodológicas, técnico-operativa e ético-político, que são indissociáveis, sendo este último com grande caminho de possibilidades a desenvolver.

As especificidades da profissão, no campo das políticas públicas, afirmam-se historicamente mediante a disposição para organizar o conhecimento em torno de ações desenvolvidas pelo profissional, viabilizando a garantia da proteção social. Estas ações devem estar respaldadas com a sua matriz metodológica, conjunto de instrumentos e técnicas, colocando, assim, o projeto profissional em movimento.

A especificidade também pode ser entendida como particularidades e singularidades do Serviço Social, conforme corrobora Andrade (2018) durante uma aula da cadeira de Teoria do Serviço Social, no âmbito deste mestrado em Serviço Social e Política Social no

dia 15 de dezembro de 2018, que pressupõe todo processo histórico de construção do serviço social.

Piana (2009) acrescenta que a especificidade e a integridade devem ser encontradas, tanto nos objetivos da profissão, como nos objetos da sua intervenção. E que esta deverá estar ancorada para além de “um corpo de conhecimentos teóricos, método de investigação e intervenção, num sistema de valores e concepções ideológicas”.

Apesar de ter sido elaborado há décadas atrás, o estudo que Amaro (2015) traz, para definir a especificidade da prática do serviço social, parece permanecer atual. Uma vez que aponta para cinco componentes básicos:

O primeiro - os valores (entendendo aqui a centralidade no indivíduo, embora reconheça a sua interdependência com a sociedade, sendo que a sociedade deve remover qualquer impeditivo à autodeterminação e o potencial de cada um);

O segundo refere-se às finalidades (identificar e definir as áreas de desequilíbrio entre os indivíduos, grupos e meio, num sentido reparador e preventivo);

O mandato é o terceiro componente (consubstanciado pelos serviços públicos, estabelece a matéria de direito, pelas organizações não governamentais que opera respostas, e as organizações formativas para a prática profissional);

O quarto refere-se ao conhecimento (necessário à prática, e que perpassa áreas como desenvolvimento e comportamento humano, em todas as suas vertentes);

E, por fim, o método (uso responsável e disciplinada enquanto pessoa na relação com o indivíduo ou grupo, facilitando a relação entre estes e o seu meio, utilizando competências, observando e planeamento). Contudo, a autora observa que o referido estudo aponta para o assistente social enquanto pessoa, e reflete que a racionalização instrumental e científica da sua prática proporciona o incremento do sistema de bem-estar social.

3.2 - O Destinatário da intervenção do Assistente Social

“A arte é um dos meios que une os homens.”

Leon Tolstói

Uma vez que já foi dedicado espaço de reflexão para clarificar a história, identidade e os elementos que legitimam a profissão no seu contexto particular, destaca-se, agora, lugar dos protagonistas existentes no campo social. Pretende-se enaltecer o destinatário da intervenção do assistente social que, também, confere socialmente legitimação:

“...através do reconhecimento que estes fazem do trabalho e da competência dos assistentes sociais, quando os procuram ou aceitam a sua interferência nas situações por eles vivenciadas. Esta é uma característica essencial da particularidade do Serviço Social”. (Andrade, 2005)

Para Conceição (2010) muitos objetivos profissionais podem ser conquistados pela arte enquanto instrumento de trabalho. Constituem, ainda, uma forma prática e prazerosa de atender finalidades. Porém, o grande fluxo de trabalho e a necessidade de atendimento das questões que se referem às necessidades básicas dos destinatários da intervenção, tomando-lhe todo o tempo, faz com que o profissional priorize o atendimento das situações emergenciais, enquanto as práticas emancipadoras ficam delegadas ao segundo plano.

Amaro (2015) refere que o assistente social, dada a questão e mutação social emergente, tem como destinatário de intervenção, “o mais pobre entre os pobres”. Porém, a questão apresentada, que caracteriza o público, pode-se tratar de um fenómeno social.

Por outro lado, estão a chegar aos serviços sociais, por conta de problemas económicos, um novo público vindo de uma classe média, com determinada necessidade e sem possuir histórico e/ou perfil dos utilizadores dos serviços públicos, caracterizados até então como os mais vulneráveis ou fragilizados em vários aspectos.

Deste modo, a autora salienta que o destinatário da intervenção é todo aquele que o “sistema liberal empurra para as margens do não-conhecimento”:

“Os destinatários da intervenção dos assistentes sociais continuam a ser, predominantemente, os migrantes, os desempregados, os portadores de deficiências, os consumidores de substâncias químicas ilícitas, os moradores em bairros degradados, abrigos precários e os sem abrigo...” (Andrade, 2005:21).

Ainda sobre este assunto, com a abertura de novos campos de trabalho, e o chamado do profissional para atender outras áreas específicas e afins. Dependendo do espaço onde o profissional está inserido, o destinatário de intervenção poderá mudar. O que significa a identificação de novos públicos, não afetos somente as pessoas, famílias ou comunidades, mas também como instituições, profissionais diversos, dentre outros.

Robertis (2007) refere-se ao destinatário como aquele que leva o trabalhador social a agir, e, para isso, esse trabalhador deve se apropriar ao máximo de conhecimento sobre o destinatário. Por exemplo: o que o leva a procurar o serviço? Ajuda? Pedido? O pedido poderá ser feito, mas é, realmente, isso que se quer? O que é que está por trás do pedido, e quais são as questões que não são reveladas? Deste modo, o destinatário da intervenção nunca vem só. É acompanhado de uma série de questões que irão ser reveladas com o tempo.

É possível verificar que o destinatário da intervenção nem sempre é o responsável pelo movimento de procura pelos serviços, tendo, muitas vezes, o trabalhador de realizar esta ação, e identificá-la através de mecanismos de busca. Exemplo disso, poderá ser a vigilância socio assistencial, em voga em alguns países e/ou pela rede parceira.

De qualquer forma, muitos são os aprendizados que a contemporaneidade traz, entre eles, a advocacy¹⁰, de acordo com o site brasileiro, “politize”. Proveniente do latim, a palavra *advocare*, tem o significado de ajudar quem está com necessidades. Na sua tradução para o português, advogar, trouxe um conceito jurídico. Contudo, nem sempre o foco está neste campo do conhecimento (das leis), uma vez que o termo *advocacy* está, de sobremaneira, utilizado para: a defesa e argumentação a favor de uma causa, na reivindicação dos direitos, e na proposição das políticas públicas que atendam às diversas necessidades do destinatário da intervenção.

Outrossim, o destinatário de intervenção, sendo atendido sempre nas suas necessidades emergentes, poderá ser prejudicado, visto que, num primeiro momento terá a sua questão atendida, mas não solucionada. Deste modo, qual será a ótica deste destinatário

¹⁰ <https://www.politize.com.br/como-fazer-advocacy/>

da intervenção? Quando a intervenção do assistente social é canalizada somente para o acesso, este, a quem se pretende abrir as portas, quererá tê-las abertas? Este destinatário tem as suas vontades e desejos revelados, ou quererá revelar esses desejos e vontades? Participa no desenvolvimento das ações, atividades e projetos? Por outro lado, o profissional quer envolvê-lo nas ações, atividades e projetos? Quer ouvi-lo? Talvez seja menos trabalhoso atender somente as questões emergenciais.

“O acesso prende-se com a ligação que o assistente social faz entre os destinatários da sua ação e os recursos disponíveis, por um lado, e a consecução dos direitos que lhe estão atribuídos, por outro.” (Amaro, 2015: 134)

Neste sentido, de acordo com Andrade (2019) em reunião de orientação no dia 04 de julho, advocacy ou a defesa do acesso pressupõe trabalhar noutras vertentes, como o empowerment, e possui também vários vetores, como o político, económico e cultural.

Assim sendo, conforme assertivamente revela Guerrero-Munoz (2017), pensar no destinatário da intervenção é lançar o pensamento no percurso. Não é somente proporcionar, mas também verificar se a sua vontade, desejo, querer e saber estão a ser realizados e respeitados, e a ir ao encontro das competências profissionais do Código Deontológico do Assistente Social, que expressa que o profissional “atua com e para as pessoas, numa lógica de cooperação”.

Porém, duas questões sobre o destinatário da intervenção permanecem discutíveis. Como sugere Robertis (2007), estará a intervenção restrita somente ao apoio solicitado pelo destinatário? Este destinatário da intervenção, torna-se protagonista tendo uma participação passiva?

A autora revela que a intervenção pressupõe uma oposição radical - a entrega de um benefício ou serviço a um destinatário que tem uma ação expressamente passiva. Não obstante, a intervenção, pressupõe um processo em que o destinatário da intervenção deve ser co construtor, cabendo ao trabalhador esta construção, haja visto que a intervenção tem início logo na acolhida.

CAPÍTULO IV

Muleta de ator

“A arte não é um espelho para refletir o mundo, mas um martelo para forjá-lo”.

Vladimir Maiakóvski

Este capítulo apresenta toda a metodologia de trabalho e estratégias utilizadas para, em campo, se poderem obter respostas desta investigação, com quatro pilares, quais são denominados “muleta de ator” - típica expressão popular utilizada no teatro que consiste numa tática trabalhada pelo o ator durante os ensaios para obter segurança, neste caso, um conjunto racional que cumpra com critérios científicos, de objetividade, validade e fidelidade: Estudo bibliografia, Projeto Museu Comunitário, Inquéritos e Entrevista.

Outrossim, entende-se como metodologia o caminho percorrido, indo além entende-se ainda como método científico, a caracterização deste caminho, ou seja, agregada a organização, rigor na análise, controle e toda utilização e compilação dos conhecimentos.

Deste modo, optou-se pela pesquisa qualitativo para enquadramento e compreensão da pesquisa, tendo em consideração que não se trata de quantificar as questões e fatos, porem ter elementos que permitam sua análise e consiga extrair e apropriar melhores resultados, tendo o objeto apelo subjetivo.

Ainda sobre a pesquisa qualitativa, de acordo com Goldenberg (2004:19) “buscam compreender os valores, crenças, motivações e sentimentos humanos, compreensão que só pode ocorrer se a ação é colocada dentro de um contexto de significado”.

Quanto à natureza da pesquisa, de caráter exploratório, que proporciona maior familiaridade com o objeto estudado. Procurou-se desta forma, torná-lo mais explícito. O seu principal objetivo é o aprimoramento de ideias, fundamentando-se na dialética como um

método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade. De acordo com Lakatos e Marconi (2003) considera-se que os fatos não podem ser encarados fora de um contexto social, político e económico.

Neste caso, a primeira grande muleta - resgatando a analogia - foi o estudo bibliográfico, constituído por livros, artigos, monografias, dissertações de mestrado e teses de doutorado, que visam aproximar-se ao máximo do objeto, uma vez que, neste pilar, temos grande partilha de conhecimento científico e partilhável a nível universal, de resultados e reflexões sobre o tema e suas correlações em âmbito Português, visto que a pesquisa ocorre neste país e também internacional, deste modo pesquisou-se conforme a temática descortinava-se e não com base na minha nacionalidade e exaltação de autores brasileiros.

Sobre a pesquisa bibliográfica, baseada em materiais já elaborados por pesquisadores e autores, expõe-se a reflexão de Gil (2002:45), quando nos diz que a pesquisa: “permite ao investigador a cobertura de uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente”.

As demais muletas, nomeadamente:

A) Desenvolvimento e execução direta do projeto “Museu Comunitário” no Bairro dos Navegadores e adjacências no Município de Oeiras, região metropolitana de Lisboa enquanto ação estratégica da equipa de Rendimento Social de Inserção do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Porto Salvo-CSPNSPS;

Esta iniciativa tem ancoragem na pesquisa-ação, qual Gil (2002:56) identifica como: “...uma ação planejada, de carácter social, educacional, técnico ou outro”. Tem grande prestígio em função da interação entre pesquisador e público, visto a cooperação e participação ativa, além da base empírica.

O projeto Museu Comunitário, realizado entre março e outubro do ano de 2019, teve como objetivos: Valorizar a história de vida das pessoas e o potencial e capital humano, propiciar as relações efetivas e comunitárias, bem como elevar o nível de pertença sobre o bairro.

Estabeleceu-se como uma estratégia e oportunidade única de trabalho para poder intervir pela arte visando atingir os objetivos propostos. Neste sentido, apresentaram-se várias expressões artísticas: arte popular, artes plásticas, pintura, poesia e música. Houve,

também, objetos musealizados que não compuseram o universo das artes, porem dentro do universo da cultura, a exemplo da culinária e da própria estória de vida, expressões todas que simbolizava e/ou representava um quadro e/ou marco da vida do participante.

Todas estas expressões foram trabalhadas e potencializadas pelos participantes através de sessões intuitivas realizadas nas visitas domiciliares, reuniões individuais e de grupos e conversas qualificadas, de modo que o participante sentisse à vontade e confiante a conduzir o seu percurso até a apresentação publica da expressão que melhor simbolizasse ou demonstrasse sua superação.

Escolhida a forma como cada participante integraria o projeto, estabeleceu-se nas próprias sessões a exploração de como o contato com aquela determinada expressão artística estabeleceu-se alterando modos de vida.

Os participantes foram indicados com base em diversos contatos realizados com os parceiros locais, líderes comunitários e da própria equipa do RSI, não limitando a participação apenas aos atendidos pelo referido Programa de Transferência de Renda.

Deste modo, a iniciativa contou com a participação voluntária de aproximadamente 32 destinatários de intervenção e a exposição de quase 50 obras/peças musealizadas. Entende-se por musealizar, o trabalho de catalogar e processar a expressão artística ou outra expressão, pronta para ser exposta e apresentada ao publico.

Dois espaços foram eleitos para a exposição: Centro de Convívio do Bairro dos Navegadores e Salão Nobre do CSPNSPS, em Oeiras.

O primeiro foi escolhido por ser o único local existente no bairro com as condições necessárias a receber a exposição, entretanto, por tratar-se de um espaço concebido para realização de projetos voltadas a esta comunidade, na ocasião estava ocioso, sem ações e atividades, contrariando sua natureza. A exposição neste Centro de Convívio foi importante também como grande oportunidade para que os moradores o tomassem para si, além da valorização do bairro e do capital humano. Destaca-se o fato deste bairro ser palco prioritário de intervenção da equipa de RSI desta instituição.

A seleção do segundo espaço, ocorreu para que os participantes do Projeto Museu Comunitário pudessem ver suas histórias musealizadas para maior número de pessoas, visto a boa localização, porém também para enaltecer o CSPNSPS como idealizador do projeto

perante os parceiros locais, apresentando-se com vistas a estabelecer vínculos com a comunidade em consonância com seu regimento.

Agrega a decisão por estes espaços o fato de possibilitar que os moradores do bairro dos Navegadores, assim como a população em geral pudessem circular entre os territórios e conhecê-los, desmistificando a ideia de isolamento e rótulos preconcebidos do Bairro.

Salienta-se que, devido à bem-sucedida empreitada, garantiu-se uma segunda edição para o ano de 2020, além de um livro com contos sobre o quadro de vida de cada participante.

Entende-se que museu não é uma expressão artística, mas sim um dos espaços qualificados para que as expressões da arte possam ser apreciadas, sendo neste Projeto, apenas um meio para o atingir objetivos.

Figura 05 - Cartaz informativo do Projeto Museu Comunitário



Cartaz informativo do projeto/arte: Alexandre Ferronha, (2019)

Soma-se, à iniciativa, o conhecimento derivado de experiências acumuladas, relacionamentos, e diferentes leituras da realidade deste pesquisador e da equipa de trabalho. Lakatos e Marconi (2007) apresenta o saber popular como uma das principais formas de conhecimento, uma vez que é valorativo, reflexivo, assistemático, verificável, falível e inexato.

B) Inquérito aplicado na V Jornada das Equipas de Rendimento Social de Inserção-RSI de Lisboa e Adjacências, organizado pela equipa de RSI¹¹ do Centro Social e Paroquial Nossa Senhora do Porto Salvo e apoio da Equipa de Acompanhamento da Segurança Social dos protocolos de RSI.

O evento decorreu entre as 9h30 e 17h00, do dia 05 de novembro de 2019, na Universidade Atlântica - Escola Universitária de Ciências Empresariais, Saúde, Tecnologias e Engenharia, localizada em Oeiras, na zona da Antiga Fábrica da Pólvora de Barcarena para formação destas equipas no que toca o acompanhamento das famílias inseridas no Programa.

O inquérito efetuou-se através de um questionário, do qual Lakatos e Marconi (2003:201) considera: “um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador”.

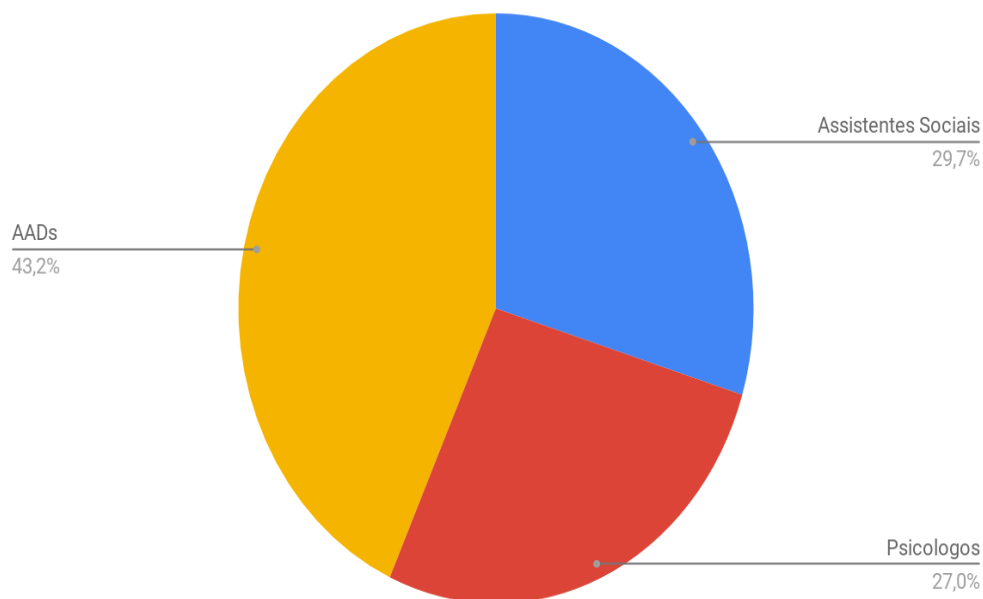
Considera-se a rapidez nas respostas, liberdade, anonimato, amplitude no número de pessoas, as maiores vantagens desta técnica, que consistiu na combinação de perguntas de escolha múltipla com respostas abertas para uma melhor apropriação das questões.

Salienta-se que o inquérito foi devidamente testado¹², o que possibilitou adequar as perguntas para um melhor entendimento da população escolhida.

¹¹ <http://www.seg-social.pt/rendimento-social-de-insercao>

¹² Pré-teste realizado entre 23 de setembro à 04 de outubro de 2019 com três assistentes sociais de locais distintas de trabalho.

Gráfico 2 - Divisão dos Inquéritos



Dos inquéritos, foram distribuídos 109, destes, foram devolvidos, de forma espontânea, 37 documentos, que foram devidamente divididos em três grupos: Assistentes Sociais, Psicólogos (Gestores) e AADs - Ajudantes de Ação Direta, publico este do citado evento. Sobre este último grupo, cabe destacar que, embora a legislação solicite um profissional à nível secundário, as equipas de Rendimento Social de Inserção, na sua grande maioria, são compostas por trabalhadores a nível de licenciatura, também na sua grande maioria: assistentes sociais, psicólogos, dentre outros.

Embora o interesse da pesquisa, foca o grupo dos assistentes sociais, não foi possível negligenciar os demais grupos, que possibilitou enriquecer e perceber outros olhares sobre as questões apresentadas.

C) Entrevistas aos trabalhadores: coordenadores sociais e artísticos de projetos finalizados e/ou em pleno desenvolvimento entre os anos de 2018 a 2020 que possuem a cultura e arte como objeto de intervenção. Deste último pilar, podemos destacar que:

- a) As entrevistas foram realizadas entre os dias 2 de dezembro/2019 a 13 de janeiro/2020;
- b) Foram entrevistados oito profissionais, sendo um Gestor da Iniciativa PARTIS - Práticas Artísticas para Inclusão Social da Fundação Calouste

- Gulbenkian, coordenadores de cinco projetos cofinanciados pelo PARTIS, entre eles assistentes sociais, psicólogos, antropólogos e artistas e outros dois assistentes sociais inseridos em projetos de outras instituições;
- c) Dos projetos, somente um foi realizado fora da região metropolitana de Lisboa, neste caso, no Município de Leiria;
- d) A iniciativa PARTIS gentilmente cedeu todos os projetos cofinanciados desde o começo da proposta, porém, utilizaram-se os seguintes critérios de exigibilidade para a escolha de cinco projetos para proceder aproximação e entrevistas: expressão artísticas diferenciadas (artes performativas, arte visual, fotografia e artesanato popular); destinatário de intervenção em situação vulnerável; facilidade de acesso logístico e que continha nos quadros profissionais equipa social;
- e) As outras duas iniciativas, fora do universo PARTIS, sucederam para compreender melhor o objeto com intuito de obter melhores resultados, haja visto que nos projetos cofinanciados pelo PARTIS os assistentes sociais estavam por meio de cargos genéricos.

Quadro 02 - Programas e Projetos

INSTITUIÇÃO	PROJETO OU PROGRAMA	LOCAL	EXPRESSÃO ARTÍSTICA	OBSERVAÇÃO
Fundação Calouste Gulbenkian	Iniciativa PARTIS	Lisboa	-	Apoiador
Companhia Olga Roriz	Corpo em Cadeia	Oeiras	Dança	Sistema Prisional do Linhó
Associação das Orquestras Sinfónicas Juvenis	Orquestra de Afetos	Oeiras	Música	Executado na Escola Amélia Vieira Luís, Carnaxide - Portela
Artemrede - Teatros Associados	Meio no meio	Lisboa, Barreiro, Seixal e	Dança, Música e Teatro	

		Almada		
ImPulsar - Associação para o Desenvolvimento Comunitário	Sob o mesmo céu	Leiria	Artes visuais, audiovisual e arte urbana	
Orquestra de Câmara Portuguesa	Notas de Contacto- OCP Solidária	Oeiras	Música	Executado na Cercioeiras
Centro Social e Paroquial Nossa senhora do Porto Salvo	Photovoice	Oeiras	Fotografia	
Associação de Beneficência e Casas São Vicente de Paulo	Intervenção profissional	Lisboa	Arte popular	Atividades executadas na Brandoa - Amadora

Robson de Souza Martins, 2020

Legenda:

Iniciativa
PARTIS

Cofinanciados
pelo PARTIS

Outras
iniciativas

Entre todas as possibilidades de recolha de informações, identifica-se a entrevista como um encontro entre duas pessoas ou mais, com o objetivo de que uma delas possa obter informações a respeito de um determinado assunto, mediante uma conversação de natureza profissional. É um procedimento utilizado na investigação social tanto para colheita de dados, como para auxiliar o diagnóstico, ou no tratamento de um problema social. (Lakatos e Marconi, 2003).

Para esta pesquisa o tipo de entrevista escolhido, sem padrão ou não-estruturada, uma vez que de acordo com as autoras, permite ao entrevistador maior liberdade numa conversação informal, embora com um roteiro previamente elaborado, pode-se direcionar a situação como melhor se convir, com o intuito de explorar melhor as questões.

Cada entrevista foi iniciada, revelando os objetivos da pesquisa e tendo em conta o autorizo para gravação da mesma, garantindo confidencialidade e anonimato relativamente as informações. Tal questão não caracterizou tensão em nenhuma das entrevistas, que fluíram de forma bastante empática.

Após realização desta etapa, seguiu para o processo moroso e minucioso de transcrição do conteúdo verbal das entrevistas.

4.1 - A Fundação Calouste Gulbenkian

“...é nossa intenção, enquanto Fundação Calouste Gulbenkian, nesta e noutras áreas, provocar as estruturas para terem olhares diferentes e considerarem outras abordagens a temáticas de sempre...”

Hugo Seabra, 2019

A Fundação Calouste Gulbenkian abraçou o trabalho desde o início, não contradizendo em nenhum instante seus valores, missão e objetivos, e a escolha como apoiador/parceiro deu-se justamente por ser um celeiro das mais variadas expressões artísticas e públicos, agregados de um forte cariz social, e mesmo sem o estabelecimento do elo entre arte e social, é possível encontrar esta particularidade na FCG, tanto que dos sete projetos, cinco são cofinanciados pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Nascida em 1956 por testamento de Calouste Sarkis Gulbenkian, a Fundação tem caráter perpétuo e desenvolve as suas atividades a partir da sua sede em Lisboa, com delegações também na França e Reino Unido. Dedicada à humanidade, tem procurado, ao longo do tempo, fomentar o conhecimento e melhorar a qualidade de vida das pessoas através das Artes, da Beneficência, da Ciência e da Educação.

Com o objetivo de “Promover e dar a conhecer os projetos, partilhando as estratégias de cada um, com o intuito de ampliar o seu impacto” (FCG, 2019)¹³, estará nos próximos anos orientada fundamentalmente para a Coesão e Integração Social, a Sustentabilidade e o Conhecimento.

Neste sentido, a Fundação Gulbenkian promove a reflexão crítica através de projetos executados de forma direta nas áreas das Artes e da Cultura, da Ciência e do Conhecimento,

¹³ <https://gulbenkian.pt/>

do Desenvolvimento e da Sustentabilidade. Além disso, apoia, ainda, inovadores projetos executados por instituições parceiras, ou seja, organizações sem fins lucrativos. Entre as diversas estratégias para atingir estes aspetos e objetivos, a Fundação desenvolve a Iniciativa PARTIS – Práticas Artísticas para Inclusão Social, que apoia projetos destinados à integração social através das práticas artísticas.

Desde a primeira edição, foram quase cinquenta iniciativas apoiadas que: “promovem a inclusão social de cidadãos em situação de maior vulnerabilidade social, tendo em vista a promoção do encontro e diálogo entre diferentes – em termos sociais, etários, culturais, entre outros e também a igualdade de oportunidades e o reforço da coesão social e territorial” (FCG, 2019)¹⁴, selecionados através de processo.

Atualmente, com o incentivo de até €25 mil euros/ano, os projetos selecionados devem ser executados num período de dois anos. Deverão, obrigatoriamente, possuir um responsável artístico e um social, e, entre os critérios de exigibilidade, apresentar vínculo com o público e aspetos de continuidade.

“...iniciativa PARTIS procura verdadeiramente, é aquilo que nós procuramos denominar como encontros improváveis, por em contato grupos que habitualmente não se contactariam, não contactariam positivamente através destas práticas artísticas como meio de intervenção...” (Seabra, 2019).

¹⁴ <https://gulbenkian.pt/>

4.2 - Os resultados

“Antes de uma criança começar a falar, ela canta.

Antes de escrever, ela desenha.

No momento que consegue ficar de pé, ela dança.

Arte é fundamental para a expressão humana”.

Autor desconhecido

A) Projeto Museu Comunitário

A arte propiciou aos participantes, num primeiro momento a nível individual, a satisfação por expor e apresentar o talento (expressão artística) e tê-lo reconhecido por quem realizou a indicação para participação no projeto e posteriormente pela comunidade.

Identificar e estabelecer o talento para conhecer a estória de vida foi importante para o desenvolvimento do projeto. A partir deste talento, as pessoas foram ouvidas, e dele foi possível estabelecer todo o resto. Reconhecer essa qualidade e obter a obra musealizada, não teve necessariamente de vinculá-la ao fator económico, mas a fatores e valores sentimentais e emocionais.

Salienta-se que este talento, seja qual for, está escondido “no” e “do” núcleo familiar, da comunidade, do mundo; muitas vezes do próprio destinatário da intervenção.

Entende-se aqui como talento a competência, capacidade e habilidade do participante em realizar e desenvolver determinada expressão artística, deste modo um dos principais resultados foi a descoberta destes talentos.

Entretanto, interessa reter desta iniciativa, que dos 32 participantes, destacando quatro participações aleatoriamente, embora pudesse destacar qualquer uma delas para contextualizar:

Situação 01 - J.G. cresceu a acreditar que se encontrava à margem da sociedade, indigno de pertencer ao seu núcleo familiar, eis que pintou a sua única obra intitulada “a gata”. O facto de somente os familiares e amigos elogiarem a realidade contida da obra, técnicas e aptidão, estabeleceu uma catarse no pintor, que lhe conferiu uma mudança do pensamento sobre si e uma atitude positiva diante do mundo:



Imagem 01 - Obra: a gata

Situação 02 - M.I.L. uma das grandes artistas escondidas na comunidade. Pintar representou, neste caso, uma arma no enfrentamento de várias vulnerabilidades e fragilidades, além de perdas significativas na vida que criou couraças para os familiares e o entorno, representadas contraditoriamente nas obras com fortes cores, expressões e simbologias. A participante guarda a casa mais de 100 obras, vivendo em quase isolamento social, abrindo-se ao diálogo para falar destas motivações.

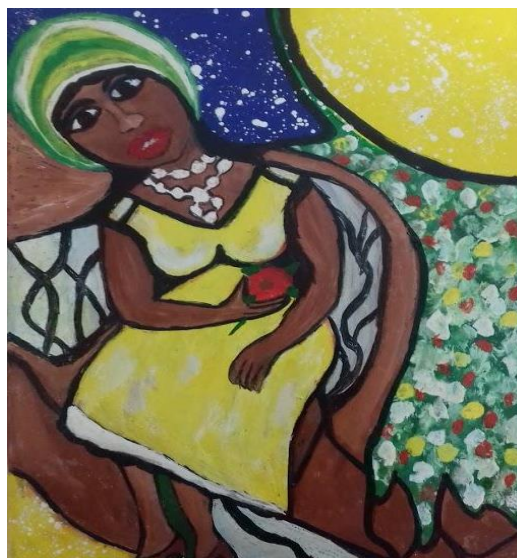


Imagem 02 - Obra: Mulher sentada

Situação 03 - A.M.F.S. já na fase adulta, começou a escrever poemas e contos pitorescos como forma de exorcizar e superar um passado opressor e violento no núcleo familiar e posteriormente no casamento. Os contos revelam factos marcantes da sua infância e vida adulta, da Aldeia onde viveu e do Bairro Social em que vive atualmente, retratados com humor, realismo fantástico e melancolia. A participante tem material suficiente para produção de dois livros de contos e poemas. O incentivo a escrito, resultou nesta situação não somente a busca para melhorar a qualidade de vida, como a formação para aperfeiçoar a escrita para possibilidade futura de publicação e elevar os rendimentos mensais.

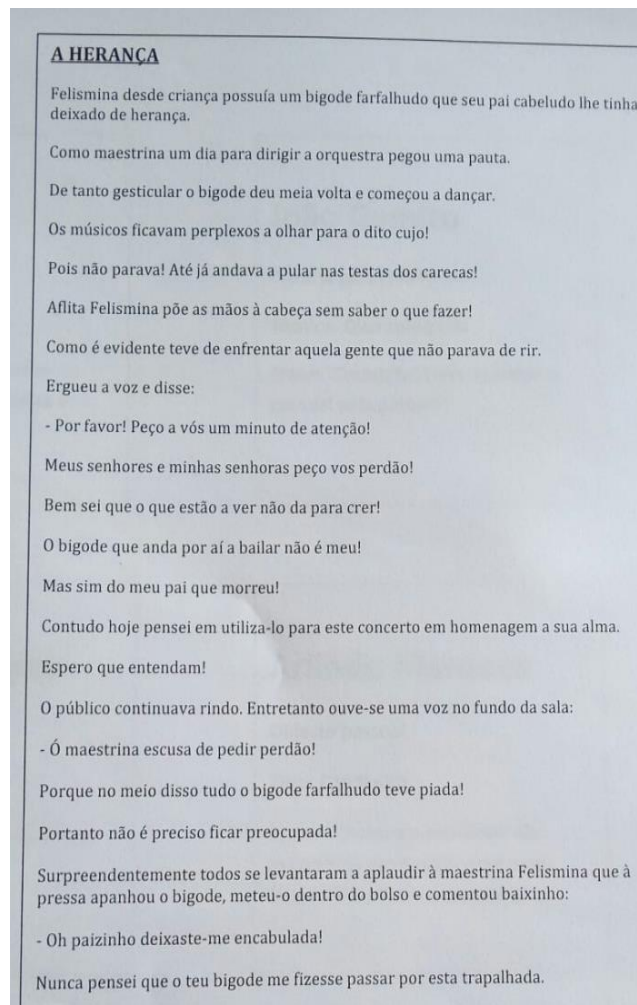


Imagem 03 - Conto: A Herança

Situação 04 - A.M.L. de uma cultura tradicional, que lhe confere um luto perpétuo pela perda do marido, apresentou a sua indumentária de forma artística visualmente para contar este pequeno, porém forte fragmento da sua vida. Estabeleceu, neste caso, um processo de crítica às tradições, e plena consciência da sua prisão, mesmo estando livre. Entretanto, o peso deu-se em aceitar de forma resignada a condição. A participação de A.M.L, no contexto do projeto, teve vários retrocessos e avanços, até que a mesma decidiu definitivamente por permanecer no projeto. Este ir e vir, simboliza, a nível subjetivo, a sua conduta em relação à cultura.

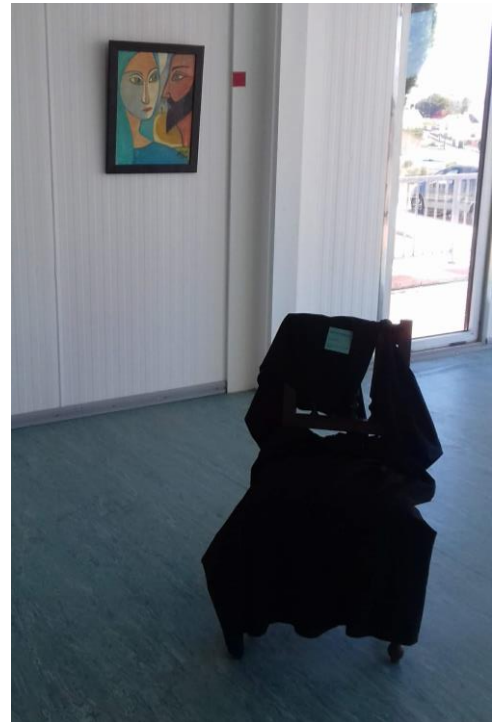


Imagem 04: indumentaria

Não teve, no escopo, em qualquer momento, realizar uma avaliação ou julgamento de obras ou técnicas, muito menos, capacitá-los para qualquer uma das expressões. Aceitaram-se todos os trabalhos que os participantes consideraram pertinentes. Deste modo, a nível profissional, todas estas intervenções, trouxeram alguns resultados, porem firmou o fato de tê-los tirado do registo e rotulo de: utentes acompanhados por um programa de governo ou ainda de pessoas vivendo em bairros sociais, estabelecendo neste âmbito:

- Abertura de canal de diálogo e fala;
- Tirando-os do registo de participantes de programas de governo ou acompanhados de acordo com os critérios para continuar a ter o referido benefício;
- Apresentação de facetas desconhecidas;
- Apresentando-os como exemplo de superação.

Constatou-se que é possível utilizar a arte como instrumento de intervenção, no entanto, com o devido cuidado, o facto de as pessoas estarem sensíveis e suscetíveis, requer que o processo e a apresentação da obra a ser musealizada, que corresponde a uma particularidade importante de sua vida, seja efetuado de forma ética e cuidadosa.

Quando se tem uma estratégia desta magnitude, estabelece-se um canal intenso de comunicação, uma relação técnico-destinatário totalmente horizontal, mesmo que no início se vá com uma proposta pronta. Obrigatoriamente para o sucesso da ação, a proposta deve ser sempre modificada com base na participação efetiva de todos os atores, afinal, o jogo social é dinâmico, e o projeto deve movimentar-se de tal forma, permitindo abarcar ao longo do processo estas alterações, com todo cuidado, porém para não se perder.

Deste modo, os resultados foram possíveis por abraçar as alterações e modificações oriundas da participação e da dinâmica do campo é também responsabilizar todos os envolvidos.

A nível individual, cada participante nitidamente teve na arte formas de superar traumas, isolamento, violência, dificuldades diversas, tristezas e problemas de saúde como depressão ou ainda como forma de tratamento, aqui falando unicamente do processo de construção do projeto Museu Comunitário.

Entretanto, para superar, ficou o trabalho coletivo e comunitário, pouco explorado nesta iniciativa. Embora a população do Bairro dos Navegadores tenha protegido o espaço de eventuais furtos e aviltamentos, dada a realidade deste sítio, com histórico de violência e consumos; podemos avaliar esta pertença de forma positiva, visto que na ocorrência destes fatos, o projeto ficaria comprometido, deste modo a defesa do espaço se fez pelo reconhecimento do Museu Comunitário como algo que lhes significava.

Outro ponto significativo, relaciona-se ao fator confiança, em que os participantes entregaram as suas obras artísticas com valor sentimental incalculável, sabendo que devido à peculiaridade do projeto, um risco estaria acrescido.

Existiu uma cobrança por parte dos destinatários da intervenção ao longo do processo em conhecer melhor os correlatos, bem como de outros espaços semelhantes, porém, não foi possível devido à falta de tempo e de financiamento.

Outro aspeto interessante a considerar é em relação a equipa de trabalho. A equipa do projeto é constituída pelos demais trabalhadores. A falta de entendimento e a falta de abertura para o novo, sobre o projeto causa desconstrução ou uma comunicação equivocada sobre os objetivos, o que pode fazer com que o destinatário da intervenção desconfie da iniciativa e, na pior das hipóteses, opte por não participar.

Relativamente ao Museu Comunitário, foram realizadas dinamizações pontuais com a equipa de trabalhadores mais estendida, a fim de nivelar o entendimento sobre o projeto e proporcionar conversas qualificadas com os trabalhadores da instituição.

Em relação à gestão do projeto, a nível profissional, existem muitas experiências, tanto na elaboração, ou na implementação, como na implantação de projetos, programas e planos em que a arte figura como objeto central. Entretanto, esta iniciativa diferenciou-se precisamente pela intenção que foi revestida a ação. Poderia ter sido apenas um “Museu Comunitário”, ou seja, uma apresentação de peças onde seriam musealizadas e ressignificadas. Porém, esta ideia ganhou vida em função da intencionalidade em intervir pelas expressões artísticas, sendo que estava em causa uma parte, ou faceta significativa da vida dos participantes.

B) Inquéritos:

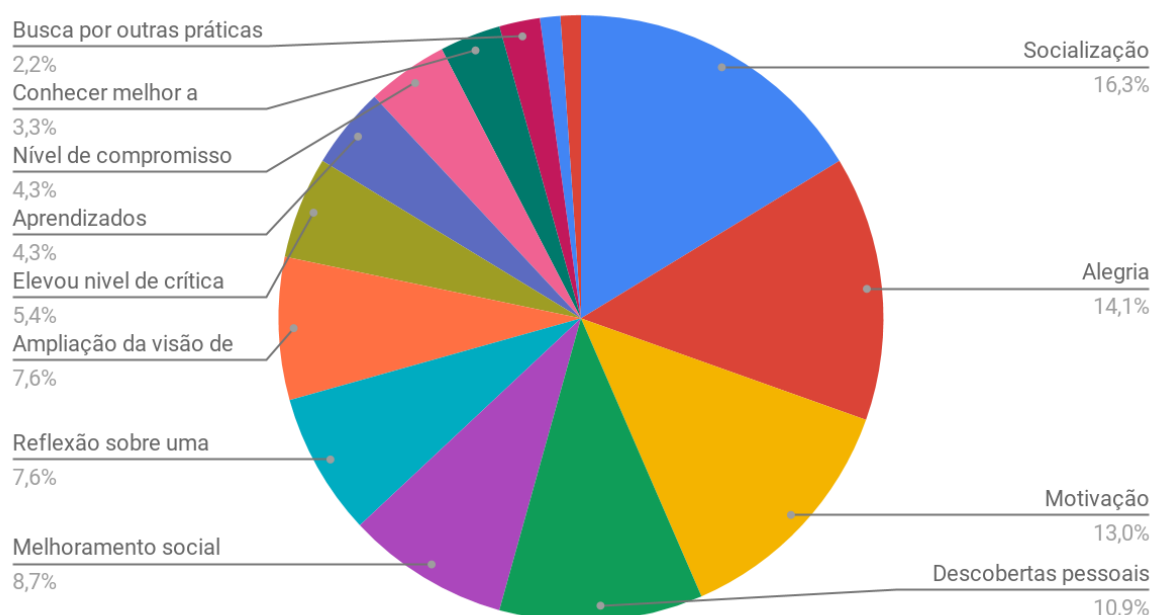
Constatou-se que pensar a arte como instrumento de intervenção do assistente social traz, à categoria, algumas inquietações. Principalmente pela ausência de conhecimento sobre o assunto, ou necessidade de estabelecer conexões teórico-práticas sobre este universo.

O inquérito revela-nos que o profissional é capaz de encontrar na arte possibilidades para trabalhar com o destinatário da intervenção. 90% dos assistentes sociais, e também dos restantes grupos pesquisados (psicólogos e AADs), entendem que a arte pode auxiliar a prática profissional, contudo, somente 30% utilizam a arte frequentemente.

O inquérito revela, ainda, no que tange resposta à seguinte pergunta de número oito: **Entende que utilizar a arte como instrumento de trabalho, te leva a pensar que está saindo das competências da sua profissão para adentrar numa outra área de conhecimento?** 70% dos assistentes sociais concordam que saem das competências da profissão ao trabalharem com a arte. No entanto, de forma intrigante, os restantes grupos pesquisados (psicólogos e AADs) demonstram contrariedade relativamente ao índice apresentado, com entendimento que não saem das suas respetivas competências profissionais.

Quando se trata da arte enquanto instrumento de trabalho, o resultado dos inquéritos revela que quase 65% dos assistentes sociais, não utilizam a arte como instrumento, e 55% dos trabalhadores consultados revela não atingem resultados desta iniciativa com o destinatário da intervenção; podemos hipotetizar vários cenários para esta situação, que pode variar da ausência de participação, ou de planejamento, ou ainda da dinâmica da atividade; podendo ainda dizer que arte enquanto instrumento de trabalho não tem eficácia. Entretanto, dos resultados apreendidos de quem aplicou a arte como instrumento, o gráfico abaixo mostra a seguinte classificação:

Gráfico 3 - Resultados apurados com a arte

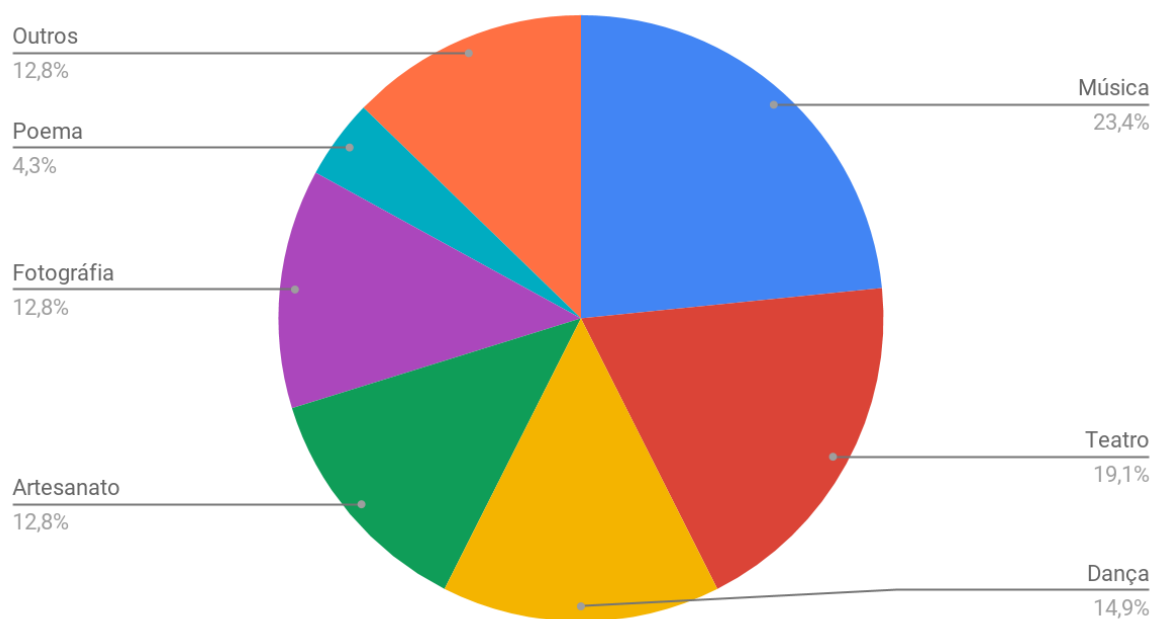


Das expressões artísticas utilizadas pelos profissionais, o inquérito também revelou, que a música, seguida pelo teatro, são as expressões mais utilizadas. Porém, as outras expressões, perfizeram 12% do total de respostas.

Existiram indicações no inquérito de expressões artísticas não reveladas nos estudos bibliográficos, como, por exemplo a de “sombra”, entendida como uma prática artística que se caracteriza por formar imagens diversas nas paredes ou chão com jogo de luzes, que desenvolve habilidade e criatividade em seus participantes, além de estabelecer diversão e interação. É possível ainda com as imagens criar histórias e estabelecer uma ponte com outras expressões artísticas.

Por outro lado, houve também indicações que claramente não compuseram o rol das práticas artísticas como “jogos”, “modelagem” e “organização urbana”, o que demonstra uma possível ausência de informação sobre estas referências citadas ou entendimento sobre a matéria, visto que tais práticas apontadas, compõem outros saberes, a exemplo: jogos que suscita brincadeiras; modelagem na área de vestuário ou moda e organização urbana que pode estar ligada ao paisagismo, organização e ocupação do espaço urbano.

Gráfico 4 - Práticas artísticas com maior expressão



Cabe salientar que enquanto instrumento de intervenção no cotidiano profissional do assistente social, no entendimento dos trabalhadores, a arte está para a profissão como uma ferramenta de auxílio, como refletem os inquéritos:

Assistentes Sociais:

- “competências de forma alternativa”
- “proporciona uma abordagem mais livre, aberta e individualizada”
- “traz, de outra forma, conteúdo e informação”
- “novos métodos de intervenção”
- “maior envolvimento com o destinatário com que trabalha diariamente”
- “proporciona que as famílias expressem o que sentem”

Outros dois grupos:

- “Cria relações com as pessoas, promove capacidades e desenvolve competências”
- “motivar a reflexão e criatividade”
- “representa o quotidiano do conhecimento”
- “permite que a mensagem chegue ao outro”
- “motivação”
- “descoberta de outra estratégia de intervenção mais eficaz”
- “Alcança as pessoas de maneira mais informal”
- “instrumento que permite chegar a determinado fim”
- “reflexão e aprendizagem”
- “cativa e faz descobrir o gosto pela arte e outros trabalhos”
- “leva a ação e outro formato de comunicação...”
- “ajuda a desmistificar e a facilitar novas formas de trabalho de algumas temáticas com crianças e jovens”
- “forma de expressão e conhecimento do mundo”
- “enriquece os trabalhos com crianças”
- “Metodologias diferentes para os destinatários”
- “ajuda na socialização, descobertas diferentes e inclusão com descobertas de competências e criatividade”

Demonstrou-se ainda que 70% dos assistentes sociais inquiridos, responderam possuir autonomia para aplicação de atividades no quotidiano profissional. Tratando-se ainda do inquérito, foi aplicado para as equipas de Rendimento Social de Inserção, que nomenclaturas dos cargos são: “Gestor” e “Ajudante de Ação Direta”, posições que o assistente social também possui competências para ocupar. Contudo, não trabalham só no âmbito da competência profissional, exercendo outras tarefas de acordo com o cargo.

C) Entrevistas

Considera a existência do entendimento em que, apenas com formação em serviço social, o profissional terá carências para trabalhar com a arte:

Entrevista 01: “nenhuma formação é infinita e é total”

Entrevista 03: “tem aqui adquirir outros tipos de competências...”

Entrevista 04: “Ai, acho que não consegue atuar com que sai da universidade, não”

Entrevista 07: “...não vai ser a formação da área social que eles vão receber esse contato e a possibilidade de trabalhar via as artes...”

De acordo com os entrevistados de modo unânime, o assistente social deve buscar formação para incluir no seu cotidiano a arte como instrumento. Ainda sobre esta questão, as entrevistas revelam que o profissional que realiza a intervenção pela arte e que possuem o entendimento desta possibilidade possui uma formação complementar, sendo esta formação, no campo artístico.

Dos entrevistados, tratando-se dos resultados, é importante mencionar que os profissionais estão inseridos em projetos que, na sua maioria, ainda estão a decorrer. Contudo, são notórios alguns resultados, que poderemos classificar:

- 1) Nos projetos que possuem as artes performáticas (teatro, dança, música) como meio de intervenção, observa-se uma melhora significativa a nível de corpo (postura, redução das tensões, disposição física), aprendizado instrumental.
- 2) Os resultados acima fomentam outras possibilidades a nível subjetivo, quanto à elevação da estima, pertença, motivação e menores alterações de humor.
- 3) O alargamento das possibilidades quotidianas melhora na argumentação, raciocínio, comunicação, crítica, entendimento, novos aprendizados e questionamento.
- 4) Elevação dos vínculos comunitários e familiares - Orgulho por parte dos familiares a nível de superação de limites e favorecimento de novas vivências em territórios antes inexplorados. A nível familiar, contato/acesso através do destinatário da intervenção a expressões artísticas. Disposição ao outro, e maior tolerância ao tempo.
- 5) Melhoria das relações entre trabalhador e destinatário da intervenção: horizontalidade das relações e competência cultural.

Ainda sobre os resultados, é importante ressaltar que, tratando-se de expressões artísticas, os entrevistados revelam que, além dos resultados e impactos a nível subjetivo, como relatado, salienta-se o resultado prático e objetivo de toda a intervenção. Portanto, o produto artístico, neste caso, colocado pelos entrevistados como consequência da intervenção - e embora traga grande visibilidade - não é o fator primordial, pois os resultados estão todos apontados no processo a nível individual e coletivo.

Entrevista 01: “...sinto que se criou uma complicidade e um espaço de diálogo”

Entrevista 4: “...eles perceberam que são capazes de fazer e que são capazes de mostrar ao outro que sabem fazer”

Entrevista 05: “ganhos a nível de concentração, de tempo de tolerância a tarefa”

Entrevista 06: “...proximidade da relação entre técnico e beneficiário...”

Verifica-se que quando o trabalho com arte tem como objetivo apenas o produto, leia-se, final do projeto ou atividade, somente a apresentação de um espetáculo ou exposição, ou seja, o momento, traz ao destinatário de intervenção excitação e reconhecimento. Porém, após o clímax, que se dá na apresentação, segue-se também o sentimento de abandono e frustração, caso não tenha sido agregado no trabalho a promoção do empowerment.

Quanto ao processo participativo do destinatário da intervenção, avalia-se que, embora os entrevistados tenham referido que a participação se deu com satisfação, na prática, o nível de participação é baixo. Uma vez que se trata de projetos, estes já estão concebidos e aprovados para financiamento, portanto, ao nível de construção da proposta não existe participação, porém, não há qualquer imposição, estando, neste sentido, o primeiro fator positivo: a adesão voluntária ao projeto por parte do destinatário da intervenção.

Constata-se ainda que todos os projetos sem exceção possuem o seu público direto e indireto. A sua participação no processo tem várias aproximações e, ambos os públicos, num primeiro nível, possuem acesso à expressão artística, ou seja, o contato com a modalidade de arte como expectador.

No entanto, apenas o público direto participa nos restantes níveis: a participação, quando o participante experimenta/pratica a arte e posteriormente na mediação e a intervenção. Entende-se a mediação quando o participante altera/eleva sua forma de

pensamento e intervenção quando tem alguma questão alterada pela participação direta com a expressão artística.

Porém houve situações, em que participação, mediação e intervenção teve desdobramento na vida dos familiares e amigos, caracterizados, neste sentido, como o público indireto, quando por exemplo o membro familiar, participante da modalidade artística desenvolvida pelo projeto, leva para o núcleo familiar os aprendizados, alterando-os ou simplesmente fazendo-os prestar mais atenção naquela situação específica.

Embora possamos citar vários exemplos, esta situação mostrou-se principalmente no público relacionado a pessoas com necessidades especiais.

As instituições existentes também são caracterizadas como público indireto beneficiado pela intervenção, uma vez que a articulação para o desenvolvimento de ações e atividades é constante e movimenta as todas as forças existentes no campo.

Ainda sobre participação e processos decisórios, como o projeto é uma obra fechada, com início, meio e fim; sobra pouco espaço para improvisações e adaptações, o que não pressupõe que exista espaço para correções de rotas, visto que o público, leia-se, o destinatário da intervenção, tem uma vida dinâmica. Entretanto, os projetos analisados não estão concebidos enquanto processo, visto que possuem um cofinanciador a quem devem prestar contas das metas pactuadas.

Percebe-se que existe unanimidade no que diz respeito ao favorecimento da arte e os seus benefícios. Entretanto, quando se trata da sua execução, existem **confusão** quanto às terminologias utilizadas: “intervenção” e “estratégia”, comprovando as entrevistas, visto que a intervenção é a arte a ser propriamente aplicada para atingir o fim. A estratégia denota, ainda, a construção de uma melhor dinamização a ser adotada para se atingir determinado resultado.

Entrevista 02: “já tem um poder muito interessante na intervenção”

Entrevista 06: “Sim, poderá ser um instrumento, uma estratégia... para atingir o nosso fim...”

Entrevista 07: “através destas práticas artísticas como meio de intervenção”

Observa-se também um **estranhamento** entre os profissionais no confronto das expressões artísticas como instrumento de intervenção. O fato de serem utilizadas como,

comprovadamente se verificam todas as experiências, não significa que a utilização está dentro de um arcabouço teórico e metodológico do serviço social.

Diante deste contexto, contrariando os resultados e o impacto e a experiência obtida com o Projeto Museu Comunitário, a análise mostra que não há clareza suficiente da utilização da arte como instrumento de intervenção no trabalho cotidiano.

Para um melhor entendimento, é imperativo salientar que os projetos estudados foram concebidos para a execução de uma ação. Neles, as expressões artísticas foram implantadas como estratégia de ação, devidamente emoldurada na metodologia de trabalho. Deste modo, obrigatoriamente à necessidade de um (a) técnico (a) artístico (a), de tal forma que, sem o profissional das artes, o projeto não aconteceria (exceto com uma única ação concebida para atender os interesses dos destinatários de intervenção que ainda fizessem parte da rotina de trabalho da assistente social).

Deste modo, para os entrevistados, a arte, nitidamente, intervém na realidade, mas não se configura como instrumento de intervenção; está no campo, mas não necessariamente no cotidiano profissional. Como se: *“eu reconheço, sei o que quer dizer, tenho exemplos reais, já trabalhei com isso. Mas ainda é uma realidade distante da minha prática”*.

Esta dinâmica difere radicalmente da arte como instrumento de intervenção, uma vez que nesta situação, o profissional utiliza expressões artísticas para emoldurar o seu trabalho, podendo, até, ter o trabalho dinamizado por outros profissionais, mas sem a sua real percepção.

A diferença se encontra na aplicabilidade do instrumento, na intencionalidade, no envolvimento, no planejamento, na participação, dentre outros elementos que somados pode tornar-se condutor de uma forma alternativa de trabalho.

Confirma-se pelas entrevistas que, mesmo seguindo hierarquias, possuem autonomia profissional, ressaltam-se algumas exceções, como, por exemplo, o fato dos assistentes sociais trabalharem em projetos - e muitos com outras responsabilidades neste âmbito -, com tarefas que vão além das suas competências profissionais, indo além dos trabalhos como assistente social, respondendo também pela gestão, prestação de contas, entre outras tarefas administrativas.

Cargos genéricos corroboram com esta situação. Dos entrevistados, somente em uma instituição o profissional está contratado como assistente social.

Denotou-se a seguinte situação entre os entrevistados: no que concerne projetos em que a arte é o foco, em que obrigatoriamente se torna necessário a presença do “coordenador social” - podendo este ser assistente social ou não -, uma vez que algumas profissões possuem as características e aptidões para ocupar o cargo/trabalho. Contudo, o assistente social somente com esta formação, embora sem impeditivo, não poderá ocupar o cargo de “coordenador cultural”, visto que o entendimento que esta posição só pode ser ocupada por profissional com formação específica na área artística, tendo o assistente social para ocupá-la ter agregado no currículo também estes conhecimentos.

Estas situações, novas expressões do mercado de trabalho, trazem a reflexão sobre a redução ou novas oportunidades do trabalho para os assistentes sociais.

Enquanto objeto desafiador desta dissertação, ou seja, a arte enquanto fator de proteção e se pode ainda integrar um sistema de proteção: constata-se que não há consciência dos trabalhadores sobre esta hipótese, gerando catarse quando a questão se revela no decorrer da entrevista. No entanto, os relatos exemplificam diretamente situações objetivas e de avaliação do impacto. Por outro lado, a arte, como integrante de um sistema de proteção, não parece firmar-se diante de contextos como o Sistema de Proteção para Crianças e Jovens, onde se tem instituído um claro diálogo com profissionais e com a sociedade.

Sobre proteção através da arte, no campo empírico, quando a mãe regista a filha (o) no ballet, além do aprendizado desta prática artística, trabalha, ao mesmo tempo, com disciplina, respeito, educação social, corpo, respiração, entre outros elementos que, de alguma forma, estão a proteger esta criança de possíveis desvios.

De modo semelhante, e mais lembrado pelo senso comum deste quesito, “proteção” fora dos alicerces já constituídos está o desporto, e, seguindo o exemplo do ballet, quando se insere uma criança numa modalidade desportiva, nesta narrativa está muito mais imbuída, uma vez que além do aprendizado desta prática, a criança também aprende a controlar sentimentos como raiva, ansiedade e favorecimento das relações sociais. Entre outras aspetos, garante a proteção de igual modo; isto sem falar do aspeto que compreende a

ausência e exposição nas ruas e ou atividades viciantes que não propiciam o acúmulo de saberes, a exemplo de jogos.

Entrevista 01: “...ela protege no sentido que nos torna conscientes das minhas possibilidades... Protege sim porque me dá um sentido de identidade que é que absolutamente essencial para uma existência digna”.

Entrevista 02: “eu tenho aqui claramente, neste caso muito concretamente que a música foi seu fator de proteção, num contexto que lhe era difícil, ele conseguiu se superar, porque descobriu por aí um caminho”

Entrevista 03: “... temos esta noção, mas a sensação de grupo e de conhecerem outros pares que eles não imaginariam e ter estas afinidades, sim, acho que tem muita proteção é isso, realmente!”

Entrevista 04: “é um espaço deles, e é um espaço protetor, onde eles sentem confiança e onde sentem segurança...”

Entrevista 05: “Mostra que é uma pessoa plena, cheia de capacidades, portanto, e neste sentido, tem que ter capacidades também de fazer escolhas e tomar decisão por si”

Entrevista 06: “a arte de alguma forma pode ser utilizada como forma efetivamente de proteger, de proteger aquela família de algum risco...”

Entrevista 07: “...dar-lhe voz, dar-lhe poder de decisão, dar-lhe envolvimento, e não ser mero agente receptor, é para nós empoderamento, e empoderamento pode ser visto também como proteção...”

Ainda neste sentido, os entrevistados narram situações em que a arte age como protetora. Porém, é apontado, de forma significativa, que a arte movimenta e empodera o destinatário da intervenção de tal maneira, que, a partir deste momento, a proteção é vislumbrada, não de forma imediata, mas através de um trabalho contínuo.

Outro dado interessante revelado no decorrer das entrevistas é que a arte pode ser aplicada para qualquer estrato social. Entretanto, como apresentado anteriormente nos depoimentos, os projetos desenvolvidos e em desenvolvimento possuem um público específico - destinatários da intervenção em situação de fragilidade e vulnerabilidade social, devendo, por isso, ser protegidos.

Através de diversos exemplos, os entrevistados apresentam o fator de proteção da arte em dois aspectos. No primeiro, a arte, como alternativa ao ócio e imprimindo novas

possibilidades ao destinatário de intervenção, limitando o contato/exposição a situações nocivas

O segundo aspeto diz respeito à abrangência da arte no sentido individual e coletivo - momento em que o relato evoca palavras com alto significado, como: empowerment, cidadania, autonomia, pertencimento, reconhecimento, conhecimento. Ou seja, a arte auxilia o destinatário da intervenção no contato com estas ferramentas, permitindo, assim, tomadas de decisões mais acertadas à vida, e, deste modo, acionando um fator protetivo.

E, tendo em conta o fator protetor, as entrevistas, corroboram neste sentido, de forma contundente, com o elo de ligação entre arte e social com vários exemplos reais relatados. Porém, para finalizar a análise, citam-se três narrativas que vão ao encontro da ligação:

A dança, quando deixa de objetivar somente o corpo e as possibilidades artísticas que este corpo possibilita, transcende o movimento corporal para a movimentação de pensamentos. E, traz, com isso, outras possibilidades também para o agir de quem se beneficia com a expressão artística em questão.

Do mesmo modo, entende-se que a canção está intimamente ligada aos seres humanos, uma vez que este tem a primeira percepção do externo através do som, quer seja dos barulhos provocados pelo corpo da mãe, quer seja por outros, que vão sendo descobertos durante processo de amadurecimento da vida. Por este motivo, a música extrapola também a sua função artística quando agrega em si todos os sentimentos simbólicos oriundos deste contacto, e movimenta sentidos.

Por fim, estes dois exemplos somam a terceira narrativa, ao demonstrar o elo entre arte e social, quando propiciam, além da sua prática, a movimentação da vida através de todas as motivações, alterando relações e conectando pessoas.

Por outro lado, ainda sobre dos entrevistados, quando se opta por trabalhar a expressão artística, ou seja, o desenvolvimento do projeto, ou uma atividade com o destinatário da intervenção, com muitos fatores de vulneração, está também presente um fator político e uma intenção de trazer a visibilidade, os invisíveis.

CONCLUSAO

“Fortes razões, fazem fortes ações.”

Shakespeare

Parafraseando a poetisa e filósofa, Viviane Mosé¹⁵: “quem sabe fala simples”. Desta forma, iniciamos as considerações finais. A arte está intrinsecamente no nosso dia-a-dia, quer seja da forma mais vulgarmente e erroneamente falando, quando, por exemplo, nos dirigimos firmemente aos miúdos com a expressão: “Parem de fazer arte!”, como se algo que causa tanta “alegria” fosse algo negativo, associando, então, a arte a algo inapropriado para as crianças.

Ou ainda, quando nos referimos a uma determinada profissão de forma a compará-la: “O direito é uma arte.” Faleiros, (2011) utiliza a mesma frase para se referir ao serviço social. Exprime uma determinada profissão de forma a que o outro entenda o quanto pode ser trabalhosa, esmiuçada, refinada, difícil ou delicada, mas, categoricamente, o quanto também pode ser bela. E, neste sentido, há inclusive quem defenda que o Serviço Social é uma arte, dada sua capacidade de lidar com as questões sociais.

Alguns autores do serviço social defendem que a arte e a cultura fazem parte de uma dimensão pedagógica e educativa da profissão. Contudo, a título pessoal, não partilho da ideia de que a arte e cultura, assim como qualquer outra ação ou atividade, deve ser compartimentalizada, tendo em conta que todos os ideários profissionais fomentam alicerces.

É possível perceber que a arte está em todos os lugares, pelo caminho que percorremos todos os dias para o trabalho, nas paragens dos autocarros, nas estações, nos viadutos, prédios abandonados, assim como em todos os sítios próprios para a sua contemplação e reflexão. Neste sentido, constatamos que a arte não está restringida aos espaços fechados e característicos, ou a um grupo restrito de pessoas.

¹⁵ <https://www.youtube.com/watch?v=j0o5cIgK9t0>

De forma silenciosa, ou “não”, a arte apropriou-se das ruas. Esta situação ou fenómeno, definitivamente, quer dizer alguma coisa. As pessoas têm necessidade de se expressar, querem ser ouvidas, querem aparecer, querem demonstrar o que sentem ou simplesmente sentirem sem necessariamente se expressarem. Como exemplo, apresenta-se o Metro de Lisboa que, de forma aleatória, possui na programação da sua rádio interna música clássica, proporcionando uma lufada de ar durante o regresso a casa depois de um dia cheio de trabalho.

Quem nunca se deparou com uma das obras de Banksy¹⁶ tão divulgadas nas redes sociais e replicadas em muros pelo mundo afora? Como não contemplar, mesmo que de forma rápida, as obras produzidas com pedras removidas da pequena praia fluvial em frente à Praça do Comércio, no Centro expandido de Lisboa, por um artista anónimo? E porque não incorporar a movimentação da vida quotidiana na prática profissional? Não é apenas uma alternativa viável à profissão, mas também uma leitura e observação das ruas, da sociedade, dos movimentos invisíveis e sensíveis à arte.

Quando se observa que as iniciativas públicas são distantes do destinatário da intervenção, a responsabilidade técnica e profissional é maior. Além de todas as questões que estão apresentadas no seu dia-a-dia, ainda existe a necessidade de estabelecer pontes da máquina pública com o seu público.

Neste sentido, a rede local, ou seja, as instituições, são as grandes responsáveis por aproximar os mais distantes das políticas culturais, precisamente pela proximidade, uma vez que temos um distanciamento com as camadas mais vulneráveis da sociedade, ficando as ações e atividades culturais delegadas ao público restrito.

Constata-se que a arte sempre esteve em movimento e, atualmente, tem sido protagonista de muitos trabalhos. Por exemplo, a palestra proferida no dia 22 de dezembro/2019 sobre Autismo: a arte como meio de comunicação, na galeria de Sá da Costa Galeria, ou em pautas de grandes veículos de comunicação ou de redes sociais, como na página: *pensarcontemporâneo.com*, que apresenta um estudo que revela que a arte torna as

¹⁶ <https://www.publico.pt/2020/02/14/p3/noticia/banksy-joga-violencia-inocencia-mural-dia-namorados-1904109>
<https://banksy.co.uk/>

pessoas mais saudáveis mentalmente; ou no site *publico.pt* que apresenta matéria sobre a mudança que a arte propiciou em reclusos.

Ou ainda, personalidades que, por vezes, emitem as suas opiniões sobre a matéria, como Gilberto Gil no último dezembro/2019 que disse: “A arte ilumina, faz crescer. Por isso, mete medo” ou de outros grandes pensadores que abrem os capítulos e subitem desta dissertação.

Esta conjuntura mostra ao profissional de serviço social que a arte não pode ser negligenciada. Existe um chamamento à sua participação neste universo do saber e de incorporar a arte no quotidiano profissional. Atender, além de tudo, os anseios do destinatário da intervenção. No entanto, é importante repensar a profissão, sendo que o assistente social não se apercebe, neste campo, das oportunidades, podendo, neste aspeto, entender estas oportunidades como efetivos campos de trabalho.

De acordo com Netto (2009), a criação de uma profissão está intimamente ligada à existência de um espaço sócio ocupacional. Contudo, existe uma questão social que demonstra a utilidade e a necessidade do assistente social. É importante que o profissional procure encontrar possibilidades e alastre a prática profissional para outros campos, quer seja na cultura e na arte (premissa desta dissertação), como também no desporto, na educação. Neste sentido, torna-se necessário percecionar estes espaços e enxergar também a operacionalização da profissão de outros modos.

Repensar a profissão e as formas alternativas e criativas de intervir é urgente. No nosso Código Deontológico do Assistente Social, entre os setores de intervenção da profissão, a cultura não é citada. De igual forma, as informações do Ministério da Cultura de Portugal e no EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural de Lisboa, denotam de que não existe o assistente social nos seus quadros técnicos.

Embora tenhamos que repensar a nossa inserção nos campos profissionais, não se trata aqui da Política de Cultura, mas sim da cultura e arte a favor do assistente social. Deste modo, a arte sem conexão não trabalha outras vertentes, não existe pretensão sem conectar a arte a outros fatores. Caso contrário, o desenvolvimento seria apenas entretenimento, e a nível de um produto final: um CD/DVD, a apresentação de uma peça teatral ou dança, exposição de quadros, mostras de fotografias, laterais de prédios pintados, feiras de artesanato ou

qualquer outro resultado meramente artístico, que causa uma admiração ou qualquer outro sentimento no espectador, mas não teve eficácia com o destinatário de intervenção.

Neste caso, temos um resultado interessante para a instituição promotora e até mesmo para o profissional, porém não necessariamente propiciou mudanças.

E nesta conexão com arte que se dá o trabalho do assistente social. É neste ponto que registamos a nossa primeira desmistificação: o trabalhador, para intervir pela arte não tem que ter uma segunda licenciatura na prática artística a ser aplicada. Mas é, em suma, importante que obtenha o máximo de conhecimento na referida modalidade. Se for necessário, deve recorrer a formações, assim como qualquer outra formação, por qualquer outro propósito profissional ou de vida.

Cabe, ainda, salientar neste aspeto, sem estabelecer qualquer crítica à formação de base, leia-se, à licenciatura, porém com ausência de conteúdo nas emendas programáticas e assertividade para trabalhar a questão ora apresentada.

E embora os assistentes sociais que trabalham com arte tenham forte inclinação a tê-la, nalgum momento das suas vidas como uma outra opção de trabalho, há que desmistificar que só este tipo de profissional pode empregá-la, mesmo porque a defesa aqui é que o assistente social puro e simplesmente com sua formação pode usufruir deste recurso.

Desmistifica-se ainda o fato de que as expressões artísticas devem ser utilizadas, ou são instrumentos apenas do profissional de animação sociocultural, ou que devem estar restritas a espaços como Centro de Convívio ou Lares. Arte pode ser utilizada por todos os profissionais, assim como em qualquer espaço.

Desmistifica-se também o fato de ter que aplicar em si a prática artística. Não se trata aqui somente de fazer com que o destinatário da intervenção aprenda um ofício artístico, o que poderá até ocorrer, mas quando se trata de intervir através da arte, é poder se utilizar destes elementos artísticos para gerar reflexão, conexão, aprendizados, mudanças de atitudes saudáveis e positivas, horizontalizar as relações técnico-destinatário, descaracterizar espaços ou serviços opressores, apropriar e/ou coletar informações sem os instrumentos e ferramentas tradicionalmente utilizados a exemplo da entrevista ou atendimento social, criar espírito de pertença e identidade, conhecer dinâmicas familiares, aceder direitos, entre outros.

Deste modo, a arte, para ser utilizada como instrumento de intervenção, deve-se ter em conta alguns eixos norteadores e fundamentais: diagnóstico, conhecer o destinatário alvo de intervenção, objetivos, equipa de trabalho, planeamento, recursos financeiros, materiais e humanos, metas/resultados e avaliação.

Com base neste estudo, apresentar-se-á uma melhor estratégia: se existir apenas uma articulação para aceder alguma modalidade da arte no espaço de trabalho, como, por exemplo, apresentações, saraus, sketches teatrais, feiras de artesanato, feira de talento, entre outros e/ou estabelecer uma ponte com teatros, museus, galerias, praças, jardins, etc.

E no quesito acesso articulador da profissão é de extrema importância, assim como a rede parceira e as políticas públicas.

A intervenção efetuada através da arte possui vários níveis. Articular o acesso, como citado no parágrafo anterior, é um deles. Contudo, é com base nos eixos norteadores e fundamentais que se irá estabelecer qual a expressão a ser utilizada. Pode-se utilizar a arte para acolher o destinatário de intervenção, como, por exemplo, através da música clássica, na receção ou atendimento social, em que o guião será apenas a leitura de um poema.

Por vezes, o potencial artístico do destinatário da intervenção está escondido, tímido, desacreditado, e o papel do profissional é apenas fomentá-lo, emergir o capital humano, seja com uma tela e pincel, seja com lápis e papel, uma máquina fotográfica ou uma agulha de tricô.

Seja qual for a expressão artística, poderá ser aplicada através de uma dinamização pontual, ou por meio de um processo de trabalho a médio ou longo prazo. Ou ainda se fará necessário a elaboração de um projeto/processo, com a contratação de mais profissionais (dentre eles, das artes) ou apoio de parceiros, caso se estabeleça que atingir os objetivos será importante aplicar uma formação básica ou curso de alguma modalidade artística. Será trabalhado o destinatário de intervenção de que forma: individual, familiar, grupo, comunidade. Outrossim, todo este procedimento deve ainda estar ancorados à participação efetiva do destinatário de intervenção, na ética profissional e primordialmente intencionalidade.

E neste último componente que a arte dialoga e possibilita com que o destinatário de intervenção faça suas conexões vistas à mudança, sendo aqui também onde a arte é utilizada

também para firmar a profissão, uma vez que todos estas possibilidades e níveis, se podemos assim classificar esta dentro da esfera de decisão e do agir profissional.

E no pleno desenvolvimento destes eixos norteadores e ancoragens que a autonomia profissional de manifesta, conjuntamente com sua especificidade e singularidade que se mostram neste detalhamento metodológico.

Porém a utilização da arte como instrumento de intervenção no cotidiano do serviço social está alicerçada ainda em dimensões: políticas, econômicas e culturais é precisamente neste ponto, temos um grande elo de ligação entre serviço social e arte, portanto, toda vez que colocamos significado e intenção nas ações, estamos realizando cultura.

Arte e serviço social possuem um elo forte que se construiu no desenvolvimento histórico, uma vez que possui como objetivo ampliar visão do mundo, reflexão, emancipação e autonomia do destinatário de intervenção. Coincidentemente ambas vão ao encontro do sistema capitalista, que se apropriou do seu tempo e espaço a fim de manter a ordem.

Deste modo, a intencionalidade é um fator primordial desta ligação, bem como a dimensão política, uma vez que cada expressão artística manifestada tem um ato político intrínseco, pois transmite significados e posições.

É neste conjunto de ações e atividades que a arte trará proteção. Logicamente que a escuta de uma música clássica, da receção de um serviço, de uma dinamização pontual ou aceder à arte como um direito do destinatário de intervenção não são suficientes para protegê-lo, mas são mediações que o levam a outra configuração pessoal. Porém, se este conjunto de ações forem realizadas continuamente, com envolvimento coletivo e participação efetiva, a proteção terá lugar.

Por outro lado, as reflexões são constantes. Pensar que os instrumentos trabalhados pelo Assistente Social “podem” dirigir uma relação de poder e de superioridade deste trabalhador para com o seu destinatário de intervenção é a forma como queremos agir? A arte, de certa maneira, “pode” corrigir esta condição?

Diante de todas estas reflexões e constatações, constata-se que o campo social nunca foi exclusivamente um campo do assistente social. Porém, nas últimas décadas observámos outros profissionais abarcar nesta política (o que constitui um dado positivo perante as complexidades e entre os profissionais). Atualmente, com o advento da utilização da arte,

aos poucos acolhemos também os técnicos artísticos. Se isso resultará em perda de terreno, certamente não, mas é mais um dos sinais de que devemos, da mesma, forma conquistar espaços e procurar novas formas de solucionar os velhos problemas. Sendo a arte somente mais uma possibilidade, deste modo, finalizo este estudo, com sensação de que o tema me continua a desafiar, e, por tudo isso se ter revelado, sigo cheio de esperanças como o amanhecer.

Por esta razão que a universidade tem papel crucial, não somente de formar profissionais, como profissionais motivados a buscar alternativas, não que esta alternativa seja constante, visto que o profissional não tem que sentir-se pressionado a dar respostas criativas, porém é dever do profissional não se posicionar de forma passiva no agir profissional.

A formação deve acompanhar também este movimento, não somente verbalizado nos conteúdos sobre a necessidade de novas formas de trabalho diante dos desafios sociais, mas também trazer esta abordagem nos seus currículos pedagógicos, apresentando não somente a arte, mas o desporto, a educação, gestão, dentre outras campos que podem ser roteiro de novas possibilidades de trabalho do assistente social.

Este trabalho, traz como contributo, este desafio a universidade, ou seja, inovar-se, tal qual como a arte se apresenta como novo instrumento de abordagem, deste modo, podemos retirar também, os seguintes contributos para o agir profissional:

- Arte pode horizontalizar as relações;
- A arte pode tornar as instituições e espaços mais acolhedores e menos opressores;
- Descobrir talentos escondidos - potencializar o capital humano;
- Ampliar a visão de mundo das pessoas/reflete;
- Ser utilizada para coletar informações de forma diferente da habitual;
- A arte empodera, dá a palavra e permite que o destinatário dê o seu olhar, o seu prisma sobre as questões - valoriza os saberes;
- A arte marca opinião, gera direitos, estabelece pontes, protege.

E para o Serviço Social:

- Outras possibilidades e alternativas desafiantes de intervenção profissional;

- Agrega valores a instrumentalidade do serviço social e favorece na tomada de decisão;
- Rompe com a designada visão clássica do serviço social;
- Avança na construção de reflexões vinculadas ao conhecido e desconhecido;
- Possibilidade a abertura de novos campos de trabalho ao profissional de serviço social;
- Mostra a sociedade uma profissão que acompanha as mudanças conjunturais através de respostas criativas e que estão “ao” encontro dos anseios de seus destinatários de intervenção;
- Acalora o debate teórico-metodológico do serviço social e sua identidade.

Entretanto, abre-se espaço ainda com este trabalho de várias possibilidades para pesquisas e intervenções futuras, a exemplo da arte como intervenção comunitária; o trabalho do assistente social no campo cultural; o impacto das funções genericas no serviço social; a arte como fator de redução dos riscos sociais ou ainda de que forma ou maneira arte e serviço social podem aperfeiçoar o sistema de proteção, e dando sequencia ao própria tema, a arte como instrumento de trabalho do assistente social, porém com novo olhar, de um outro tempo e circunstancia.

O nosso primeiro capítulo trouxe um pouco do contemporâneo, incerteza e o medo foi o sentimento que pairou neste início de 2020. O vírus COVID-19 é a manifestação mais contundente desta sociedade de risco, mas o que esta situação tem a ver com o tema? Tudo! Pois enquanto a Itália estava no auge da contaminação, em regime total de isolamento individual para contenção do vírus, uma das expressões artísticas mais utilizadas: a música foi o sinal em determinado momento de união e esperança de dias melhores.

Mire, veja:

O mais importante e bonito no mundo é isto:

Que [as pessoas] não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas...

Guimarães Rosa

BIBLIOGRAFIA

Agamben, G. (2009). *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos.

Andrade, M. (2001). *Campo de intervenção do Serviço Social: autonomias e heteronomias do agir*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Andrade, M. (2005). *Serviço Social, campo de intervenção e protagonistas do agir* (Estudos do Serviço Social Brasil e Portugal n.º 2). São Paulo: EDUC - PUC

Amaro, M. I. (2015). *Urgências e emergências do Serviço Social: Fundamentos da profissão da contemporaneidade* (2.ª ed.). Lisboa: Universidade Católica Editora.

Areosa, J. (2015). *Riscos Sociais, Tecnologias e acidentes* (Volume V, n.º 9, pp. 19-53). Mulemba: Revista Angolana de Ciências Sociais.

Albuquerque, A. L. (2011). *Política Cultural: Conceitos e tipologias*. (Cadernos PAR n.º 4, pp. 91-97).

Barreto, M. (2000). *Tema dissertação do Mestrado em Psicologia Social*. São Paulo: PUC.

Barroco, M L S. (2001). *Ética e serviço social: Fundamentos ontológicos*. São Paulo: Cortez.

Bauman, Z. (1999). *Modernidade Líquida*. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.

Blegger, J. (2003). *O grupo como instituição e o grupo nas instituições, em "A instituição e instituições: Estudos de Psicanálise"*. Ed.: Dunod, Coll.: Inconsciente e Cultura.

Campos, A. E. M., Abegão, L. H. & Delamaro M. C. (2002). *O planejamento de Projetos Sociais: dicas, técnicas e metodologias*. Rio de Janeiro: Oficina Social, Centro de Tecnologia, Trabalho e Cidadania.

Caria, T. H., Sousa, P & Almeida, J. L. (2017). Sociologia, problemas e práticas: A identidade profissional institucional. Acedido em 06 de junho de 2020, em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0873-65292017000300008

Carvalho, M. I & Pinto, C. (n.d). *Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal*.

Código Deontológico do Assistente Social. (2018). Acedido em 21 de março de 2020, em <https://www.eas.pt/wp-content/uploads/2018/12/Código-Deontológico-dos-Assistentes-Sociais-Cópia-1.pdf>

Conceição, G. D. (2010). *O Serviço Social e prática pedagógica: a arte como instrumento de intervenção social*. (V. 12, n.º 2, pp. 51-67). Londrina: Serviço Social Revista.

Cruz, H. (2019). *Arte e Esperança: Percurso da iniciativa PARTIS 2014-2018*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Duriguetto, M. L. (2011) *Política de Assistência Social e Serviço Social: dilemas e desafios da intervenção profissional*. Acedido em 21 de março de 2020, em <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18116/9368>

Yazbek, M. C. (2008). *Estado e Políticas Sociais: uma aproximação conceitual*. In SUAS; Configurando os Eixos de Mudança. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e Instituto de Estudos Especiais da PUCSP. Brasília: MDS.

Espinoza V. M. (1986). *Evaluación de proyectos sociales*. Buenas Aires: Humanitas.

Faleiros, P. Vicente. (2011, out.dez). *O que o Serviço Social quer dizer* (n.º 108, p.748-761). São Paulo: Serviço Social e Sociedade.

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projeto de pesquisa* (4.ª ed.). São Paulo: Atlas.

Goldschmidt, I. L. (2011, jan.jun). *Augusto Boal: teatro para a transformação* (v. 7 n.º 1 p.34-45). Ouvirouver: Uberlândia.

Goldenberg, M. (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. (8.º ed.). Rio de Janeiro: Record.

Granja, Berta Pereira - **Assistente social - Identidade e Saber**. Porto: Universidade do Porto, 2008. 425 f. Dissertação para obtenção do título de Doutor em Ciências do Serviço Social.

Guerra, I. C. (2002). *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação: O Planeamento em Ciências Sociais*. (2.ª ed.). Cascais: Principia.

Guerra, Y. (2007). *A instrumentalidade do Serviço Social*. (5.ª ed). São Paulo: Cortez.

Guerrero-Munoz, J. (2017). *La práctica culturalmente sensible. Realidad o ficción? Una aproximación teórica y comparativa sobre los fundamentos de La competencia cultural y su desarrollo en los estudios de grado em Trabajo Social*. Acedido em 21 de março de 2020, em

https://digibug.ugr.es/bitstream/handle/10481/48815/TSG%20V7_N13_8%20Guerrero%20Muñoz.pdf?sequence=1&isAllowed=y

Hall, S. (2006). *A identidade Cultural na pós-modernidade*. Tradução Tomaz Tadeu da Silva & Guaracira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A.

Henriques, E. B. (2002). *Novos desafios e orientações das Políticas Culturais: Tendências nas democracias desenvolvidas e especificidades do caso Português* (V. 37, n.º 73, pp. 61-80). In Finisterra.

<https://gulbenkian.pt/>

Janczuna, R. (2012, ago./dez.). *Risco ou Vulnerabilidade Social?* (v. 11, n.º 2, p. 301 - 308). Porto Alegre: Textos & Contextos

Marques, Verónica Ferreira. *Intervenção Social - Arte ou ciência? O assistente social como agente de mudança numa autarquia de interior*. Coimbra: Instituto Superior Miguel Torga, 2015. Relatório de Mestrado em Serviço Social.

Lakatos, E. M & Marconi, M. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica* (5.ª ed.). São Paulo: Atlas.

Martinelli, M. L. (2000). *Serviço Social: identidade e alienação*. (6. ed.). São Paulo: Cortez.

Martins, A. M. C. (1995). *Génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português - A escola normal social de Coimbra*. Lisboa: ULL-ISSSL.

Matarazzo, F. (2019). Tradução: Isabel Lucena. *Uma arte irrequieta: Reflexão sobre o triunfo e importância da prática participativa*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Mattos, B. N. (2015). *O Serviço Social contracenando com a arte para desvelar a realidade*. Franca: Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Mattos, B. N., & Carmo, O. A. (2013, jul.). *A Arte como instrumento da prática profissional do Serviço Social na perspectiva da Educação Popular* (Boletim GEPEP v. 02, p.27-39).

Mioto, R. C. T., & Nogueira, V. M. R. (2013). *Os desafios da Intervenção Profissional* (v. 16, n.º esp., p. 61-71). Florianópolis: Revista Katálisis (versão eletrônica)

Moisés, I. M. C. N. (2014). *O bairro do Casal da Mira, Município da Amadora: um território de inclusão ou exclusão*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Minayo, M. C. S. (2004). *Pesquisa Social: teoria, método e criatividade* (23. ed.). Petrópolis: Editora Vozes.

Mota, E. A. (2013). *Serviço Social Brasileiro: profissão e área do conhecimento* (v. 16, n.º esp., p. 17-27). Florianópolis: Revista Katálysis [versão eletrônica].

Moura, D. G., & Barbosa, E. F. (2007). *Trabalhando com Projetos – Planejamento e Gestão de Projetos Educacionais* (4ª Ed). Petrópolis: Editora Vozes.

Narcizo, E. C. (2012, set.). *Serviço Social, movimentos sociais e arte: Uma proposta para afirmação do projeto ético-político da profissão*. Franca: VIII Seminário de Saúde do Trabalhador (em continuidade ao VII Seminário de Saúde do Trabalho de Franca) e VI Seminário “O trabalho em debate”. UNESP/USP/STICF/CNTI/UFSC.

Netto, J.P (2009). *Capitalismo monopolista e serviço social*. 7.ed. São Paulo: Cortez.

Oliveira, Priscilla Rodrigues - *A instrumentalidade do Serviço Social – A arte como intervenção social emancipatória e instrumento inovador para o trabalho do (a) assistente social*. Brasília: Universidade de Brasília/Instituto de Ciências Humanas, 2011. 70 f. Trabalho de conclusão de curso para obtenção do título de graduação.

Piana, M. C (2009). *O serviço Social na contemporaneidade: demandas e respostas*. São Paulo: Editora Unesp, Cultura Acadêmica.

Plano Nacional das Artes: *uma estratégia, um manifesto* 2019-2024.

Prates, J. C. (2007). *A arte como matéria-prima e instrumento de trabalho para o assistente social* (v.6 n.º 2 p.221-232. Jul./dez). Porto Alegre: Revista Textos & Contextos.

Pontes. R. N. (1995). *A categoria de mediação em face do processo de intervenção do Serviço Social*. Acedido em 21 de março de 2020, em <http://www.unirio.br/unirio/cchs/ess/Members/rafaela.ribeiro/instrumentos-e-tecnicas-de-intervencao/pontes-r-mediacao-e-servico-social>

Robertis, C. (2011). *Metodologia da Intervenção em Trabalho Social*. Porto: Porto Editora.

Santos, C. P. C. & Mioto, R. C. T. (2015). *Acolhimento e Serviço Social: Contribuições para o aprimoramento conceitual e interventivo*. Lisboa: Universidade Lusíada.

Santos, M. C. (2012). *Na prática a teoria é outra? Mitos e Dilemas na Relação entre Teoria, Prática, Instrumentos e Técnicas no Serviço Social* (2.ª ed.). Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris.

Santos, M. (et.al.). (2006). *Território, Territórios: ensaios sobre ordenamento territorial* (2.^a Ed.). Rio de Janeiro: DP&A.

Santos, V. N. (2004). *Arte em cena: algumas reflexões na formação e no projeto político-profissional do serviço social*. Acedido em 21 de março de 2020, em <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-018-052.pdf>

Santos, V. N. (2015). *A arte como possibilidade de mediação no Serviço Social* (Ano IV, Volume 09, n.º 02, p.125-150). Aracaju: PIDCC.

Santos, V. N., & Mendonça, P. I. (2015). *Arte e Serviço Social no Brasil: Levantamento de dados em periódicos de área*. São Luis: VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão.

Santos, C. C. (n.d). *Questões da Legitimidade e da Identidade de Serviço Social*. Acedido em 14 de junho de 2020, em: https://www.academia.edu/5594247/Quest%C3%B5es_da_Legitimidade_e_da_Identidade_de_Servi%C3%A7o_Social.

Serrano, G. P. (2008). *Elaboracion de Proyectos Sociales, Casos prácticos*. Porto: Porto Editora.

Silva, L. S. (n.d.). *Sustentabilidade na Cultura: da diversidade cultural à sustentação financeira*. Acedido em 21 de março de 2020, em http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/palestras/Políticas_Culturais/II_Seminario_Internacional/FCRB_Liliana_Sousa_e_Silva_Sustentabilidade_na_cultura.pdf

SOVIK, L. (2014, jun). *Os projetos culturais e seu significado social* (n.º 27, p. 172-182). São Paulo: Galáxia [versão eletrônica].

Thiry-Cherques, H. R. (2008). *Projetos Culturais: Técnicas de modelagem*. Rio de Janeiro: FGV Editora.

UNIVERSIDADE LUSÓFONA DE HUMANIDADES E TECNOLOGIAS. Biblioteca Geral - *Regulamentos: Normas para a elaboração e apresentação de teses de doutoramento*. 2014. Acessível no site da Universidade, Portugal.

APÊNDICE

I - GUIÃO DE ENTREVISTA

- 1) Identificação do entrevistado
- 2) Caracterização do local de trabalho
- 3) Trabalho/Projeto que desenvolve/desenvolveu

Perguntas:

- 1) A arte esteve/está sendo realizada somente na execução deste trabalho/projeto?
- 2) Quais são as funções do assistente social neste trabalho/projeto?
- 3) O assistente social é um profissional indispensável a realização deste trabalho?
- 4) O assistente social está preparado para trabalhar com a arte ou faz-se necessário formação ou adquirir outras competências? Quais?
- 5) Você sai das suas competências profissionais para trabalhar com a arte?
- 6) Houve participação nos processos decisórios do trabalho/projeto?
- 7) Como o destinatário de intervenção participou do trabalho/projeto?
- 8) Quais os resultados/impactos podemos encontrar nas ações/atividades desenvolvidas?
- 9) Quais as proximidades ou distanciamentos da arte com o serviço social?
- 10) A arte pode ser realizada para além do trabalho/projeto, no quotidiano profissional?
De que modo?
- 11) Avalia que o projeto foi um instrumento de trabalho?
- 12) De que modo a arte pode proteger o destinatário do agir profissional?

Questões a serem esclarecidas antes da entrevista:

- 1) Motivos da entrevista;
- 2) Confiabilidade, confidencialidade...
- 3) Questões éticas;
- 4) Tratamento da pesquisa
- 5) Aplicação

II - INQUÉRITO

Caro colega,

Bem-vindo a V Jornada do RSI!

No âmbito do projeto de investigação do Mestrado em Serviço Social e Política Social da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, venho por este meio solicitar a sua participação na minha investigação, que tem como tema "a intervenção pela arte no quotidiano profissional do assistente social", sob a orientação da Profa. Dra. Marília Andrade.

Gostaria que aceitasse colaborar de forma voluntária neste estudo respondendo a algumas questões. A sua participação é muito importante, de modo a podermos recolher o maior número possível de opiniões e entendimentos sobre esta matéria.

As suas informações são estritamente confidenciais, sendo assegurado que será mantido o anonimato dos participantes. Os dados aqui facultados serão apenas utilizados nesta investigação académica. Os resultados do estudo serão divulgados sob a forma de dissertação de mestrado, ou numa possível posterior publicação.

Agradeço imensamente pela sua disponibilidade e colaboração.

1) Profissão: () Assistente social () Psicólogo () outro, qual:

2) A instituição/serviço que trabalha permite a aplicação de uma atividade diferenciada para o destinatário da ação?

() Sim () Não () Decisão conjunta () Negociação

() Total autonomia para elaborar/planejar o trabalhar.

3) Você trabalha: () Em um projeto específico

() Atende em várias frentes de trabalho?

4) Já utilizou a arte como instrumento do seu trabalho?

☐ Sim ☐ Não

5) Qual expressão da arte foi utilizada?

☐ teatro ☐ fotografia ☐ dança
☐ música ☐ artesanato ☐ poema
☐ grafite ☐ outra, qual:

6) Avalia que a intervenção pela arte teve algum resultado na vida do destinatário da ação:

☐ Sim ☐ Não

Caso sim, qual resultado (pode escolher as opções que quiser):

☐ Observo que trouxe alegria ☐ Socialização
☐ Nível de compromisso ☐ Motivação
☐ a reflexão sobre uma problemática ☐ Descobertas pessoais
☐ melhoramento social ☐ Conhecer a modalidade de arte
☐ aprendizados ☐ retorno ao universo escolar
☐ Profissionalização pela arte ☐ busca por outras técnicas artísticas
☐ elevou o nível de crítica ☐ ampliação da visão mundo
☐ outro, qual:

7) Entende que a arte pode auxiliar a sua prática profissional?

☐ Sim ☐ Não

Respondeu-se SIM, de qual forma/maneira:

8) Entende que utilizar a arte como instrumento de trabalho, te leva a pensar que está saindo das competências da sua profissão para adentrar numa outra área de conhecimento?

() concordo () discordo

9) Entende que arte e sua prática profissional misturam-se? Em que sentido?

10) Caso tenha realizado alguma intervenção pela arte no seu quotidiano, está se deu:

() pontualmente ou () Ocorre com frequência.

11) Tem alguma alguma experiência sobre a utilização da arte no seu trabalho para compartilhar?

Caso tenha interesse em deixar seu contato:

Nome: _____ Contato: _____

Robson Martins

robsssmartins@hotmail.com ou Telemóvel: 964 249 568

ANEXO I

POEMA - A era “O século”

Minha era, minha fera, quem ousa,
Olhando nos teus olhos, com sangue,
Colar a coluna de tuas vértebras?
Com cimento de sangue - dois séculos -
Que jorra da garganta das coisas?
Treme o parasita, espinha langue,
Filipenso ao umbral de horas novas.
Todo ser enquanto a vida avança
Deve suportar esta cadeia
Oculta de vértebras. Em torno
Jubila uma onda. E a vida como
Frágil cartilagem de criança
Parte seu ápex: morte da ovelha,
A idade da terra em sua infância.
Junta as partes nodosas dos dias:
Soa a flauta, e o mundo está liberto,
Soa a flauta, e a vida se recria.
Angústia! A onda do tempo oscila
Batida pelo vento do século,
E a víbora na relva respira
O ouro da idade, áurea medida.

Vergônteas de nova primavera!
Mas a espinha partiu-se da fera,
Bela era lastimável. Era,
Ex-pantera flexível, que volve
Para trás, riso absurdo, e descobre
Dura e dócil, na meada dos rastros,
As pegadas de seus próprios passos.

1923

Óssip Mandelstam

Tradução de Haroldo de Campos.

Em "Poesia russa moderna". [traduções Augusto de Campos, Haroldo de Campos e Boris Schnaiderman]. São Paulo: Perspectiva, 2001.